

Ministério da Saúde

**FIOCRUZ**  
**Fundação Oswaldo Cruz**



ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA  
SERGIO AROUCA  
ENSP

Gabriela Rangel de Moura Santos

***Ativismo online e saúde:*** um estudo de movimentos sociais em Salvador

Rio de Janeiro

2019

Gabriela Rangel de Moura Santos

**Ativismo *online* e saúde:** um estudo de movimentos sociais em Salvador

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP), na Fundação Oswaldo Cruz, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Saúde Pública.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Danielle Ribeiro de Moraes

Coorientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Leny Trad

Rio de Janeiro

2019

O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.

Título do trabalho em inglês: Onlive activism and health: a study of social movements in Salvador

Catálogo na fonte  
Fundação Oswaldo Cruz  
Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde  
Biblioteca de Saúde Pública

S237a Santos, Gabriela Rangel de Moura.  
Ativismo online e saúde: um estudo de movimentos sociais em Salvador / Gabriela Rangel de Moura Santos. -- 2020.  
155 f. : il. color. ; graf.

Orientadora: Danielle Ribeiro de Moraes.  
Coorientadora: Leny Trad.  
Tese (doutorado) – Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2020.

1. Direito à Saúde. 2. Participação Social. 3. Ativismo Político.  
4. Mídias Sociais. 5. Redes Sociais Online. I. Título.

CDD – 23.ed. – 344.0321098142

Gabriela Rangel de Moura Santos

**Ativismo *online* e saúde:** um estudo de movimentos sociais em Salvador

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP), na Fundação Oswaldo Cruz, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Saúde Pública.

Aprovada em: 11 de dezembro de 2019.

Banca Examinadora:

Prof.<sup>a</sup> Dra. Ana Maria Costa  
Universidade de Brasília

Prof.<sup>a</sup> Dra. Janine Miranda Cardoso  
Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde

Profa. Dra Marize Bastos da Cunha  
Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca

Prof.<sup>a</sup> Dra. Rosely Magalhães de Oliveira  
Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca

Prof.<sup>a</sup> Dra. Leny Trad (Coorientadora)  
Universidade Federal da Bahia

Prof.<sup>a</sup> Dra. Danielle Ribeiro de Moraes (Orientadora)  
Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio

Rio de Janeiro

2019

A todas as mulheres que já vivenciaram situações de  
violência de qualquer tipo, física ou simbólica;  
A todos que lutam contra as injustiças, as desigualdades  
sociais e todas as formas de opressão.

## AGRADECIMENTOS

À minha mãe Maria Luiza Rangel (*in memorium*), por me apresentar, desde cedo, o mundo do conhecimento, através do convívio com os livros e o amor ao estudo, me possibilitando uma sólida formação,

Ao meu pai Francisco de Moura (*in memorium*) pelo incentivo constante ao estudo, pela sensibilidade em relação ao ser humano e pelo exemplo de solidariedade, vida e amor,

Aos meus filhos Giovanna e Bernardo, por transformarem a minha vida através do amor, me colocando em perspectiva com o que realmente importa no mundo e pelo que vale a pena lutar,

A minha madrinha Maria Ligia Rangel, pela reaproximação intensa e significativa, por reafirmar o sentido do mundo do conhecimento, e por me possibilitar acreditar, desejar, enfrentar e continuar a ser e estar no mundo como pede a minha essência,

A meu tio Francisco Ulisses, pela presença afetiva e estruturante na dura travessia deste trabalho,

Às minhas irmãs Liana Rangel e Melina Rangel, pelo apoio afetivo e espiritual na reestruturação para o início desse percurso,

Às minhas tias Maria do Carmo Rangel, Maria Solange Rangel, Maria Tereza Rangel, Maria de Lourdes de Moura Santos e Maria Benedita de Moura Santos; aos meus tios Wagner de Moura Santos, Wolner de Moura Santos, Walder de Moura Santos, Luiz Varela, Augusto César e Edson Lomanto, e a minha prima Juliana Varela, pelas ajudas vitais, contribuindo para minha sustentação diante dos percalços na caminhada desta tese,

Aos meus primos Di, Vitor, Ciça e Dani, verdadeiros irmãos, de vida e coração,

À Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria Helena Barros de Oliveira, pelo apoio na primeira fase dessa tese,

À Coordenação do Programa de Pós-Graduação da ENSP, pela possibilidade de mudança de orientação e diálogo, com empatia, tornando possível a realização desta tese,

À Prof.<sup>a</sup> Dra. Danielle Ribeiro De Moraes, pela sensibilidade e por acreditar em mim, me aceitando como orientanda no meio do percurso e me apoiando nas dificuldades, me abrindo possibilidades para a realização e finalização desta tese,

À Prof.<sup>a</sup> Dra. Leny Trad, pela escuta sensível ao meu projeto, me conduzindo a uma mudança de direção teórica, em momento oportuno,

Ao CNpq, pelo financiamento da pesquisa, viabilizando a execução da mesma,

Às Prof.<sup>as</sup> Dras. Ana Maria Costa, Rosely Magalhães de Oliveira, Janine Miranda Cardoso e Marize Bastos da Cunha por, gentilmente, aceitarem fazer parte da banca examinadora,

À Net Escola, do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia, pelo apoio logístico na escrita da tese, seja na obtenção de artigos científicos, seja através da ajuda dos estagiários Ana Luiza de Almeida Martins, Silvia Fernandes e Danilo Negreiros na coleta de dados. E, em especial, ao cuidado e suporte de Jaqueline Tavares, na facilitação de questões práticas e na impressão do texto final para defesa,

À amiga Brenda Gasparini, por me mostrar o verdadeiro significado da amizade, me apoiando nos momentos difíceis da mudança de cidade, qualificação e andamento dessa tese, assim como na estimada ajuda na revisão final do trabalho,

À amiga Vanessa Lima, pela escuta atenta, amizade perene e sincera, e apoio nas difíceis decisões relacionadas a essa tese e na revisão bibliográfica,

Às colegas do doutorado Isabella Koster e Renata Vasconcelos, que se tornaram “amigas de uma vida”, pelo compartilhamento dos momentos difíceis, pelas trocas sinceras e afetivas, e pela força e exemplo na superação, tornando possível aliar maternidade e ciência,

Ao Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (CEBES), pela oportunidade de conhecer de perto e através da história contada, os sujeitos e o processo da Reforma Sanitária; e pelas infinitas trocas, aprendizados e vivências em prol do direito à saúde,

A todos os profissionais que lutaram e lutam pelo direito à saúde no Brasil,

Aos movimentos sociais, pelo exemplo de força, coragem e persistência, mostrando ao mundo que, apesar de toda a conjuntura desfavorável, podemos acreditar, ter esperança, resistir e lutar por um horizonte melhor de possibilidades e

À Salvador, terra minha, cheia de santos, encantos e axés, proteção e conforto de minha alma.

Organizar a esperança,  
Conduzir a tempestade  
Romper os muros da noite,  
Criar sem pedir licença  
Um muro de liberdade.

(Trecho De Metal e Sonho, Poema de Pedro Tierra, 2010)

## RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar as formas de ação política de movimentos sociais, que atuam na defesa do direito à saúde em Salvador, e que utilizam as mídias sociais na conformação de seu ativismo. Para tanto, caracteriza os movimentos atuantes em redes sociais digitais em Salvador de acordo com as categorias: objetivos, pautas, público-alvo, articulação com outros atores e formas de ação. Esta pesquisa se justifica pelo enfraquecimento dos canais institucionais de participação social no Brasil, desde as conquistas do Movimento da Reforma Sanitária e da saúde como direito garantido na Constituição Federal de 1988. Adota-se, como referencial teórico-metodológico, a abordagem teórica de Boaventura de Sousa Santos, acerca das epistemologias do Sul e da ecologia dos saberes, assim como a construção analítica de Geoffrey Pleyers a respeito dos movimentos sociais contemporâneos. Como estratégia metodológica, utiliza o estudo das mídias sociais digitais, tomando a perspectiva das mudanças sociais ocorridas com o advento das novas Tecnologias de Informação e Comunicação (nTIC) e da formação de redes, enquanto práticas cotidianas do mundo atual, considerando-as, também, como categorias. Os principais resultados sugerem que as nTIC contribuem para a conformação do ativismo contemporâneo, e os movimentos sociais atuantes no campo do direito à saúde em Salvador utilizam as mídias sociais conforme as inovações se apresentam, explorando as possibilidades das mesmas, a fim de desenvolver, de forma mais efetiva, o seu ativismo. Por outro lado, as formas de ação da maior parte dos movimentos apresentam-se sob duas vias: as vias da razão e da subjetividade, aproximando-se da perspectiva da cultura alterativista proposta por Pleyers. Além disso, a partir dos resultados, realiza-se um esforço de tradução, com base nos pressupostos teóricos de Santos, o que sugere convergência e possibilidades de articulação e agregação entre os movimentos estudados. Reafirma-se, portanto, a partir desse estudo, que os movimentos sociais reinventam novas formas de ação a partir de novos contextos sociais, políticos, e novas ferramentas de ação, devendo ser considerados não apenas como produtores de práticas, mas, também, como produtores de conhecimentos e visões de mundo, tal como propõe Pleyers. Destaca-se, finalmente, a contribuição da sociologia das ausências, com base nas epistemologias do Sul, no sentido de tornar visíveis as experiências ausentes produzidas como alternativas às experiências hegemônicas, tornando-as presentes, tal como as ações dos movimentos sociais estudados.

Palavras-chave: Direito à saúde. Participação social. Ativismo político. Mídias sociais. Redes sociais *online*.

## ABSTRACT

This study aims to analyze the forms of political action of social movements, which act in defense of the right to health in Salvador, and that use social media in shaping their activism. To this end, it characterizes the movements acting in digital social networks in Salvador according to the categories: objective agendas, target audience, articulation with other actors and forms of action. This research is justified by the weakening of the institutional channels of social participation in Brazil, since the achievements of the Health Reform Movement and health as a right guaranteed in the Federal Constitution of 1988. The theoretical-methodological framework based on the theoretical approach of Boaventura de Sousa Santos, about the southern epistemologies and the ecology of knowledge, as well as Geoffrey Pleyers' analytical construction about contemporary social movements. As a methodological strategy, the study of digital social media is used, taking the perspective of social changes that occurred with the advent of the new Information and Communication Technologies (nTIC) and the formation of networks, as daily practices in the current world, considering them, too, as categories. The main results suggest that nTICs contribute to the conformation of contemporary activism, and the active social movements, in the field of the right to health in Salvador, use social media as innovations present themselves, exploring their possibilities, in order to develop more effectively their activism. On the other hand, the forms of action of most movements are presented in two ways: the way of reason and the way of subjectivity, approaching the perspective of the alterativist culture proposed by Pleyers. In addition, based on the results, a translation effort is made, based on Santos' theoretical assumptions, which suggests convergence and possibilities for articulation and aggregation between the movements studied. Therefore, from this study, it is reaffirmed that social movements reinvent new forms of action based on new social and political contexts and new tools of action and should be considered not only as producers of practices, but also as producers of knowledge and worldviews, as proposed by Pleyers. Finally, it highlights the contribution of the sociology of absences, based on the southern epistemologies, in the sense of making visible the absent experiences produced as alternatives to hegemonic experiences, making them present, as well as the actions of the social movements studied.

Keywords: Right to health. Social participation. Political activism. Social media. Online social networks.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Movimentos sociais atuantes na saúde em Salvador com as respectivas áreas de abrangência. ....	97
Quadro 2 - Movimentos sociais atuantes na saúde em Salvador com os respectivos tipos de mídia digital utilizados.....	100
Figura 1 - Página do <i>website</i> da RFS acessada em 14 de outubro de 2019.....	103
Figura 2 - Quantidade de postagens de artigos na seção Editorial do <i>website</i> da RFS nos anos 2015-2017.....	104
Figura 3 - Quantidade de postagens de artigos no <i>website</i> do LPJ entre os anos 2014-2017. ....	104
Quadro 3 - Quantidade de curtidas e seguidores no Facebook por movimento social estudado. ....	107
Quadro 4 – Formas de Ação do Levante Popular da Juventude.....	109
Quadro 5 - Formas de Ação da Rede Feminista de Saúde. ....	115
Quadro 6 - Formas de Ação da Frente Saúde Unidade Suburbana. ....	118
Quadro 7 - Formas de Ação do Coletivo Baiano de Residentes. ....	121
Quadro 8 - Formas de Ação do Coletivo de Mulheres do Calafate.....	123
Quadro 9 - Formas de ação do Fórum Acadêmico de Saúde da UFBA.....	125
Quadro 10 - Formas de Ação do Movimento dos Sem Teto da Bahia.....	129
Quadro 11 - Formas de ação da Associação Metamorfose Ambulante de Usuários e Familiares do Sistema de Saúde Mental do Estado da Bahia. ....	132

## LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ABRASCO	Associação Brasileira de Saúde Coletiva
ABRES	Associação Brasileira de Economia da Saúde
AMPLA	Associação de Moradores de Plataforma/Subúrbio Ferroviário
CBR	Coletivo Baiano de Residentes
CEBES	Centro Brasileiro de Estudos de Saúde
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro
CF 1988	Constituição Federal de 1988
CMCa	Comunicação Mediada por Computador
CMCb	Coletivo de Mulheres do Calafate
CNS	Conferência Nacional de Saúde
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CUT	Central única dos Trabalhadores
DCE	Diretório Central dos/das Estudantes
DF	Distrito Federal
EBMSP	Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública
ENSP	Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca
FEICOOP	Feira Internacional do Cooperativismo
FSUS	Frente Saúde Unidade Suburbana
FAS	Fórum Acadêmico de Saúde
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
JA	Justiça Ambiental
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis
LGBT+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
LPJ	Levante Popular da Juventude
MAP	Movimento dos Atingidos por Barragens
MD	Médicos pela Democracia
MS	Ministério da Saúde
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
MSTB	Movimento Sem Teto da Bahia
MSTC	Movimento Sem Teto do Centro

MRSB	Movimento da Reforma Sanitária Brasileira
nTIC	Novas Tecnologias de Informação e Comunicação
OMS	Organização Mundial de Saúde
PM	Polícia Militar
PMM	Programa Mais Médicos
PROAE	Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil/UFBA
PsiU	Programa de Saúde Mental e Bem-Estar da UFBA
REDE UNIDA	Rede Unida
RFS	Rede Nacional Feminista de Saúde
RSB	Reforma Sanitária Brasileira
SBB	Sociedade Brasileira de Bioética
SMURB	Serviço Médico Universitário Rubens Brasil
SNS	Sistema Nacional de Saúde
SRS	<i>Sites</i> de Redes Sociais
SUS	Sistema Único de Saúde
UBS	Unidade Básica de Saúde
UEFS	Universidade Estadual de Feira de Santana
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFCA	Universidade Federal do Cariri
UFFS	Universidade Federal Da Fronteira Sul
UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
UNE	União Nacional dos Estudantes
UPA	Unidade de Pronto Atendimento
WS	<i>Welfare State</i>

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	14
1 INTRODUÇÃO .....	17
2 REFERENCIAL TEÓRICO .....	28
2.1 DIREITO À SAÚDE E A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO BRASIL .....	28
2.1.1 A experiência do MRSB enquanto movimento social histórico na trajetória do direito à saúde no Brasil.....	32
2.2 MOVIMENTOS SOCIAIS E EMANCIPAÇÃO: UMA LEITURA A PARTIR DO PARADIGMA DAS EPISTEMOLOGIAS DO SUL .....	35
2.2.1 O trabalho de tradução: Da sociologia das ausências, ecologia dos saberes e sociologia das emergências à emancipação social.....	37
2.3 OS MOVIMENTOS SOCIAIS A PARTIR DA PERSPECTIVA ANALÍTICA COGNITIVA E SOCIOCULTURAL PROPOSTA POR GEOFFREY PLEYERS.....	51
2.4 A PARTICIPAÇÃO SOCIAL E AS FORMAS CONTEMPORÂNEAS DE ATIVISMO EM CONTEXTOS DEMOCRÁTICOS .....	55
2.4.1 O ativismo social contemporâneo: características e perspectivas.....	61
2.4.2 O ativismo <i>online</i> : potencialidades e limites .....	64
2.4.3 O alterativismo como concepção contemporânea do ativismo, segundo a epistemologia de Geoffrey Pleyers .....	70
2.5 TIPOS DE MÍDIAS SOCIAIS E POTENCIALIDADES PARA O ATIVISMO SOCIAL.....	75
3 PERCURSO METODOLÓGICO .....	83
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO .....	89
4.1 OS MOVIMENTOS SOCIAIS ATUANTES EM REDES SOCIAIS DIGITAIS NO CONTEXTO DA SAÚDE EM SALVADOR.....	89
4.1.1 Situando os movimentos sociais em relação a seus objetivos, pautas, público-alvo e articulações com outros atores .....	89
4.1.2 Tipos de mídia utilizados pelos movimentos sociais estudados .....	99
4.1.3 Formas de ação política dos movimentos estudados .....	109
4.1.4 Traduzindo experiências contemporâneas de luta no contexto da saúde em Salvador.....	134

<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	137
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	140
<b>ANEXO A – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DOS NOMES DOS MOVIMENTOS SOCIAIS ESTUDADOS</b> .....	153

## APRESENTAÇÃO

O presente estudo foi motivado pela experiência profissional da autora no Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (CEBES), instituição cuja história se inicia com o movimento da reforma sanitária brasileira, nos anos 70, e se destaca por seu relevante papel na luta pelo direito à saúde no Brasil e pela democratização da sociedade. Nesse sentido, articula suas ações e busca intervir, nas políticas e práticas parlamentares e institucionais, tendo como sustentação o pensamento crítico e a formulação teórica sobre as questões de saúde, com foco no plano dos movimentos sociais.

No período de 2010 a 2012, a partir de uma análise crítica acerca da realidade social brasileira e com vistas a uma proposta de mudança, o CEBES esteve à frente de um grande projeto de Formação em Cidadania para a Saúde. O objetivo dessa iniciativa foi promover um amplo processo de capacitação em temas fundamentais da Reforma Sanitária Brasileira, através de cursos de atualização. O pressuposto do trabalho foi o papel transformador da formação: promover análise crítica e domínio sobre a realidade social e, assim, potencializar os movimentos e organizações em suas capacidades de elaboração e incidência política para a construção da cidadania em saúde.

Priorizou-se, portanto, a inscrição de pessoas vinculadas a movimentos sociais, e os núcleos regionais do CEBES exerceram esse papel de divulgação e mobilização para o curso, tendo, como resultado, a realização de 16 cursos em diversas cidades brasileiras. Exercendo a função de secretária executiva da instituição nesse período, foi possível à autora acompanhar presencialmente a maioria desses cursos e, nessa experiência, dois cursos – um realizado em Salvador - Bahia e outro realizado em Ribeirão Preto - São Paulo - se destacaram pela ampla e ativa participação de diversos movimentos sociais, tais como representantes do Movimento Sem Terra, associações de bairros, sindicatos, militantes do movimento Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis (LGBT), líderes comunitários, além de usuários de saúde e membros de conselhos municipais.

Nos cursos citados, foi possível observar o modo como os movimentos sociais se apresentavam, relatavam sua história, suas formas de luta e de resistência, demonstrando uma postura crítica em relação à realidade social e política, uma consciência do direito e uma disposição para buscar novas ferramentas para a ação, o que, naquele momento se expressava pela busca do conhecimento. Os momentos de discussão foram bastante significativos, revelando que os participantes buscavam articular o saber adquirido na formação às suas práticas cotidianas de luta, objetivando um maior exercício da cidadania. A experiência,

assim, levantou algumas indagações à autora: Como esses movimentos se organizam e atuam no cotidiano da luta social? E quais os efeitos das suas ações no âmbito das políticas públicas?

Passados sete anos da ocasião, na qual foram realizados tais cursos, nos deparamos com o contexto brasileiro atual de desmonte das políticas sociais, diante da política de austeridade de corte neoliberal, com fortes ameaças à desconstrução do Sistema Único de Saúde (SUS) e à democracia, o nos faz pensar em novas estratégias de enfrentamento e resistência às perdas e retrocessos em relação aos direitos de cidadania conquistados historicamente. Organizações atuantes no movimento da Reforma Sanitária, como o CEBES e a Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (ABRASCO), aliadas a outras organizações defensoras dos direitos humanos, têm apontado a necessidade de intensificar a dimensão social e militante da participação social, evidenciando a insuficiência da dimensão institucional. E, nesse sentido, estudos já demonstram que o papel ativo dos movimentos sociais continua a se fazer presente na arena política, evidenciando novos atores e transformações sociais.

As questões levantadas pela autora, em sua experiência profissional, assim, convergem para o momento atual, sendo que outras perguntas podem ser formuladas: quais atores atuam e se destacam na luta pelo direito à saúde? Quais as suas formas de ação diante das especificidades e demandas do contexto social e político e após o advento das novas Tecnologias de Informação e Comunicação (nTIC)? Quais as potencialidades e limites das nTIC na conformação do ativismo em saúde? Quais são as características dos Movimentos Sociais que utilizam as mídias sociais para desenvolver o seu ativismo? Como esses Movimentos Sociais em saúde se apropriam e usam essas tecnologias em seus processos de organização, mobilização e ação política? O presente estudo busca lançar luz sobre essas indagações, no contexto brasileiro, especificamente em Salvador- Bahia, e contribuir para os estudos acerca do ativismo político no campo da saúde.

Para tanto, utiliza-se de metodologia de natureza qualitativa, e estrutura-se da seguinte forma: inicia-se com a introdução, onde o tema de estudo é delineado, identificando-se o quadro atual da participação social no Brasil, a partir do contexto sócio-político e dos limites dos seus canais institucionais, assim como a justificativa para a realização de um estudo desta natureza. Em seguida, a parte 2 aborda o referencial teórico, que apresenta a participação social no Brasil, com ênfase no movimento da Reforma Sanitária, enquanto movimento social histórico na trajetória do direito à saúde no contexto brasileiro, e as dificuldades enfrentadas no exercício desse direito; a perspectiva dos movimentos sociais com base nas epistemologias do Sul, proposição teórica de Boaventura dos Santos, e na análise cognitiva e sociocultural,

proposta por Geoffrey Pleyers, tomados como fundamento teórico-metodológico do estudo; a participação social e as formas contemporâneas de ativismo em contextos democráticos, onde são abordadas as perspectivas do ativismo social contemporâneo, do ativismo *online* e do alterativismo, segundo a epistemologia de Geoffrey Pleyers, este também tomado como fundamento metodológico do trabalho; e as potencialidades dos tipos de mídias sociais estudadas para o ativismo. A parte 3 apresenta o percurso metodológico do estudo, contemplando o marco analítico utilizado, a partir dos referenciais das novas Tecnologias de Informação e Comunicação e da formação de redes, e dos caminhos metodológicos baseados na epistemologia de Pleyers acerca da via da razão e da via da subjetividade; assim como delineando os sujeitos da pesquisa e a opção pelas mídias sociais digitais como campo de investigação, e também como categoria de análise, juntamente com objetivos, pautas, público-alvo, articulações com outros atores e formas de ação política dos movimentos sociais. Por fim, os resultados são expostos e discutidos na parte 4, onde são apresentados, culminando com as considerações finais do estudo.

## 1 INTRODUÇÃO

A participação social em saúde no Brasil tem seu início no processo da luta pela democratização do país no final dos anos 70, quando emergiu, na cena política, um importante movimento social reivindicando mudanças radicais no deficitário sistema de saúde existente. Esse período, marcado historicamente por um processo de transformação nas relações entre Estado e sociedade, foi desencadeado por duras críticas ao regime militar, sobretudo na área social, e caracterizou-se pela ampliação da organização popular e a emergência de novos atores sociais – o chamado Movimento da Reforma Sanitária (MARTINS *et al.*, 2008). A Reforma Sanitária Brasileira (RSB) objetivou produzir um novo conhecimento e práxis, que abarcasse as causas populares e que fosse capaz de materializar uma proposta alternativa de saúde, baseada no princípio de saúde como um direito de cidadania. E foi exitoso ao desencadear um forte movimento pela universalização do acesso e reconhecimento da saúde como direito universal (BRASIL, 1988) e ao advogar a constituição de sujeitos dotados de consciência social, conquistada através de uma consciência sanitária (PEGO; ALMEIDA, 2001 *apud* MARTINS *et al.*, 2008).

O movimento adquiriu um caráter de transformação social e suas conquistas ultrapassaram o setor saúde, de onde se originara. A Constituição Federal de 1988 (CF 1988), ou Constituição Cidadã, como foi denominada, consagrou juridicamente o princípio de que os direitos dos cidadãos (saúde, educação, trabalho, terra, habitação, salário mínimo digno...) são deveres do Estado, que deve cumpri-los mediante a implementação de políticas públicas. Além disso, garantiu, também, a participação social por meio de algumas instâncias, tais como: eleições diretas, plebiscito, referendo e iniciativa popular (SCOREL; MOREIRA, 2012).

No setor saúde, a partir da CF 1988, a participação da sociedade passa a ser uma das diretrizes da organização do sistema público de saúde (BRASIL, 1988), sendo incorporada como norma constitucional e legal na configuração do Sistema Único de Saúde no país (MÜLLER NETO; ARTMANN, 2014). E a partir das Leis Orgânicas da Saúde, especialmente a Lei 8142 de 28 de dezembro de 1990, a legislação brasileira institucionaliza a prática participativa por meio das instâncias colegiadas de participação – as conferências e os conselhos de saúde, atribuindo-lhes papéis deliberativos e fiscalizadores.

Na plenária e no relatório final da VIII Conferência Nacional de Saúde (CNS), marco da luta do movimento sanitário, a participação social foi entendida como a “participação de todos os segmentos” em “todos” os âmbitos do sistema: formulação e definição de

políticas/prioridades, planejamento, gestão e avaliação, prevalecendo a concepção sobre a participação como princípio e como direito por meio do qual a sociedade decide sobre seu futuro (BRASIL, 1986).

O movimento sanitário, neste momento, faz uma aposta no sentido da institucionalização da participação se constituir um espaço de expressão de demandas e expectativas dos vários segmentos sociais (SPOSATI; LOBO, 1992), o que, na realidade, não se concretizou plenamente ao longo dos 30 anos de existência do SUS (PAIM, 2018). Tal aposta se sustentava no pressuposto de que a inclusão de uma pluralidade de novos atores em espaços políticos institucionais possibilitaria uma maior proximidade entre Estado e sociedade no processo de produção das políticas, assim como uma maior abertura ao debate e à expressão das vozes excluídas, marginalizadas ou em situação de vulnerabilidade, mas diretamente atingidos pelas decisões políticas (ALENCAR *et al.*, 2013).

No entanto, diversos estudos e experiências vêm demonstrando os limites dos canais institucionais em se tornarem efetivos de participação da sociedade civil no sentido de possibilitar o exercício de uma cidadania ativa e incorporar as forças vivas de uma comunidade à gestão de seus problemas e à implementação de políticas públicas destinadas a solucioná-los (GERSHMAN, 2004; TATAGIBA, 2005; MÜLLER NETO, ARTMANN, 2014; KEZH; BÓGUS; MARTINS, 2016). Ou até mesmo a ausência destes canais, o que tem gerado uma demanda represada no segmento social (RICCI, 2019).

Em relação aos conselhos de saúde, é amplamente conhecido que os mesmos se tornaram, com raras exceções, mecanismos institucionais-governamentais, cujo espaço de controle público mostrou-se bastante incipiente ao longo da existência do SUS (MENDES; CARNUT, 2017).

Do ponto de vista dos resultados das pesquisas desenvolvidas, destaca-se o não cumprimento da vocação deliberativa dos conselhos de saúde, sugerindo que a participação da sociedade civil nessas instâncias tem assumido contornos mais reativos que propositivos. Fatores como: centralidade do Estado na elaboração da pauta, falta de capacitação dos conselheiros, problemas com a representatividade, dificuldade em lidar com a pluralidade de interesses, manutenção de padrões clientelistas na relação entre Estado e sociedade, e fragilidade deliberativa dos conselhos a sua ambígua inserção no conjunto da institucionalidade encontram-se na origem dessa problemática. Como consequência, decisões sobre temas relacionados às políticas públicas têm sido tomadas sem debate ou negociação, denotando uma forte despolarização desses espaços (TATAGIBA, 2005).

Em 2000, o relatório da Conferência Nacional de Saúde já apontava a falta de representatividade dos conselheiros, frequentemente desarticulados das bases, instituições ou segmentos que representam, desmotivados e ausentes das reuniões, omissos em cumprir o seu papel nos fóruns, e com pouca capacidade de formular propostas alternativas e efetivas aos problemas de saúde (BRASIL, 2001, p. 45). Alguns argumentos explicativos concorrem para esses impasses, tais como demonstram alguns estudos: a posição de status que os conselheiros ocupam na comunidade, a longa permanência nos cargos de conselheiro, além dos privilégios derivados dessa posição, como o acesso a centros de poder político. Tais fatores, relacionados aos perfis dos conselheiros, demonstram que, muitas vezes, trata-se de uma elite que se destaca dos demais cidadãos, o que pode dificultar a relação com a população que representa (SANTOS; VARGAS; LUCAS, 2011).

Nesses estudos, observa-se, ainda, a não valorização dos espaços dos Conselhos de Saúde, seja pelo fato das entidades se afastarem do cotidiano dessas instâncias após a indicação de seus representantes (TATAGIBA, 2005), seja pela falta de conhecimento das bases em relação aos espaços dos conselhos (SANTOS; VARGAS; LUCAS, 2011).

Pesquisas sobre as conferências de saúde, por sua vez, também concluem que tais instâncias não conseguiram se constituir como espaços de participação popular, principalmente em razão do seu processo de convocação e encaminhamento. Ao contrário da proposta normativa, o ponto de partida das conferências não tem evidenciado a mobilização popular para identificação e debate das condições de vida e trabalho como forma inicial de avaliação da situação de saúde e reflexão acerca das prioridades para o seu planejamento. O que se verifica, na prática, é o credenciamento das organizações populares para participação na conferência com direito à indicação de delegados, evidenciando uma convocação política de cima para baixo, a partir do Estado em direção aos representantes dos usuários (STOTZ, 2006).

Estudo realizado em 16 municípios do estado de Mato Grosso demonstrou a reduzida articulação entre delegados para o debate ou mesmo na escolha destas delegações. Ao mesmo tempo, as conferências não apresentaram nenhuma influência nos rumos dos planos e da política municipal, evidenciando um caráter de obrigatoriedade legal na sua realização (MÜLLER NETO *et al.*, 2006).

O estudo identificou, também, dificuldades na relação entre representantes e representados no âmbito das conferências de saúde. Contatou-se que o cumprimento das formalidades para escolha dos representantes não implicava a existência de representação efetiva, assim como a inexistência de vínculos efetivos entre representantes e o conjunto dos

representados, sobretudo os da “ponta”, substituídos pela defesa de interesses particularistas, de segmentos e grupos sociais (MÜLLER NETO; ARTMANN, 2014).

Neste contexto, Ciconello (2008) aponta, como desafios à consolidação da participação social no Brasil, a resistência de diversos setores do poder público em efetivamente compartilhar o poder com organizações da sociedade, a grande distância que subsiste entre os resultados formais e reais da participação, a fragilidade das organizações da sociedade civil, tanto do ponto de vista financeiro quanto político, e a dificuldade de se estender a participação social para o campo da política econômica.

Evidencia-se a falta de unanimidade no que se refere à participação social dentro da burocracia estatal, e a relutância por parte dos gestores públicos em efetivamente abrir-se para o diálogo com a sociedade e aceitar as deliberações oriundas de órgãos colegiados como os conselhos e as conferências. Esse baixo comprometimento de setores governamentais contribui para a falta de integração e coordenação entre os processos participativos, ocorrendo, muitas vezes, contradições entre as deliberações tomadas em conferências ou conselhos de áreas diferentes (*ibid.*).

Como fatores contextuais, que se traduzem em fatores explicativos à situação da reduzida participação social no Brasil, é importante situar que, enquanto a Constituição Federal traçou diretrizes de democracia participativa, sobretudo nas políticas sociais, a reforma administrativa gerencial do Estado— de inspiração neoliberal, a partir dos anos 90, realizou mudanças institucionais em outra direção. Implantou-se uma política de redução do Estado, de valorização do mercado e de terceirização das políticas públicas para as organizações da sociedade civil e o setor privado, diminuindo a capacidade do Estado em implementar políticas públicas e efetivar os direitos previstos no ordenamento jurídico. Além disso, a permanência de relações de poder desiguais e a fragilidade do Estado brasileiro não permitiram a efetivação da participação social (*ibid.*).

Uma estrutura de participação nas políticas públicas pressupõe a existência de organizações da sociedade civil fortalecidas e autônomas. Entretanto, praticamente não há na legislação brasileira incentivos públicos ao fortalecimento da organização autônoma de grupos sociais diversos e de ampliação da esfera pública. Ao contrário, as organizações são submetidas a uma intensa e complexa burocracia que dificulta as formas de representação dos diversos grupos sociais e a sua expressão em espaços públicos institucionais de participação (*ibid.*).

Nota-se, ainda, que nenhum mecanismo participativo foi implementado nos espaços decisórios da política econômica. As decisões econômicas encontram-se, cada vez mais,

concentradas nas mãos de poucos, revelando contradições e barreiras para o avanço da participação, pois as restrições determinadas pelas políticas macroeconômicas afetam o alcance e o próprio desenho das políticas sociais. Qualquer tentativa no sentido de tornar mais transparentes as medidas econômicas, ou passíveis de influência do controle social, é refutada com a naturalização do discurso de que as mesmas são de natureza essencialmente técnica, devendo ser tomadas por especialistas. A economia, assim, coloniza a política, uma vez que, em última análise, as decisões “técnicas” indiscutíveis afetam o espaço de decisão da política, incluindo os conselhos e conferências (*ibid.*).

No plano da experiência, a análise crítica dos espaços institucionais de participação social, por movimentos como CEBES e ABRASCO, demonstra que a luta institucional, embora se constitua um importante espaço, mostra-se insuficiente para realizar as transformações que a sociedade necessita em direção a uma sociedade efetivamente justa e democrática (FSM, 2018). Nesse âmbito, problematizam-se as alternativas de ação concreta na luta pelo direito à saúde, que tem se transmutado gradativamente na sociedade - em decorrência de políticas que beneficiam o capital e o mercado e não os interesses da população- em acesso aos serviços de saúde. Propõe-se uma leitura dos reais limites e possibilidades das políticas sociais, através do Estado - sem desvalorizar este espaço, as conquistas instituídas e as mediações necessárias em uma sociedade que, a priori, já é desigual - e, ao mesmo tempo, esforços para os enfrentamentos estruturais que visem tirar do “mercado” o poder de definir os rumos da sociedade, bem como superar o patriarcado, o machismo, o racismo e o capitalismo (*ibid.*).

A corporativização, por sua vez, tem sido apontada como um fenômeno da atualidade, no qual os grupos se voltam às instituições para a defesa de seus interesses individuais, ao contrário do ideário de um projeto de país. E, na ausência de uma cultura política democrática republicana que alicerce os valores sociais, as instituições terminam por reproduzir o modelo de dominação excludente da sociedade brasileira (FLEURY, 2017).

Ao contrário de uma comunidade cívica, caracterizada por cidadãos atuantes e imbuídos de espírito público, relações políticas igualitárias, e uma estrutura social firmada na confiança e na colaboração (PUTNAM, 1996), os valores dominantes na sociedade brasileira tendem à diferenciação, ao individualismo e à distinção, apesar dos esforços e do êxito do movimento sanitário ao formular o SUS com base na igualdade, democracia e emancipação (PAIM, 2018).

Este quadro de insuficiência assume contornos cada vez mais graves, ao considerarmos o contexto político atual. Em 2018, a saúde da população brasileira sofreu

significativas perdas, pois, aliado à mudança de seu perfil epidemiológico, com uma tripla carga de doenças e agravos (doenças transmissíveis, doenças crônicas e transtornos mentais, acidentes e violências) (*ibid.*), o governo determinou cortes no orçamento da saúde em decorrência da incorporação de uma agenda de austeridade, fruto da hegemonia do capital financeiro, do rentismo e do recrudescimento do neoliberalismo (TEIXEIRA, 2018).

Mais recentemente, o governo do presidente Jair Bolsonaro, através de medidas como a descontinuidade do Programa Mais Médicos, nos moldes até então implementado, a partir da cooperação dos médicos cubanos; cortes no custeio de universidades públicas federais e a extinção de conselhos sociais e órgãos colegiados responsáveis por políticas públicas importantes, como o Conselho Nacional da Pessoa com Deficiências, Conselho Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil, Conselho Nacional de Segurança Pública, entre outros, evidencia um agravamento dessa situação.

O contexto de crise do capital internacional, base dessa agenda, desenhou uma nova geopolítica no mundo, com base no neocolonialismo, e o governo brasileiro tem atuado no sentido de subordinar o país a essa lógica imposta pelas grandes potências (*ibid.*), provocando cortes nos direitos sociais conquistados historicamente e ameaças à democracia, e evidenciando um caráter de dupla perda: por um lado, mortes, doenças e sofrimentos produzidos com a quebra da universalidade; e, por outro, direitos sociais e de saúde e a promoção da cidadania (PAIM, 2018).

Entretanto, a ideologia neoliberal, com os seus valores do individualismo e da meritocracia, não tem sido capaz de evitar o esgarçamento da coesão social e a emergência de articulação das insatisfações populares por líderes, de direita ou de esquerda, que tentam responder, dessa forma, ao aumento das desigualdades, do desemprego, da exclusão social e às ameaças de redução dos sistemas de proteção social (FLEURY, 2018).

A complexificação da sociedade gerou uma polifonia de sujeitos e de novas formas de ação política, cada vez mais distanciados da representação e dos partidos tradicionais, reivindicando inovações democráticas que comportem a participação, a comunicação e a deliberação, que sejam capazes de contemplar assim as demandas dos movimentos sociais (*ibid.*).

E se, por um lado, a globalização parece reduzir drasticamente a capacidade de ação dos cidadãos, que, diante da magnitude dos desafios globais, como a mudança climática, o poder dos mercados financeiros e a concentração de recursos em 1% dos mais ricos, se sentem muito longe dos lugares onde as decisões políticas são tomadas, por outro, essa

mesma globalização também oferece novas oportunidades e novos espaços para os cidadãos se construírem como atores em suas vidas e em seu mundo (PLEYERS, 2018).

Nesse sentido, tem se evidenciado o protagonismo dos movimentos sociais, para além da esfera institucional; destacando-se, também, a difusão do reconhecimento formal do direito à saúde na sociedade, através das manifestações da cidadania e da mídia, como possibilidades de fortalecimento da sociedade, a partir da formação de uma consciência sanitária crítica (*ibid.*).

Diversos autores convergem nessa direção, apontando o aparecimento de novas práticas políticas (FLEURY, 2017; SANTOS, 2015), como a emergência, nas últimas três décadas, de movimentos sociais que trazem novas bandeiras e sujeitos políticos à luta social, no enfrentamento de questões de gênero e sexualidade, étnicas, contra o racismo e o machismo, pela reforma agrária, direito à cidade, dentre outros (PORTO; ROCHA; FINAMORE, 2014).

Por outro lado, o desenvolvimento da ciência e tecnologia na chegada do século XXI trouxe importantes transformações sociais, possibilitando a articulação e o transbordamento das fronteiras locais e conformando a infraestrutura do mundo global à interconexão da “sociedade em rede” (CASTELLS, 2002).

A arquitetura em rede da internet, aliada às ferramentas de interação, tem promovido uma criativa agenda de ações políticas, que podem implicar em um avanço no desenvolvimento dos processos democráticos, na medida em que essas tecnologias possibilitam novos mecanismos de comunicação e viabilizam diferentes articulações da sociedade civil, a partir da ampliação da esfera pública e da arena política (PINHO, 2012; BRUGUÉ, 2009 *apud* ARAÚJO; PENTEADO; SANTOS, 2015, p. 1598).

Nos anos 90, antes mesmo da internet alargar a teia planetária, grande parte das Organizações Não-Governamentais (ONG) evoluiu para a constituição de redes, visando ações locais e globais, particulares e universais, intraorganizacionais (divisões e ramificações de uma mesma entidade) e interorganizacionais (entre diferentes ONGs), com o intuito de responder a vários desafios, tais como: a exigência de intensificar parcerias; o desenvolvimento tecnológico; a internacionalização de conflitos sociais e ambientais; e a necessidade de amplificar a oposição ao neoliberalismo e seus efeitos nefastos (empobrecimento, desemprego, competição desenfreada, esvaziamento dos poderes públicos, desprestígio das instituições de representação popular, absolutismo do mercado e do lucro) (MORAES, 2001).

As alterações nos sistemas tradicionais de comunicação, a partir da internet, potencializaram as ações, na medida em que promoveram novas formas de mobilização e engajamento cívico, assim como atraíram novos participantes para a esfera política, reduzindo as desigualdades tradicionais de participação decorrentes das clivagens socioeconômicas (KRUEGER, 2002 *apud* SANTANA, 2017).

O ciberespaço, com isso, passou a ser considerado como um “novo espaço público”, onde impera a liberdade de expressão, a livre comunicação (MENEZES; BARRIOS, 2014) e o aumento da circulação da informação, com maior disseminação de ideias e mídias contra hegemônicas e ampliação do escopo de informações e recursos para a tomada de decisões e escolhas (DESLANDES, 2018).

Diversas experiências de uso das redes para a organização, divulgação e convocação de ações políticas têm sido descritas na literatura. Em 1996, o movimento mexicano Zapatista (Exército Zapatista de Libertação Nacional) utilizou as redes sociais para agregar milhares de manifestantes de distintas origens em torno de uma série de reivindicações por saúde, acesso a serviços, trabalho, pautas ambientais, identitárias, etc., que tinham em comum um protesto anticapitalista e seus processos de globalização (*ibid.*).

Nos anos mais recentes, as experiências das manifestações contestatórias aos regimes totalitários árabes em 2010; o 15 M em Madrid e o *Occupy* nos EUA em 2011; assim como as manifestações de junho de 2013 no Brasil revelaram, de forma inegável, a capacidade de agregação e convocação de massas das redes digitais, assim como a congregação de diversas frentes de lutas, expressando transversalidade de interesses e pautas, e conectividade entre uma rede de agendas (*ibid.*).

Estudadas como ativismo *online*, ativismo digital, ciberativismo ou webativismo, tais ações correspondem a um mecanismo de ação política no ambiente virtual (SANTOS; BELINAZZO; MACEDO, 2013), um tipo de ativismo realizado por grupos politicamente motivados, que utilizam as redes cibernéticas—a internet—para a realização, mobilização e divulgação de causas políticas, culturais, sociais ou ambientais (MORAES, 2001).

No campo da saúde, uma articulação de vários coletivos – o *People’s Health Movement* (PHM) - reivindica e vocaliza distintas demandas de saúde, configurando uma experiência de ativismo global em saúde que incorpora pautas locais. Como exemplo de suas ações políticas e o alcance das mesmas, o movimento tem elaborado relatórios mundiais sobre as condições e ações de saúde e galgado espaços de influência na própria Organização Mundial de Saúde (DESLANDES, 2018).

Diversos estudos vêm abordando o ativismo *online*, sua emergência, atores e práticas (LUVIZOTTO, 2016; MORAES, 2000; MORAES, 2001; COELHO; COSTA, 2013), contudo, poucos contemplam a perspectiva de movimentos sociais que atuam na defesa do direito à saúde.

Foi realizada revisão bibliográfica, no período de 03 a 14 de maio de 2019, na base de dados Scopus, utilizando as palavras-chaves ativismo, movimentos sociais e saúde e, em seguida, ativismo virtual e movimentos sociais e saúde, em todo o corpo do texto. É importante sinalizar que não houve um corte temporal para a realização desta pesquisa, dada a recente produção do tema em estudo.

Assim, no que tange ao âmbito internacional, foram encontrados: um estudo sobre a participação da juventude nas políticas urbanas e redes sociais em Moçambique (TSANDZANA, 2018), e outro sobre a estratégia virtual de um projeto de investigação-ação, que visa promover participação dos cidadãos e/ou seus representantes na definição de políticas públicas de saúde e na organização do Sistema Nacional de Saúde (SNS), como exemplo do ativismo em saúde em Portugal. Em relação a este último, que se aproxima do objeto desta tese, os autores demonstraram que a internet se constituiu uma alavanca fundamental para a mobilização, ação coletiva e sensibilização pública (CRISÓSTOMO *et al.*, 2017).

Nesta mesma busca, em relação aos artigos sobre o ativismo *online* no Brasil, encontram-se estudos que abordam: a perspectiva da defesa dos direitos da criança, analisando *website* de movimentos sociais para identificação de ações ciberativistas voltadas para a prevenção e proteção dos infantoadolescentes (REIS; OLIVEIRA, 2017); os direitos da população negra, investigando a militância digital, através do uso do aplicativo *Whatsapp* pelo grupo Juventude Negra Kalunga como ferramenta de articulação e mobilização deste grupo (SILVA; NUNES, 2017); e as militâncias feministas *online*, analisando a configuração do movimento feminista através do estudo de um *blog* (ROCHA, 2017), ou examinando *fan pages* da rede social *Facebook*, culminando com a evidência de que os espaços *online* são mais uma extensão do real, capaz de amplificar os diálogos e os enfrentamentos culturais da esfera pública (DIEMINGER; OLIVEIRA, 2015).

Além disso, foram localizados estudos sobre o ativismo contra as injustiças na região Amazônica, por meio de estudo acerca da formação de uma rede alternativa contra hegemônica, criada na *Web*, em solidariedade ao jornalista que sofreu perseguições por denunciar ocupações ilegais (AMORIM, 2014); e acerca das manifestações de junho de 2013, abordando a forma como os movimentos sociais em Brasília utilizaram o *Facebook* e a

abrangência do ativismo *online* como ferramenta de mobilização popular (LOPES; FIDELIS, 2015); ainda um estudo, analisando a influência do uso das redes sociais *online* na participação de seus membros nas manifestações (COSTA *et al.*, 2016) ou demonstrando as formas de expressão e capacidade das mídias alternativas democratizar conteúdos por meio das novas tecnologias, que facilitam as conexões e a formação de redes virtuais (PERUZZO, 2013).

Em outra perspectiva, artigos apontam a utilização da internet por grupos religiosos com o intuito de monitorar e distribuir informações acerca do aborto, conquistando espaços significativos nas esferas de decisão política (BARRERAS; WEBER, 2015); e o uso das redes digitais nas formas de ação política dos *Black Bloc* no Brasil (CARREIRO, 2014).

No campo da saúde, foram encontrados, em sua maioria, artigos que abordavam o ativismo na situação de violência obstétrica e, de forma mais ampla, contra a violência de gênero. Nos primeiros, a questão do ciberativismo foi abordada como nova estratégia e proposta de mobilização social contemporânea (SENA; TESSER, 2017) e como espaço virtual de informação e mobilização para a humanização do parto e em prol dos direitos reprodutivos das mulheres no Brasil, partindo da análise de blogs e redes sociais, que se tornaram canais de organização coletiva contra o sistema de poder estabelecido, e se constituíram formas de resistências ao pensamento único neoliberal (LUZ; GICO, 2015). Na perspectiva dos segundos, analisou-se a tecnologia, através do *Facebook*, como prática de ação sociopolítica (ESPOSITO; GUIMARÃES, 2018), assim como o conteúdo textual e interações entre postagens e comentários na página do *Facebook* “Eu não mereço ser estuprada”, com o intuito de discutir acerca da utilização das novas Tecnologias da Informação e Comunicação (nTICs) nas ações de movimentos sociais e suas inovações para os repertórios de confrontos políticos (BORTOLON; MALINI; MALIN, 2015).

Há uma grande discussão e uma grande expectativa de que a internet tenha transformado o ativismo. Alguns autores, entretanto, já veem demonstrando os limites dessa perspectiva, apontando que, ao contrário do que se pensava, a internet não propicia uma cultura horizontal de redes e de participação.

Ainda assim, não é possível ignorar a importância do ativismo *online* para entender os movimentos sociais de hoje. As subjetividades políticas e os atores dos movimentos sociais contemporâneos surgem da articulação recíproca e da fertilização entre a vida cotidiana e a vida política, entre o mundo da internet e a das praças públicas, entre as redes sociais e a convivência nos espaços militantes (PLEYERS, 2018).

Cabe, portanto, investigar como a participação social em saúde tem se apresentado nesse contexto atual, atravessado pelas novas tecnologias de informação e comunicação. E, nessa perspectiva, o objetivo geral deste trabalho é estudar os movimentos sociais que atuam na defesa do direito à saúde em Salvador e utilizam as mídias sociais digitais para desenvolver o seu ativismo. Como objetivos específicos, busca: (i) caracterizar os movimentos sociais, que atuam na defesa do direito à saúde em Salvador e utilizam as mídias sociais digitais para exercer o seu ativismo, quanto a: objetivos, pautas, público-alvo, articulações com outros atores, tipos de mídias utilizadas e formas de ação política; (ii) analisar o uso das mídias sociais digitais pelos movimentos sociais, que atuam na defesa do direito à saúde em Salvador, na perspectiva do ativismo; e (iii) analisar as formas de ação política desenvolvidas pelos movimentos sociais que atuam na defesa do direito à saúde em Salvador e utilizam as mídias sociais para exercer o seu ativismo.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 DIREITO À SAÚDE E A PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO BRASIL

No Brasil, a CF 1988 trouxe importantes inovações ao consagrar o direito à saúde como direito de cidadania, garantido pelo Estado, e ao definir princípios e diretrizes para orientação da política setorial, dentre elas a constituição do Sistema Único de Saúde, alterando significativamente o padrão anterior, e garantindo acesso universal, igualitário e gratuito às ações e serviços de saúde (MENICUCCI, 2007; SOUTO, 2012).

Tais conquistas se inscreveram na história do país a partir da articulação, em meados da década de 70, do Movimento da Reforma Sanitária Brasileira (MRSB), que se baseou em uma proposta de transformação do setor saúde, impulsionado por um contexto de crise política, econômica, social, de autoridade e de legitimidade da ditadura militar. Ao mesmo tempo, crescia o debate crítico no campo da saúde a nível mundial, motivado tanto pelos altos custos da assistência médica, sem o correspondente impacto sobre as condições de saúde da população, quanto pela crescente participação dos governos no financiamento, seja nos sistemas públicos ou nos de natureza privada, como os Estados Unidos (SOUTO, 2012; ESCOREL, 1999).

E, se, por um lado, emergia, a partir da influência norte-americana, a “medicina preventiva” como método a ser incorporado à prática médica liberal, visando racionalizar gastos e produzir impactos sobre as condições de saúde; por outro, a crítica se aprofundava em todo o mundo, com o predomínio de governos sociais democratas nos países europeus, culminando com o movimento “Saúde Para Todos no Ano 2000”, lançado na 30ª Assembleia Mundial da Saúde, em 1977. O marco inicial dessa programação foi a Conferência Internacional sobre Cuidados Primários de Saúde em Alma-Ata, em 1987, que reafirmou o significado da saúde como um direito humano fundamental e como uma das mais importantes metas mundiais para a melhoria das condições de vida e redução das desigualdades. A saúde, assim, passa a fazer parte da agenda pública global, a partir do aprofundamento da crítica ao hegemônico modelo biomédico de atenção à saúde, e da ênfase na determinação social do processo saúde-doença (SOUTO, 2012).

A participação da sociedade, por sua vez, tornou-se uma das diretrizes da organização do sistema público de saúde (BRASIL, 1988), sendo incorporada como norma constitucional e legal na configuração do SUS no país (MÜLLER NETO; ARTMANN, 2014). Através da Lei Orgânica da Saúde Lei 8142 de 28 de dezembro de 1990, a prática participativa da

sociedade se institucionalizou na gestão do SUS por meio das instâncias colegiadas – conferências e conselhos de saúde – atribuindo-lhes papéis deliberativos e fiscalizadores e tendo como base a representação plural dos vários atores, bem como a significativa participação de 50 % de usuários (SOUTO, 2012).

A participação social, em que pese à polissemia envolvida em torno de seu conceito, pode ter sua ação definida, de forma mais consensual, como “a capacidade que têm os indivíduos de intervir na tomada de decisões em todos aqueles aspectos de sua vida cotidiana que os afetam e os envolvem” (GASCON; TAMARGO; CARLES, 2005 *apud* VIANNA; CAVALCANTI; CABRAL, 2009).

Nesse contexto, as instancias participativas podem ser compreendidas como espaços que objetivam a ação conjunta entre sujeitos com o intuito de potencializar os seus esforços participativos e a consecução de seus objetivos. Seu papel consiste em: reunir esses sujeitos; definir estratégias para o debate de objetivos contraditórios; submetê-los a um processo de escolha; e, definido o rumo a seguir, direcionar sua atuação para as instituições que regulam as relações existentes nas situações em que pretendem participar (ESCOREL; MOREIRA, 2012).

Na perspectiva de sua abrangência, o adjetivo ‘social’, a partir da década de 90, deixou de se referir apenas à participação dos setores sociais excluídos, passando a acolher a diversidade de interesses e projetos existentes. Assim, a categoria central deixa de ser ‘comunidade’ ou ‘povo’ e passa a ser ‘sociedade’, dando lugar à participação como cidadania, ou seja, à universalização dos direitos sociais e à ampliação do próprio conceito de cidadania, num novo referencial do caráter e do papel do Estado (*ibid.*).

Para o campo da saúde coletiva, esse ideário da participação se amplia em potência e amplitude, haja vista ser considerada como saída para a manutenção de um projeto público de saúde (VICTORA *et al.*, 2011), bem como as suas perspectivas participativas serem valorizadas enquanto enfrentamento das iniquidades em saúde, através do fortalecimento do poder de vocalização dos grupos sociais protagonistas desta condição (COSTA; LIONÇO, 2006).

Nesse sentido, pode-se dizer que a participação foi concebida para a defesa dos direitos sociais, da proteção social e da democracia, tendo como base a democratização e transparência do sistema decisório, maior aproximação das demandas populares com repercussão sobre a equidade nas políticas públicas, assim como no alargamento da presença da sociedade nas ações estatais, com ampliação dos direitos e a execução de ações para atender ao interesse público (SILVA; JACCOUD; BEGHIN, 2005).

Deve ter, portanto, a capacidade de provocar mudanças na configuração democrática do Estado, sendo os seus espaços não somente de inclusão e de igualdade, mas especialmente, de promoção de autonomia dos atores sociais (COSTA; VIEIRA, 2012).

O processo de participação, no entanto, é diverso e nem sempre retilíneo em relação aos avanços esperados, pois depende das decisões e atitudes das instituições e de uma sociedade ativa e propositiva. Assim, no contexto brasileiro, uma primeira dificuldade, nesse sentido, refere-se à confluência de dois projetos políticos distintos acerca da participação social no país, cuja base comum consiste na expectativa sobre a presença ativa da sociedade. Um refere-se ao o projeto político que nasceu no MRSB, a partir da luta contra a ditadura militar e pela redemocratização do Estado, como já abordado anteriormente, com a proposta da participação da sociedade nas tomadas de decisão, e o outro consiste no projeto neoliberal, que busca garantir o Estado Mínimo, diminuindo a sua presença e transferindo responsabilidades, principalmente da área social, para a sociedade civil (BENEVIDES, 1991).

De fato, a crise fiscal do período 70/80 conduziu ao diagnóstico centrado, fundamentalmente, em argumentos econômicos, a partir de uma retórica conservadora, que se opõe às políticas universais com uma agenda de gerenciamento da crise através de ajustes macroeconômicos de organismos internacionais, como Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, cortes de gastos e menos Estado (SOUTO, 2012).

O modelo econômico neoliberal dominante, assim, acarretou alterações e rupturas em relação ao direito à saúde como valor universal, evidenciando a interdependência entre os aspectos sociais e econômicos na conformação da cidadania social nos países capitalistas democráticos (NOGUEIRA; PIRES, 2004).

O paradigma da cidadania plena, no qual o direito à saúde é um valor universal, e a participação social corresponde àquela que institui o cidadão como portador de direitos e deveres, especialmente como criador de direitos para abrir novos espaços de participação política (BENEVIDES, 1991), contrapõe-se ao da cidadania social restrita, na qual o direito à saúde é orientado pelo critério da eficiência e racionalidade econômica. Essa última proposição alinha-se ao paradigma da economia da saúde, que defende a focalização dos recursos para atenuar as condições de miserabilidade, reduzindo o papel do Estado, e colocando o mercado como o regulador privilegiado das ações de saúde (NOGUEIRA; PIRES, 2004).

Neste contexto, onde os arranjos entre o setor público e o setor privado nem sempre são pautados em uma racionalidade ética inclusiva e o objeto privilegiado das políticas sociais é definido pela miserabilidade e pelas situações de vulnerabilidade social, distorcem-se os

significados atribuídos ao direito à saúde. Observa-se uma visão de cidadania social restrita, dirigida aos segmentos populacionais extremamente empobrecidos e articulando atenção à saúde com proteção social, assim como o reenquadramento da sociedade civil como parceira do poder público, perdendo o seu papel político de controle social e evidenciando a naturalização da desigualdade. Além disso, um dos encaminhamentos políticos do Estado, adotados nas democracias capitalistas, refere-se à utilização da setorialização da política como mecanismo de fragmentação da participação social, dificultando, assim, as oportunidades de aglutinação de interesses coletivos e mais universais (*ibid.*).

As exigências de ordem econômica e política, assim, vão conformando o direito à saúde, alterando seu conteúdo, seu alcance e os mecanismos acionados para sua garantia, e as tendências recentes de ajustes estruturais nos países capitalistas de economia periférica ampliam essa complexidade e diversidade (*ibid.*).

A vertente do direito social e da cidadania que defendemos, ao contrário, corresponde à apreensão de ambos como vinculados a uma cidadania ativa, do que decorre a garantia de uma autonomia plena nas dimensões civis, políticas e sociais, e a constante luta contra qualquer constrangimento que impeça o seu exercício. E essa autonomia deve se realizar em situações cotidianas e reais de existência, o que implica ter como pressuposto as relações econômicas e sociais que condicionam, no limite, os fenômenos jurídicos e políticos (*ibid.*).

Os direitos sociais, portanto, não devem ser compreendidos:

como uma ficção jurídica, o que favorece das críticas sobre sua não-garantia, reduzindo seu potencial político de transformação da ordem societária. É preciso afastar-se da visão de um ideal de direito social que não se realiza no plano concreto. É preciso considerar a universalidade e a igualdade em sua expressão plena, evidenciando as formas de relações sociais estabelecidas e transitando entre o plano dos valores e da materialidade efetiva. É preciso, portanto, deslocar-se de uma perspectiva formalista e alcançar a realização cotidiana, somente possível em espaços públicos onde os interesses divergentes são traduzidos, democraticamente, em consensos relativos que devem ser objetivados em práticas concretas (NOGUEIRA; PIRES, 2004, p. 755).

O direito à saúde, por sua vez, não pode ser visto como uma exigência dos processos de acumulação de capital e subordinado aos complexos e intrincados mecanismos de mediação, próprios do sistema capitalista, mas analisado em uma perspectiva sócio-histórica, como decorrência dos ideais humanitários de solidariedade, de moralidade ética, de justiça social e de necessidade básica articulada à sobrevivência (*ibid.*).

Nesse sentido, por entender que a consciência da população brasileira em relação ao direito à saúde ainda se encontra, no geral, formatada pela lógica do consumo e orientada por uma mídia que não favorece os direitos sociais (RIZZOTTO; COSTA; LOBATO, 2018), a demarcação militante do campo da Saúde Coletiva tem enfatizado a necessidade e

importância de formas de ampliação da “consciência sanitária”, da politização e da participação social (MORAES, 2016).

De forma mais ampla, considerando que a defesa dos direitos sociais e da saúde constitui uma luta contra hegemônica mesmo diante de governos considerados progressistas, os movimentos sociais são instados a lutar pela preservação de direitos sociais e políticos, historicamente conquistados, e a radicalizar a democracia (PAIM, 2017).

A luta do CEBES no ano de 2018, ano da XVI CNS (8a+8 = 16a) demonstra essa preocupação, ao assumir, como bandeira, a defesa intransigente da saúde como direito social e como expressão do combate às desigualdades sociais, assim como a defesa de um Estado democrático, cujo norte de desenvolvimento seja as pessoas e as populações, e não os interesses do mercado (RIZZOTTO; COSTA; LOBATO, 2018).

Para a entidade, a sociedade deve reconhecer a diferença entre direito à saúde e poder de compra de serviços de saúde, entre o significado do SUS como uma conquista social que universalizou ações de atenção básica, vigilância em saúde, emergência, e que tem 75% da população como usuária exclusiva. Entende-se que esta tarefa se encontra na contramão dos nossos tempos individualistas, mas configura-se como necessária se o Brasil escolher, nessa encruzilhada complexa, o caminho futuro de uma sociedade solidária e democrática (*ibid.*).

### **2.1.1 A experiência do MRSB enquanto movimento social histórico na trajetória do direito à saúde no Brasil**

A RSB destaca-se pelo fato de ter sido conduzida de forma simultânea ao processo de democratização do país, bem como por profissionais da saúde, movimentos e organizações da sociedade civil, e não por governos, partidos políticos ou organizações internacionais (PAIM *et al.*, 2011).

O amplo movimento social, que cresceu no país, representou um dos mais importantes exemplos históricos, pois, de forma original, constituiu espaços públicos alternativos, para além do Estado, oferecendo uma alternativa de reforma radicalmente democrática/republicana do campo da saúde na contramão da tendência mundial, que questionavam a manutenção do estado de bem-estar social (SOUTO, 2012; PAIM *et al.*, 2011).

Em relação à composição do movimento, encontravam-se desde os movimentos de base até a população de classe média e os sindicatos, em alguns casos associados aos partidos políticos de esquerda (ilegais na época), além de professores de saúde pública, pesquisadores da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e profissionais de saúde de orientação

progressista. O CEBES foi fundado em 1976, organizando o movimento da reforma sanitária e, em 1979, formou-se a Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, propiciando a base institucional para alavancar as reformas. O movimento cresceu e formou uma aliança com parlamentares progressistas, gestores da saúde municipal e outros movimentos sociais, tendo, como concepção política e ideológica, a defesa da saúde não como uma questão exclusivamente biológica a ser resolvida pelos serviços médicos, mas sim como uma questão social e política a ser abordada no espaço público (PAIM *et al.*, 2011).

Nesse processo amplo de mobilização, ocorreram múltiplos ambientes de encontros profissionais, comunitários e legislativos, espaços de debate, fóruns locais, regionais e nacionais, como as plenárias de saúde; simpósios; seminários; cursos; além da criação de veículos de comunicação, culminando com a realização de pré-conferências e conferências de temas específicos, que confluíram para a realização da VIII CNS. Esta envolveu a participação de cerca de 5 mil pessoas, sendo 50 % composta por usuários dos serviços de saúde, representando uma verdadeira “Constituinte Popular da Saúde”, responsável pela aprovação do projeto político da RSB, base do capítulo da saúde na CF 1988 (SOUTO, 2012).

Posteriormente, com a convocação da Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988), o MRS e seus aliados garantiram a aprovação da reforma, apesar da forte oposição por parte de um setor privado poderoso e mobilizado. A CF 1988, por sua vez, foi proclamada em um período de instabilidade econômica, caracterizado pela retração dos movimentos sociais, expansão da ideologia neoliberal e perda de poder de compra pelos trabalhadores. Paralelamente, as empresas de saúde se reorganizavam para atender às demandas dos novos clientes, recebendo subsídios do governo e consolidando os investimentos no setor privado (PAIM *et al.*, 2011).

Entretanto, a despeito das conquistas, após a redemocratização, as diferenças dentro do movimento se acentuaram. Se, por outro lado, no momento singular de refundação democrática, se tratava de um conjunto de pessoas e instituições que partilhavam um conjunto de valores éticos e de propostas políticas com o objetivo de democratização do sistema de saúde; por outro, essa ‘identidade’ não mais logrou minimizar os interesses particularistas, demonstrando sua fragilidade e descontinuidade, expressa pela falta de sustentação das alianças mais amplas (MENICUCCI, 2007).

A partir daí, não foi mais possível uma homogeneidade de propostas em defesa do direito à saúde e do SUS, tanto pelas fraturas ideológicas internas do movimento sanitário e do movimento popular, quanto pela retomada das questões corporativas de atores que haviam se incorporado ao movimento, tais como os profissionais médicos, os trabalhadores e os

sindicatos com maior nível de organização e poder de barganha. Estes, embora mantivessem o apoio ideológico à reforma e ao SUS, não possuíam incentivos para uma transformação publicista da assistência à saúde, que poderia lhes trazer perdas objetivas, posto que, em sua maioria, estavam vinculados a planos de saúde empresariais, o que constituía, muitas vezes, em objeto de negociação coletiva. Os usuários do SUS, por sua vez, não apresentaram capacidade de mobilização que pudesse dar sustentação à reforma (*ibid.*).

Apesar da preocupação com as bases de sustentação política para a RSB estarem presentes dentre os sanitaristas, desde as origens do MRSB (PAIM, 2018), não houve, na trajetória de expansão dos direitos sociais no país, uma demanda universalista entre os trabalhadores e categorias profissionais que evidenciasse a existência de uma identidade coletiva e o desenvolvimento de valores solidaristas. Na saúde, ao contrário, a assistência ocorreu ancorada em um modelo meritocrático, favorecendo as demandas corporativas dentro das instituições e, após o surgimento e desenvolvimento da assistência empresarial, tornou-se um benefício particularizado, dependendo da forma de inserção no mercado de trabalho (MENICUCCI, 2007).

Analisando a conjuntura política mais recente, o *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff, em 2016, incidiu sobre a correlação de forças, enfraquecendo o apoio de partidos, e de trabalhadores organizados em sindicatos e centrais para a defesa do direito à saúde inerente à condição de cidadania (PAIM, 2018). E as políticas atuais do governo do presidente Jair Bolsonaro já concretizam um desmonte dos direitos sociais historicamente conquistados.

Entretanto, o MRSB ainda se faz presente, enquanto projeto em disputa na saúde, em contraposição aos projetos mercantilista ou expansionista, e revisionista ou racionalizador, presentes na sociedade brasileira (*ibid.*).

O projeto mercantilista ou expansionista assume a saúde como mercadoria, apostando no modelo médico hegemônico e na saúde como espaço de acumulação e expansão do capital, reunindo interesses de empresas médicas, operadoras de “planos de saúde”, indústrias de medicamentos e de equipamentos, segmentos da área econômica e da saúde, parte de entidades médicas e de profissionais de saúde, além da mídia e de empresas de publicidade. Por sua vez, o projeto revisionista ou racionalizador parte de segmentos que, anteriormente, defendiam a RSB, mas preferiram a flexibilização de seus princípios e diretrizes para ajustá-los aos imperativos da ordem econômica e aos interesses do Estado e da política das classes hegemônicas, apostando nas políticas racionalizadoras. Diante da falsa polêmica entre a prioridade para o financiamento ou para a gestão, prioriza a eficiência em detrimento da qualidade, da efetividade e da garantia do direito à saúde (*ibid.*).

O projeto da RSB, ao contrário, tem como referência as proposições sistematizadas e aprovadas na 8ª Conferência Nacional de Saúde, legitimadas pela Constituição de 1988, estabelecidas no arcabouço legal e reatualizadas pela produção intelectual, discussões e *práxis* do movimento sanitário (PAIM, 2017). É composto por entidades com mais de quatro décadas de história e de compromisso com a defesa do direito universal à saúde, como o CEBES e a ABRASCO, e conta com o apoio de outras organizações como a Associação Brasileira de Economia da Saúde (ABRES), a Rede-Unida, a Associação Nacional do Ministério Público em Defesa da Saúde (AMPASA), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o movimento popular de saúde, entre outras. E, para além dos movimentos sociais progressistas e das entidades do MRSB, emergiram, após o golpe de 2016 algumas iniciativas, tais como a construção da Frente Povo sem Medo e da Frente Brasil Popular, que tem possibilitado mobilizações e articulação política contra o retrocesso e os ataques à democracia, em torno da bandeira Nenhum Direito a Menos (PAIM, 2018).

Além disso, o reconhecimento formal do direito à saúde tem possibilitado a difusão dessa conquista na sociedade, tanto nas manifestações da cidadania e na mídia, quanto nos processos de judicialização relevantes do ponto de vista cultural, e já demonstra a sua potência em evoluir para uma consciência sanitária crítica (*ibid.*).

Assim, considerando que o projeto da RSB nasceu dos movimentos sociais (PAIM, 2017), que, enquanto forças sociais organizadas, partiram de diagnósticos sobre a realidade social e conformaram ações coletivas como resistência e luta pelos direitos e pela inclusão social (GOHN, 2011), e adotando a constatação arendtiana de que ação política é sinônimo de liberdade, torna-se relevante assumir a importância estratégica de realçar a sociedade civil como espaço político por excelência, fazendo-a ressurgir do declínio imposto pela hegemonia neoliberal (DESLANDES, 2018).

## 2.2 MOVIMENTOS SOCIAIS E EMANCIPAÇÃO: UMA LEITURA A PARTIR DO PARADIGMA DAS EPISTEMOLOGIAS DO SUL

O conhecimento científico acerca das ações coletivas e movimentos sociais sofreu modificações significativas. Antes da década de 1960, esse campo de pesquisa se apresentava bastante delimitado em termos disciplinares, geográficos e epistêmicos, sendo que, após este período, com a institucionalização do debate sobre o tema, a construção desse campo de pesquisa, aberto a novas disciplinas, passou a incorporar novas visões de mundo e novas questões de pesquisa. Abordagens mais plurais e inclusivas substituíram as antigas divisões

entre correntes e paradigmas, sem, contudo, abandonar a influência dos enfoques clássicos, pois grande parte da teorização recente representa mais uma atualização do que uma renovação radical do debate propriamente dito (BRINGEL, 2011).

Entretanto, apesar dessa atualização, as noções, categorias e conceitos utilizados para a sociologia dos movimentos sociais, emergente na década de 1960, construíram-se basicamente em torno das experiências europeias e norte-americanas, trazendo desafios à interpretação dos movimentos sociais latino-americanos, que se mostraram mais ativos e com importantes irrupções na cena política e social na última década. Tal situação remete à necessidade de formular um "paradigma próprio", a partir de experiências e especificidades das lutas sociais em cada região (*ibid.*).

Na análise de fenômenos coletivos, os paradigmas convencionais de raiz eurocêntrica consideram certas pressuposições acerca da natureza e da ação humana individual como universais, não permitindo valorizar adequadamente as diferentes lógicas temporais e organizacionais, o papel da espiritualidade ou as complexas relações entre cidadania e subjetividade, e entre espaço público e vida cotidiana (SANTOS, 2018 *apud* PLEYERS, 2018).

Torna-se evidente que, mesmo depois do colonialismo, regiões como a América Latina continuaram expostas à colonialidade do poder - tanto da política quanto da economia, do saber - em termos epistêmicos, filosóficos e científicos, e do ser - afetando as subjetividades (SANTOS, 2005).

Os limites analíticos dessa tradição derivam da epistemologia subjacente, evidenciando a necessidade de recorrer às epistemologias do Sul e sublinhar a necessidade de reorientar a análise para valorizar os conhecimentos nascidos nas lutas sociais contra o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado (*ibid.*). Nesse sentido, Santos (2010) se propõe a lançar os fundamentos de uma nova cultura política que permita o retorno ao pensamento contra-hegemônico e, conseqüentemente, a transformação social e emancipatória.

Seguindo essa direção epistemológica, Pleyers (2018) introduz o conceito de "alterativismo" para denominar as novas culturas ativistas que surgiram nas últimas décadas, de suas diversas visões de mundo e de transformação social, e de suas concepções de luta, que tendem a ser desvalorizadas e, inclusive, invisibilizadas pelos paradigmas convencionais.

A perspectiva da colonialidade do saber, que nos interessa nesse estudo, aponta uma relação intrínseca entre lugar de enunciação e produção de conhecimentos, e a ciência é vista como um dos principais motores da racionalidade moderna ocidental. Reivindica-se, assim, a crítica em relação a este modelo de racionalidade dominante e a ênfase em outras

racionalidades advindas de uma “epistemologia do Sul”, a partir de experiências silenciadas ou desperdiçadas. Sem uma postura crítica, “todas as propostas apresentadas pelas novas análises sociais, por mais alternativas que se considerem, tenderão a reproduzir o mesmo efeito de ocultação e descrédito” (SANTOS, 2002, p. 238).

Para Santos, trata-se de uma ruptura epistemológica radical em relação à modernidade ocidental, visando sua superação conceitual e não temporal. Nesse debate epistemológico, propõe o pós-modernismo de oposição, conceito nascido a partir do pensamento hegemônico com o intuito de reinventar a emancipação social a partir e em aprendizagem com o Sul global – metáfora que Santos (2014) utiliza para se referir “ao campo de desafios epistêmicos, que procuram reparar os danos e impactos historicamente causados pelo capitalismo na sua relação colonial com o mundo” (SANTOS; MENESES, 2009, p.12). O movimento de globalização contra hegemônica é considerado pelo autor como alternativa construída pelo Sul em sua extrema diversidade política, cultural e social (RAMOS; LOPES; JÁCOME, 2018).

O debate pós-colonial, portanto, visa contribuir para uma (re)abertura epistemológica fundamental em relação às fontes e limites do processo de conhecimento sobre os movimentos sociais, na medida em que suas propostas epistêmicas priorizam o estabelecimento de diálogos horizontais que reconheçam as múltiplas diversidades (GONZÁLEZ, 2010 *apud* BRINGEL, 2011).

Apesar de constituir-se uma dinâmica contraditória, dada à imposição implícita de modelos e referentes culturais, organizativos e discursivos de movimentos e organizações mais fortes frente às dinâmicas e referenciais mais marginais daqueles movimentos mais reduzidos, essa problemática mostra-se enriquecedora e promissora devido à constante reflexão e autocrítica sobre as próprias práticas sociais. Nesse caso, o desconhecimento poderá se converter em reconhecimento, e um horizonte novo se descortinará, rompendo com as cadeias da colonialidade (BRINGEL, 2011).

### **2.2.1 O trabalho de tradução: Da sociologia das ausências, ecologia dos saberes e sociologia das emergências à emancipação social**

A experiência social em todo o mundo excede, segundo Santos (2002), o conhecimento da tradição científica ou filosófica ocidental em amplitude e variedade, o que implica no desperdício da riqueza social que não se encontra dentro desta lógica. Além disso, a compreensão do mundo e a forma como ela cria e legitima o poder social relaciona-se às

concepções do tempo e da temporalidade, sendo que a concepção ocidental de racionalidade possui, como característica fundamental, a contração do presente e a expansão do futuro. O presente, assim, torna-se um instante fugidio, entrincheirado entre o passado e o futuro; e o futuro, amplia-se indefinidamente, não possibilitando que as experiências do presente sejam passíveis de comparação com as expectativas, sempre positivas, do futuro. Para enfrentar esse desperdício, tornando as iniciativas e os movimentos alternativos visíveis, bem como dotados de credibilidade, no entanto, não basta recorrer à ciência social dominante, nem propor um outro tipo de ciência social, é preciso pautar-se em um modelo diferente de racionalidade, a partir da crítica do modelo de racionalidade ocidental dominante (*ibid.*).

O autor empreende a essa crítica, denominando-a, com base em Leibniz, de razão indolente, e propõe um outro modelo, a razão cosmopolita, a partir de três procedimentos sociológicos: a sociologia das ausências, a sociologia das emergências e o trabalho de tradução. Partindo do pressuposto de que não é possível explicar, por meio de uma teoria geral, a imensa diversidade de experiências sociais existentes, sugere uma teoria ou um processo de tradução, capaz de criar uma inteligibilidade mútua entre experiências possíveis e disponíveis (*ibid.*).

Nessa perspectiva, a indolência da razão ocorre em quatro formas diferentes:

[...] a razão impotente, aquela que não se exerce porque pensa que nada pode fazer contra uma necessidade concebida como exterior a ela própria; a razão arrogante, que não sente necessidade de exercer-se porque se imagina incondicionalmente livre e, por conseguinte, livre da necessidade de demonstrar a sua própria liberdade; a razão metonímica, que se reivindica como a única forma de racionalidade e, por conseguinte, não se aplica a descobrir outros tipos de racionalidade ou, se o faz, fá-lo apenas para as tornar em matéria-prima; e a razão proléptica, que não se aplica a pensar o futuro, porque julga que sabe tudo a respeito dele e o concebe como uma superação linear, automática e infinita do presente (SANTOS, 2002, p. 239).

A razão indolente corresponde, nas suas várias formas, ao conhecimento filosófico e científico hegemônico produzido no Ocidente nos últimos duzentos anos, sob o contexto sócio-político da consolidação do Estado liberal na Europa e na América do Norte, das revoluções industriais, e do desenvolvimento capitalista, do colonialismo e do imperialismo. Como contraponto, o romantismo e o marxismo não se apresentaram suficientemente fortes nem diferentes para se constituírem enquanto alternativa à razão indolente, tornando-a direção para os grandes debates filosóficos e epistemológicos dos dois últimos séculos. A razão impotente e a razão arrogante formataram os debates entre determinismo e livre arbítrio, realismo e construtivismo, e estruturalismo e existencialismo, tornando-os intelectualmente indolentes. A razão metonímica, por sua vez, apropriou-se de debates antigos, como entre o holismo e o atomismo, e constituiu outros, como entre a explicação e a compreensão, e, nos

anos 80 e 90, presidiu, mesmo na introdução do tema do multiculturalismo, a discussão sobre a epistemologia feminista, os estudos culturais e os estudos sociais da ciência, que foram transformados em uma pluralidade pouco estável de cultura. Por fim, a razão proléptica manteve seu domínio nos debates sobre o idealismo e o materialismo dialéticos, sobre o historicismo e o pragmatismo, mesmo sendo contestada, a partir da década de 80, com as teorias da complexidade e do caos, e as ideias de entropia e catástrofe. Os demais saberes não científicos nem filosóficos e, sobretudo, não ocidentais, continuaram, em grande medida, distantes do debate, não havendo nenhuma reestruturação do conhecimento. A mudança na estruturação dos conhecimentos, portanto, requer o desafio à razão indolente (*ibid.*).

Embora seja apenas uma das lógicas de racionalidade existentes no mundo, a razão metonímica afirma-se como uma razão exaustiva e completa, não aceitando que nada fora de sua totalidade seja ou mereça ser inteligível, ou que seja pensado fora da relação com a totalidade. Assim, segundo essa lógica, o Norte não é inteligível, nem tem vida própria, fora da relação com o Sul, nem tampouco o conhecimento tradicional sem a relação com o conhecimento científico. Nesse sentido, a modernidade ocidental possui uma compreensão limitada do mundo e de si própria (*ibid.*).

A produção social destas ausências tem, como consequência, a subtração do mundo e a contração do presente e, dessa forma, o desperdício da experiência. A crítica da razão metonímica, assim, evidencia-se como uma condição necessária no sentido de recuperar a experiência desperdiçada. Utilizando-se da sociologia das ausências, visa identificar o âmbito dessa subtração e dessa contração de modo a considerar as experiências ausentes produzidas como alternativas às experiências hegemônicas, tornando-as presentes. Com isso, a credibilidade dessas experiências pode ser discutida, bem como as relações destas com as experiências hegemônicas podem ser objeto de disputa política, criando condições para a ampliação do campo das experiências credíveis e, dessa forma, expandindo o mundo e dilatando o presente (*ibid.*).

A ampliação do mundo ocorre tanto pelo aumento do campo das experiências credíveis existentes, quanto pelo aumento das possibilidades de experimentação social no futuro; enquanto a dilatação do presente ocorre pela expansão do contemporâneo e pelo achatamento do tempo presente, tornando contemporâneas as experiências e práticas simultâneas, ainda que cada uma a sua maneira. A partir dessa racionalidade cosmopolita, é possível criar o espaço-tempo necessário para conhecer e valorizar a inesgotável experiência social em curso no mundo atual (*ibid.*).

A proposta de Santos (2002), assim, concebe a sociologia das ausências como uma forma de expandir o presente, e a sociologia das emergências com vistas a contrair o futuro. A primeira consiste em um procedimento cujo objeto empírico é considerado impossível à luz das ciências sociais convencionais, pois a sua formulação já representa, em si, uma ruptura com os seus paradigmas. Trata-se de uma investigação que visa transformar objetos impossíveis em possíveis e, a partir deles, transformar as ausências em presenças, centrando-se nos fragmentos da experiência social não socializados pela totalidade da ciência dominante:

O que é que existe no Sul que escapa à dicotomia Norte/Sul? O que é que existe na medicina tradicional que escapa à dicotomia medicina moderna/medicina tradicional? O que é que existe na mulher que é independente da sua relação com o homem? É possível ver o que é subalterno sem olhar à relação de subalternidade? (*ibid.*, p. 246)

O trabalho da sociologia das ausências implica em identificar os modos de confrontar e superar a concepção das totalidades homogêneas e excludentes, e da razão metonímica que a sustenta (enquanto expressão da razão indolente), a partir de cada uma das lógicas ou modos de produção de ausência (*ibid.*). Nesse processo, o autor oferece, como resposta à razão indolente, a ecologia de saberes, apontando-a como meio de intervenção no real e de busca de intersubjetividades, cujas práticas de saberes têm lugares, durações e ritmos diferentes. O objetivo, assim, é dar voz a diversos conhecimentos que possibilitem a inserção e maior participação dos grupos sociais (RAMOS; LOPES; JÁCOME, 2018), caracterizando-se como uma contra-epistemologia, cujo avanço resulta de dois fatores: a globalização contra hegemônica e o pensamento pluralista e propositivo (SANTOS, 2010 *apud* RAMOS; LOPES; JÁCOME, 2018).

Em primeiro lugar, é preciso questionar a lógica da monocultura do saber e do rigor científicos por meio da identificação de outros saberes e critérios de rigor que operam credivelmente em contextos e práticas sociais declarados não-existentes pela razão metonímica (SANTOS, 2002):

Essa credibilidade contextual deve ser considerada suficiente para que o saber em causa tenha legitimidade para participar de debates epistemológicos com outros saberes, nomeadamente com o saber científico. A ideia central da sociologia das ausências neste domínio é que não há ignorância em geral nem saber em geral. Toda a ignorância é ignorante de um certo saber e todo o saber é a superação de uma ignorância particular (SANTOS, 2002, p.250).

A partir deste princípio de incompletude, emerge a possibilidade de diálogo e de disputa epistemológica entre os diferentes saberes: cada saber contribui para esse diálogo com base no modo como orienta uma dada prática na superação de uma certa ignorância. E desse

confronto e diálogo entre os saberes, entre diferentes processos, práticas diferentemente ignorantes se transformam em práticas diferentemente sábias (SANTOS, 2002).

A sociologia das ausências, portanto, objetiva substituir a monocultura do saber científico por uma ecologia de saberes, tanto no sentido de superar a monocultura do saber científico, quanto na ideia de que os saberes não científicos são alternativos ao saber científico. A ideia de alternativa pressupõe a ideia de norma e, nesse contexto, a designação de algo como alternativo possui uma conotação latente de subalternidade (*ibid.*).

A segunda lógica assenta-se na monocultura do tempo linear, ou seja, na ideia de que a história tem sentido e direção únicos e conhecidos, como a noção de que o tempo é linear e que, na frente, encontram-se os países centrais do sistema mundial com seus conhecimentos, instituições e formas de sociabilidade. Tal lógica produz a não-existência, declarando atrasado tudo o que se mostra assimétrico em relação ao que é declarado avançado, e tudo que é não-contemporâneo ao que não obedece ao contemporâneo. Assim, a simultaneidade esconde as assimetrias dos tempos históricos, e a não-existência assume a forma da residualização, sob forma de várias designações, tais como primitivo, pré-moderno, simples, obsoleto, subdesenvolvido (*ibid.*).

A ecologia das temporalidades busca confrontar essa concepção com a ideia de que o tempo linear é apenas uma entre muitas concepções do tempo, e que o domínio do tempo linear resulta da primazia da modernidade ocidental, que o adotou como seu, e não da sua primazia enquanto concepção temporal (*ibid.*).

A sociologia das ausências, assim, liberta as realidades alternativas do estatuto de resíduo, substituindo a monocultura do tempo linear pela ecologia das temporalidades, de onde advém que as sociedades são constituídas por várias temporalidades e que a desqualificação, supressão ou ininteligibilidade de muitas práticas são fruto de se pautarem por temporalidades que extravasam o cânone temporal da modernidade ocidental capitalista. Uma vez recuperadas e conhecidas, as temporalidades tornam-se inteligíveis, e as práticas e as sociabilidades que se pautam por elas, dotadas de credibilidade, argumentação e disputa política. Nesse caso, a dilatação do presente ocorre tanto pela relativização do tempo linear, quanto pela valorização de outras temporalidades a elas articuladas ou em conflito (*ibid.*).

A ecologia dos reconhecimentos, por sua vez, incide sobre a lógica da produção de ausências relativa à classificação social, na qual ocorre a desqualificação dos agentes e da experiência social (práticas e saberes). A sociologia das ausências, neste nível, confronta-se com a colonialidade, buscando uma nova articulação entre os princípios da igualdade e da diferença, e acenando para a possibilidade de diferenças iguais – uma ecologia de diferenças a

partir de reconhecimentos recíprocos, da desconstrução tanto da diferença como da hierarquia (*ibid.*).

Por outro lado, a lógica da escala global é confrontada pela ecologia das trans-escalas, ou seja, da recuperação do que, no local, não é efeito da globalização hegemônica. Tal tarefa exige que o local seja conceitualmente desglobalizado, a fim de identificar o que dele não foi integrado na globalização hegemônica e, portanto, diferenciando-se do globalismo localizado, que corresponde ao impacto específico da globalização hegemônica no local (SANTOS, 2000). Ao desglobalizar o local, relativamente à globalização hegemônica, a sociologia das ausências explora, também, a possibilidade de uma globalização contra hegemônica. A desglobalização do local e a sua eventual reglobalização contra hegemônica ampliam, assim, a diversidade das práticas sociais ao oferecer alternativas ao globalismo localizado (SANTOS; 2002).

Finalmente, no domínio da lógica produtivista, a sociologia das ausências objetiva a recuperação e valorização dos sistemas alternativos de produção, das organizações econômicas populares, das cooperativas operárias, das empresas autogeridas, da economia solidária, etc., ocultadas ou desacreditadas pela ortodoxia produtivista capitalista. Este nível confronta o paradigma do desenvolvimento e do crescimento econômico infinito e a sua lógica de primazia dos objetivos de acumulação sobre os objetivos de distribuição, base do capitalismo global. O intuito é reconstruir as outras formas de produção para além da relação de desqualificação e da subalternidade, que o paradigma do desenvolvimento econômico e sua lógica sempre as dispensaram (*ibid.*).

O objetivo da sociologia das ausências, portanto, é revelar a diversidade e multiplicidade das práticas sociais, dando-lhes credibilidade em contraposição à credibilidade exclusiva das práticas hegemônicas. O conceito de ecologia - ecologia de saberes, ecologia de temporalidades, ecologia de reconhecimentos e ecologia de produções e distribuições sociais – envolve a noção de multiplicidade e de relações não destrutivas entre os agentes. Em comum, encontra-se a ideia de que a realidade não pode ser reduzida ao que existe, sendo necessário incluir as realidades ausentes, por via do silenciamento, da supressão e da marginalização, ou seja, as realidades que são ativamente produzidas como não existentes (RAMOS; LOPES; JÁCOME, 2018).

Esse trabalho, ademais, é contra-factual, confronta-se com o senso comum científico tradicional, e utiliza-se da imaginação sociológica de dois tipos: epistemológica, que permite diversificar os saberes, as perspectivas e as escalas de identificação, análise e avaliação das práticas; e democrática, que possibilita o reconhecimento de diferentes práticas e atores

sociais. Ambas possuem duas dimensões: uma desconstrutiva, que assume 5 formas, correspondentes à crítica das cinco lógicas da razão metonímica, ou seja, despensar, desresidualizar, desracializar, deslocalizar e desproduzir; e uma reconstrutiva, constituída pelas cinco ecologias acima referidas (SANTOS, 2002).

A razão proléptica, por sua vez, é a face da razão indolente que concebe o futuro a partir da monocultura do tempo linear e, por isso, parte do pressuposto de que a história tem o sentido e a direção conferidos pelo progresso. Como o progresso não tem limites, dilata-se o futuro, tomando-o como infinito. A crítica da razão proléptica, dessa forma, objetiva contrair o futuro, o que significa torná-lo objeto de cuidado, buscando-se eliminar ou atenuar a discrepância entre a concepção do futuro da sociedade e a concepção do futuro dos indivíduos (*ibid.*).

Do mesmo modo que a dilatação do presente é obtida por meio da sociologia das ausências, a contração do futuro é obtida através da sociologia das emergências, que consiste em substituir o vazio do futuro, segundo o tempo linear, por um futuro de possibilidades plurais e concretas, simultaneamente utópicas e realistas, que se vão construindo no presente através das atividades de cuidado (*ibid.*).

O trabalho da sociologia das emergências refere-se a uma ampliação simbólica dos saberes, práticas e agentes, que consiste em uma investigação prospectiva que opera por meio de dois procedimentos: “tornar menos parcial o nosso conhecimento das condições do possível; tornar menos parciais as condições do possível” (*ibid.*, p. 258). No primeiro, objetiva-se conhecer melhor pistas, sinais ou traços de tendência ou possibilidade futura nas realidades investigadas; no segundo, intenta-se fortalecer essas pistas, a partir de princípios de ação que permitam a realização dessas condições. Nesse processo, o conhecimento avança, na medida em que se identifica credivelmente saberes ou práticas emergentes (*ibid.*).

Diferentemente da sociologia das ausências, na qual a ausência diz respeito ao que é ativamente produzido como não existente, mas disponível aqui e agora, ainda que silenciado, marginalizado ou desqualificado; na sociologia das emergências, a ausência refere-se a uma possibilidade futura, ainda por identificar, e uma capacidade, ainda não plenamente formada, para efetivar-se. Assim, na primeira, a axiologia do cuidado é exercida em relação às experiências sociais enquanto alternativas disponíveis, ao passo que, na segunda, a axiologia realiza-se no campo das expectativas sociais baseadas em alternativas possíveis (*ibid.*).

Dessa forma, enquanto a razão proléptica ampliou enormemente as expectativas, reduziu o campo das experiências e contraiu o presente, a sociologia das emergências busca uma relação mais equilibrada entre experiência e expectativa, o que implica dilatar o presente

e encurtar o futuro. Tais expectativas são contextuais, medidas por possibilidades e capacidades concretas e radicais, e reivindicam uma realização forte contra a frustração, ao tempo em que apontam para os novos caminhos da emancipação social, ou melhor, das emancipações sociais (*ibid.*).

Há, por outro lado, uma estreita associação entre as duas sociologias, pois quanto mais disponíveis e diversas as experiências no mundo, em relação a conhecimentos e agentes, mais experiências são possíveis no futuro; e quanto mais ampla a realidade credível, mais vasto o campo dos sinais ou pistas credíveis e dos futuros possíveis e concretos. Entretanto, a via para essa multiplicação e diversificação, na sociologia das ausências, refere-se à ecologia dos saberes, dos tempos, das diferenças, das escalas e das produções, ao passo que, na sociologia das emergências, se revela por meio da amplificação simbólica das pistas ou sinais, explorando as possibilidades de conflitos e diálogos entre as diferentes vertentes, em diversos campos sociais. As experiências mais importantes nesse sentido referem-se às Experiências de conhecimentos (biotecnologia e conhecimentos indígenas ou tradicionais, medicina moderna e medicina tradicional, jurisdições indígenas ou autoridades tradicionais e jurisdições modernas, nacionais, agricultura industrial e agricultura camponesa ou sustentável, conhecimento técnico e conhecimentos leigos); às Experiências de desenvolvimento, trabalho e produção (modo de produção capitalista/ modelo de desenvolvimento como crescimento infinito e formas e modos de economia solidária, alternativa, organizações econômicas populares, formas de redistribuição social baseadas na cidadania e não na produtividade, dentre outras); às Experiências de reconhecimento (sistemas dominantes de natureza capitalista, tais como racismo, sexismo e xenofobia, e experiências de natureza anticapitalista, como ecologia anticapitalista, multiculturalismo progressista, constitucionalismo multicultural, discriminação positiva sob a forma de direitos coletivos e cidadania pós-nacional e cultural); às Experiências de democracia (democracia representativa liberal enquanto modelo hegemônico e democracia participativa); e às Experiências de comunicação e de informação, ocasionadas pela revolução das tecnologias de comunicação e de informação (fluxos globais de informação/meios de comunicação social globais e redes de comunicação independente transnacionais/media independentes alternativos (*ibid.*)).

O trabalho de tradução, por sua vez, é proposto como alternativa à teoria geral, na medida em que não é possível uma teoria grande e única, nem há como pré-definir o sentido e a direção da transformação social. Assim, o objetivo consiste em criar inteligibilidade recíproca entre as experiências disponíveis e possíveis do mundo, reveladas pelas sociologias das ausências e das emergências. Tal procedimento não atribui estatuto de totalidade

exclusiva, nem de parte homogênea a nenhum conjunto de experiências, sendo estas vistas, em momentos distintos, como totalidades ou partes e como realidades que se não esgotam nessas totalidades ou partes, como, por exemplo, ver o subalterno tanto dentro, como fora, da relação de subalternidade (*ibid.*).

A tradução entre saberes assume a forma de uma hermenêutica diatópica, com o objetivo de empreender um trabalho de interpretação entre duas ou mais culturas a fim de identificar preocupações isomórficas e diferentes respostas. Parte da ideia de que todas as culturas são incompletas e, portanto, podem ser enriquecidas pelo diálogo e pelo confronto com outras culturas. Além disso, pode ocorrer tanto entre saberes hegemônicos e saberes não hegemônicos, quanto entre diferentes saberes não hegemônicos. A importância deste último reside na constatação de que, somente por meio da inteligibilidade recíproca, e consequente possibilidade de agregação entre saberes não hegemônicos, é possível construir a contra hegemonia (*ibid.*).

Por outro lado, o trabalho de tradução incide sobre as práticas e os seus agentes, pois, parte-se do pressuposto que todas as práticas sociais envolvem conhecimentos e, por isso, constituem, também, práticas de saber. Além disso, pretende criar inteligibilidade recíproca entre formas de organização e objetivos de ação, incidindo, portanto, sobre os saberes enquanto saberes aplicados, transformados em práticas e materialidades. A especificidade desse trabalho, entretanto, torna-se mais evidente nas situações nas quais os saberes que informam diferentes práticas são menos distintos do que as práticas em si mesmas, como, por exemplo, quando as práticas ocorrem no interior do mesmo universo cultural (*ibid.*).

A importância do trabalho de tradução entre as práticas refere-se, primeiramente, ao aumento significativo de estoques - disponível e possível - de experiências sociais a partir das sociologias estudadas. Em segundo lugar, como não há um princípio único de transformação social, não é possível determinar, em abstrato, articulações e hierarquias entre as diferentes experiências sociais e as suas concepções de transformação social. Apenas por meio da inteligibilidade recíproca das práticas, é possível avaliá-las e definir alianças entre elas. Além disso, essa importância se estende às práticas não-hegemônicas, uma vez que a inteligibilidade entre elas é uma condição da sua articulação recíproca, e esta, condição para a conversão das práticas não-hegemônicas em práticas contra hegemônicas. O potencial anti-sistêmico ou contra hegemônico de qualquer movimento social reside na sua capacidade de articulação com outros movimentos, com as suas formas de organização e os seus objetivos, e para que essa articulação seja possível, é necessário que os movimentos sejam reciprocamente inteligíveis (*ibid.*).

Assim, o trabalho de tradução esclarece o que une e o que separa os diferentes movimentos e as diferenças práticas de modo a determinar as possibilidades e os limites da articulação ou agregação entre eles. E como não há uma prática social ou um sujeito coletivo privilegiado, em abstrato, para conferir sentido e direção à história, torna-se decisivo para definir, em concreto, em cada momento e contexto histórico, quais as constelações de práticas com maior potencial contra hegemônico (*ibid.*).

O trabalho de tradução é complementar ao da sociologia das ausências e da sociologia das emergências, e pretende criar inteligibilidade, coerência e articulação em um mundo enriquecido pela multiplicidade e diversidade das experiências disponíveis e possíveis proporcionadas pelas sociologias. Não se reduz aos componentes técnicos, pois o modo como estes são aplicados têm de ser objeto de deliberação democrática; consistindo em um trabalho intelectual, político, transgressivo e, além de tudo, emocional, porque pressupõe o inconformismo perante uma carência decorrente do caráter incompleto ou deficiente de um dado conhecimento ou de uma dada prática. Por isso, as ciências sociais convencionais são de pouca utilidade para o mesmo: o fechamento disciplinar significou o fechamento da inteligibilidade da realidade investigada e esse fechamento foi responsável pela redução da realidade às realidades hegemônicas ou canônicas (*ibid.*).

O trabalho de tradução assenta-se, portanto, sob o pressuposto da “teoria geral da impossibilidade de uma teoria geral” sobre o qual deve ser criado um consenso transcultural (*ibid.* p. 268). Na ausência deste universalismo negativo, a tradução transforma-se em um trabalho colonial, por mais pós-colonial que se proponha. Por outro lado, na garantia deste pressuposto, é preciso elucidar as condições e procedimentos do trabalho a partir das respostas às questões abaixo:

O que traduzir? A fim de empreender essa tarefa, é preciso compreender o conceito de zona de contato, que se relaciona aos campos sociais nos quais diferentes mundos-da-vida normativos, práticas e conhecimentos se encontram e interagem. As duas zonas de contato, constitutivas da modernidade ocidental e caracterizadas pela imensa disparidade entre as realidades em contato e desigualdade das relações de poder, são: a zona epistemológica, na qual a ciência moderna e o saber ordinário se confrontam, e a zona colonial, na qual colonizador e o colonizado se defrontam. As zonas de contato reclamadas pela razão cosmopolita devem ser construídas a partir do confronto dessas duas zonas anteriores, assim como do princípio de que cada saber ou prática decide o que é posto em contato com quem, configurando uma seletividade ativa. Além disso, há a seletividade passiva, que consiste no que se tornou impronunciável, em uma dada cultura, devido à opressão extrema ao que foi

submetido durante longos períodos. Estas se configuram ausências profundas, vazios sem possibilidade de preenchimento, que dão forma à identidade dos saberes e práticas em questão. Por outro lado, as versões mais inclusivas, que contêm um círculo mais amplo de reciprocidade, geram as zonas de contato mais promissoras, mais adequadas para o aprofundamento do trabalho de tradução e a hermenêutica diatópica.

Entre quê traduzir? A seleção dos saberes e práticas, entre os quais o trabalho é realizado, resulta de uma convergência de sensações de experiências de carência, inconformismo, assim como motivação para superá-las de uma forma específica, podendo surgir como reação a uma zona de contato colonial ou imperial;

Quando traduzir? A zona de contato cosmopolita é resultado de uma conjugação de tempos, ritmos e oportunidades, sob pena de torna-se imperial e o trabalho, uma forma de canibalização. A sociologia das ausências consiste em contrapor uma constelação pluralista de tempos e durações à lógica da monocultura do tempo linear, a fim de libertar as práticas e os saberes, não pautados pelo tempo linear, do seu estatuto residual. Assim, objetiva converter a simultaneidade, que a zona de contato proporciona, em contemporaneidade, o que não significa que esta anule a história anterior desse saber ou dessa prática, ao supor seu início à presença na zona de contato;

Quem traduz? Os saberes e as práticas existem, na medida em que são usados ou exercidos por grupos sociais, do que decorre que o trabalho de tradução é sempre realizado entre representantes desses grupos, denominados intelectuais cosmopolitas. Consiste em um trabalho argumentativo, que exige capacidade intelectual, um forte engajamento nas práticas e saberes que representam e uma compreensão profunda e crítica, o que possibilita a carência, o sentimento de incompletude e a motivação para encontrar em outros saberes ou outras práticas as respostas não encontradas dentro dos limites de um dado saber ou de uma dada prática; e, por fim,

Como traduzir? O trabalho argumentativo baseia-se na emoção cosmopolita de partilhar o mundo com quem não partilha o nosso saber ou a nossa experiência. Há, entretanto, múltiplas dificuldades, tais como: as premissas da argumentação, a língua e os silêncios. Em relação à primeira, o trabalho da tradução não dispõe de postulados, axiomas, regras ou ideias, pois, por serem próprios de um dado saber ou de uma dada cultura, não são aceitos como evidentes por outro saber ou outra cultura. O que ocorre é que esses lugares comuns (denominados topoi), que cada saber ou prática traz para a zona de contato, deixam de ser premissas da argumentação e transformam-se em argumentos, até que se construam topoi mais adequados à zona de contato e à situação de tradução. A segunda dificuldade

corresponde à língua, na qual a argumentação é conduzida, pois nem sempre saberes e práticas nas zonas de contato apresentam a mesma língua ou dominam, do mesmo modo, a língua comum. Além disso, quando a zona de contato cosmopolita é multicultural, de forma frequente, uma das línguas é a que dominou a zona de contato imperial ou colonial e, assim, a substituição desta por uma zona de contato cosmopolita pode ser boicotada pelo uso da língua anteriormente dominante, principalmente pelo fato da língua em questão ser responsável pela própria impronunciabilidade de algumas aspirações centrais dos saberes e práticas que foram oprimidos na zona colonial. Por fim, a terceira dificuldade relativa aos silêncios implica nos diferentes ritmos com que os diferentes saberes e práticas sociais articulam as palavras com os silêncios e do significado atribuído ao silêncio por parte das diferentes culturas. Nesse sentido, a gestão e tradução do silêncio constituem-se uma das tarefas mais exigentes do trabalho de tradução (*ibid.*).

Toda essa argumentação, concernente ao trabalho de tradução ancorado nas sociologias das ausências e das emergências, permitem-nos desenvolver uma alternativa à razão indolente, sob a forma de razão cosmopolita, sustentada na premissa de que não é possível a justiça social global sem uma justiça cognitiva global. Empreende-se, nesse caso, um trabalho de imaginação epistemológica e imaginação democrática, que objetiva construir novas e plurais concepções de emancipação social sobre as ruínas da emancipação social automática do projeto moderno. Especificamente,

o objetivo da tradução entre saberes é criar justiça cognitiva a partir da imaginação epistemológica. O objetivo da tradução entre práticas e seus agentes é criar as condições para uma justiça social global a partir da imaginação democrática (*ibid.*, p. 274).

Assim, torna-se possível criar constelações de saberes e de práticas suficientemente fortes para oferecer alternativas credíveis à globalização neoliberal, esse novo passo do capitalismo global, que pretende sujeitar a totalidade inesgotável do mundo à lógica mercantil. Além disso, como consequência, torna-se possível criar as condições para emancipações sociais concretas de grupos sociais concretos em um presente cuja injustiça é legitimada com base em um maciço desperdício de experiência. O tipo de transformação social possível de construção, entretanto, exige que as constelações de sentido criadas pelo trabalho de tradução se transformem em práticas transformadoras (*ibid.*).

Nesse sentido, a razão cosmopolita, ao propor a dilatação do presente e a contração do futuro, aumenta o campo das experiências, possibilitando uma melhor avaliação das alternativas contemporâneas possíveis e disponíveis. A diversificação das experiências, por sua vez, recria a tensão entre experiências e expectativas, de modo que aconteçam no

presente, e o novo inconformismo seja o resultado da constatação de que é possível viver, hoje, em um mundo melhor. A possibilidade de um outro futuro, assim, não se encontra distante, mas na reinvenção do presente, ampliado pelas sociologias das ausências e das emergências e tornado coerente pelo trabalho de tradução (*ibid.*).

Nesse contexto, Santos (2005) aponta que essas experiências desperdiçadas constituem um conjunto vasto de redes, iniciativas, organizações e movimentos que lutam hoje contra as consequências econômicas, sociais e políticas da globalização hegemônica, se opondo às concepções de desenvolvimento mundial subjacentes a esta e, ao mesmo tempo, propondo concepções alternativas.

Essas iniciativas, designadas como globalização contra hegemônica, têm como objetivo central as lutas contra a exclusão social (entendida sempre como produto de relações de poder desiguais), e possuem um *ethos* redistributivo no sentido mais amplo da expressão, ou seja, implicam na redistribuição de recursos materiais, sociais, políticos, culturais e simbólicos. Tal redistribuição baseia-se nos princípios da igualdade e do reconhecimento da diferença, pondo em evidência a luta por trocas e relações de autoridade (mais do que relações de poder) iguais (*ibid.*).

Na medida em que as trocas e as relações de poder desiguais se cristalizam na política e no direito, a globalização contra hegemônica se expressa em lutas políticas jurídicas orientadas pela ideia de que é possível confrontar as estruturas e as práticas político-jurídicas através de princípios político-jurídicos alternativos, denominados de política e legalidade cosmopolita subalterna. Desta política, dois processos de globalização contra hegemônica evidenciam-se: a ação coletiva global, operando por meio de redes transnacionais de ligações locais/nacionais/globais; e as lutas locais ou nacionais, cujo sucesso repercute na reprodução em outros lugares ou no funcionamento em rede com lutas paralelas em espaços distintos (*ibid.*).

A partir dessa globalização contra hegemônica alternativa, e da formulação de um novo modelo de emancipação social baseada no reconhecimento da diversidade dos agentes e dos objetivos da transformação social, o autor considera que uma outra matriz de governação tem sido gerada: uma governação contra hegemônica insurgente, que envolve a articulação e coordenação entre uma imensa variedade de movimentos sociais e de organizações da sociedade civil, com o intuito de aliar estratégias e táticas, definir agendas, bem como planejar e realizar ações coletivas (*ibid.*).

Nesse contexto, a emancipação social é entendida como a aspiração a uma sociedade na qual existam relações de autoridade partilhada ao invés de diferentes relações de poder,

evidenciando uma designação mais inclusiva, sustentada em processos e não estágios finais de transformação social (*ibid.*).

Raúl Zibechi<sup>1</sup> encontra-se alinhado a este debate, ao propor a descolonização do pensamento crítico e apontar as periferias como lócus de resistência e emancipação social, onde se criam novas territorialidades e formas de organização coletiva anticapitalistas. Defende, portanto, que movimento social é, rigorosamente, mudança de lugar social, não lugares de chegada, mas fluxos e movimento:

Todo movimento social se configura a partir daqueles que rompem a inércia e se movem, ou seja, mudam de lugar, recusam o lugar ao qual historicamente estavam inscritos dentro de uma determinada organização social e procuram ampliar os espaços de expressão que, como já alertou Michael Foucault, tem fortes implicações na ordem política (PORTOGONÇALVES, 2001, *apud* SILVA, 2017, p. 279).

Tal abordagem contribui para a compreensão do momento atual, na medida em que aponta a descrença nos sujeitos políticos tradicionais, tais como os partidos, sindicatos e organizações, vivida em nosso século. Por possuírem uma estrutura hierarquizada, por vezes centralizadora, tais instâncias não se mostram mais capazes de produzir transformações ou uma narrativa que considere a heterogeneidade das lutas sociais. Além disso, essa forma de entendimento fortalece a construção de ações conjuntas ou uma agenda com pontos comuns no campo democrático popular, haja vista que não implica na perda das identidades programáticas ou o abandono das causas mobilizadoras dos movimentos, mas evidencia a potência de cada uma das lutas: a construção de relações sociais contra hegemônicas, com seu tempo e espaço de ação, com certa autonomia em relação ao capital, ressignificando a relação entre as pessoas (SILVA, 2017).

A ênfase de Zibehi, assim, ao analisar movimentos sociais, recai sobre o território, compreendendo que nos territórios periféricos se praticam modos de vida diferenciados e se desenvolvem relações sociais diferentes das capitalistas hegemônicas. O território, portanto, não é apenas um modo de produção, mas uma criação político-cultural, na qual relações sociais contra hegemônicas se reproduzem (*ibid.*).

Nessa perspectiva, as periferias urbanas podem colaborar com o processo de emancipação, pois

[...] elas são territórios onde se constroem iniciativas coletivas (...), onde há solidariedade, complementaridade, relações de amizade que podem ser a base de construções mais sólidas dos movimentos. Nas favelas se criam coisas e se estabelecem relações completamente diferentes das hegemônicas e é essa criação diferenciada que permite termos outras ressonâncias, que colocam em xeque o mundo do consumo. Não importa se o que fazemos é muito ou pouco, grande ou

---

<sup>1</sup> Raúl Zibechi é jornalista, escritor e pensador-ativista uruguaio, estudioso das novas formas de organização dos movimentos sociais na América Latina.

pequeno, importa se fazemos coisas diferentes, pois é a diferença que faz com que as pessoas se comovam e passem a participar da luta (ZIBECHI, 2016 *apud* SILVA, 2017, p. 281).

A partir de uma lógica familiar-comunitária, centrada no papel da mulher-mãe, as periferias vêm construindo uma espécie de mundo próprio, um mundo feminino, de valores de uso, comunitário, autogerido, inclusivo, cuja força motriz são os afetos. Essa experiência vai pautando seus projetos históricos, radicalmente distintos do mundo hegemônico, baseado em relações patriarcais, hierárquicas, heterônomas, excludentes, pautadas por valores de troca e individualistas (SILVA, 2017).

A perspectiva desse estudo, portanto, converge com essa aposta no rompimento dos paradigmas convencionais da epistemologia e da sociologia dos movimentos sociais, realizada por autores como Santos (2010), Geoffrey Pleyers (2018) e Bringel (2011), no sentido de propor perspectivas analíticas mais adequadas para dar conta da enorme diversidade cultural, organizacional e política dos processos coletivos de resistências e de lutas das últimas duas ou três décadas (SANTOS, 2018 *apud* PLEYERS, 2018).

## 2. 3 OS MOVIMENTOS SOCIAIS A PARTIR DA PERSPECTIVA ANALÍTICA COGNITIVA E SOCIOCULTURAL PROPOSTA POR GEOFFREY PLEYERS<sup>2</sup>

O fato de que o homem é capaz de agir significa que se pode esperar dele o inesperado, que ele é capaz de realizar o infinitamente improvável (Arendt, 2008).

As Epistemologias do Sul são o ponto de partida para Geoffrey Pleyers, que empreende essa tarefa de questionar a forma ocidental de visão e compreensão do mundo, refletindo sobre categorias analíticas baseadas em atores sociais de outras regiões do mundo e propondo um diálogo intercultural. Essa postura epistemológica implica em um diálogo com pesquisadores do Sul com o intuito de compreender melhor a realidade dos movimentos sociais contemporâneos, tanto do Sul, quanto do Norte do planeta, contribuindo para a sociologia internacional, a partir de paradigmas que vão além dos paradigmas que dominam a sociologia ocidental.

Essa perspectiva baseou-se na convicção de que eram necessárias novas ferramentas analíticas para entender os movimentos contemporâneos. E, nesse sentido, o autor constatou que a organização e a natureza dos movimentos que surgiram desde 2011, questionavam o campo de estudo e os paradigmas dominantes, que haviam sido estabelecidos a partir de

---

<sup>2</sup> Geoffrey Pleyers é professor e pesquisador do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), co-coordenador do *Grupo de Trabalho de Investigación Militante de CLACSO y Presidente del Research Committee on Social Classes and Social Movements (RC-47) de la International Sociological Association (ISA)*.

estudos de caso de movimentos nos Estados Unidos e na Europa nas décadas de 1960 e 1970, privilegiando perspectivas utilitárias, institucionais e estratégicas de um lado, e identidades e dimensões culturais do outro.

Pleyers realizou um esforço contínuo no sentido de pensar os movimentos sociais não como meros objetos de estudo, como trata a literatura hegemônica sobre o assunto, mas como sujeitos políticos que dizem muito sobre a sociedade, na medida em que "criam a sociedade" enquanto são modelados por ela (BRINGEL, 2018 *apud* PLEYERS, 2018).

O autor empreendeu uma investigação acerca dos movimentos globais na luta contra a globalização neoliberal, surgidos, em um primeiro momento, a partir da metade da década de 1990, e em seu novo ciclo, a partir de 2011, com antecedentes desde a crise financeira e econômica de 2007-2008, e observou que estes movimentos contemporâneos representaram uma nova etapa, com uma reconfiguração das modalidades de ação.

Assim, juntamente com outros pesquisadores do sul, estudou movimentos sociais pós 2010, aos quais denominou alter-globalistas ou alter-mundialistas, e buscou delinear os eixos de uma sociologia que busca entender as culturas ativistas, as forças, os limites e os desafios dos movimentos sociais contemporâneos, considerados como atores e produtores de saberes e conhecimentos, com uma vontade de inscrever essas análises nos debates e desafios epistemológicos, teóricos e metodológicos do estudo dos movimentos sociais contemporâneos.

Nesse contexto, analisou as culturas políticas e os modos como indivíduos e comunidades resistem à forma dominante de globalização econômica, desenvolvendo alternativas concretas, assim como suas visões de mundo e de mudança social, a partir das quais constroem projetos de emancipação.

Para o autor, o pensamento e as práticas de emancipação no século XX foram dominados por um modelo de mudança social centrado, primeiramente, na tomada do poder do Estado - por vias eleitorais ou revolucionárias - e, posteriormente, na transformação da sociedade a partir do Estado.

Entretanto, diante do fracasso dessa perspectiva, e dos desafios da globalização e dominação das políticas econômicas neoliberais, com consequente desideologização e despolarização da sociedade civil, atores e movimentos sociais precisaram reinventar os caminhos para tornarem-se ator de sua vida e de seu mundo (*ibid.*).

Considerando, portanto, esses vieses epistemológicos e as dimensões culturais, cognitivas e subjetivas dos movimentos sociais, é preciso compreender que, apesar de os movimentos progressistas recentes não terem logrado transformar as sociedades e as relações

com a política institucional na magnitude e direção esperadas, houve contribuições para uma transformação da sociedade no sentido de propor outras perspectivas para o significado da democracia e da afirmação da dignidade no século XXI.

A partir das praças, iniciativas específicas de cidadãos ou de suas vidas diárias, ativistas questionam a ideologia dominante e o que significa felicidade e “viver bem”. Contrariamente à imagem da boa vida como acesso à sociedade de consumo, propagada pela sociedade neoliberal, ativistas criam elementos para uma vida diferente, onde o “bem viver” é definido mais pela qualidade das relações sociais do que pela quantidade de bens consumidos.

O ativismo, para esta geração, se constrói a partir das experiências de vida, hiperconectividade, sonhos e demandas por uma vida mais digna e um mundo menos desigual e mais democrático. Cabe ressaltar, também, o contexto histórico, de desigualdades sociais abissais e a necessidade do enfrentamento de forças que foram amplamente subestimadas no início da década.

Nesse sentido, os movimentos alter-globalistas, sem abandonar as questões de reconhecimento, identidades e diversidade, marcaram um retorno às demandas econômicas de justiça social e oposição à desigualdade. Pode-se dizer que essa característica representou um avanço, na medida em que vincularam inseparavelmente as dimensões socioeconômicas e culturais em suas reivindicações e práticas. Assim, apesar da dignidade geralmente associar-se a um repertório de reconhecimento, e não a reivindicações materiais (HONNETH, 2003), as pautas dos ativistas de mobilizações ocorridas entre 2011 e 2016 associaram aspectos subjetivos e socioeconômicos, reivindicações e práticas, dignidade, democracia e justiça social.

Entre os principais pontos apresentados pelos mesmos, encontram-se as críticas radicais da classe política, a denúncia dos limites da democracia representativa e a disposição em manter distâncias dos partidos políticos. Em contextos muito diferentes, jovens e cidadãos denunciaram uma “democracia sem escolha”: os cidadãos votam, mas todos os partidos propõem políticas econômicas muito semelhantes e não há alternativas. A centralidade da ética pessoal, da coerência entre práticas e valores, bem como do ativismo pré-figurativo, conduzem os ativistas a associar a democracia com justiça social e dignidade, não apenas como reivindicações feitas contra elites políticas, mas, acima de tudo, práticas e exigências pessoais. Com isso, não apenas demonstraram seu desacordo com a gestão antiética dos bens públicos por parte dos líderes, mas também experimentaram e promoveram modalidades de uma democracia mais participativa, e uma grande capacidade de ação e iniciativa.

Os movimentos, assim, denunciam que a democracia não se limita a uma questão institucional, devendo ser entendida como uma cultura que se desdobra em práticas concretas, tanto nos movimentos sociais quanto na vida cotidiana. A maneira de organização dos movimentos volta-se, portanto, para espaços de experiência, entendidos como lugares distantes da sociedade capitalista, que permitem aos atores viver de acordo com seus próprios princípios, estabelecer relações diferentes e expressar sua subjetividade.

Essa vertente principal, contudo, não significa que o campo institucional está excluído da luta. Um número crescente de ativistas, dentre estes, muitas experiências na América Latina, tem explorado formas de levar suas demandas ao campo da política institucional e, assim, combinar as aspirações de uma democracia mais participativa com as exigências da cena eleitoral (DELLA PORTA *et al.*, 2017 apud PLEYERS, 2018).

Essas inovações sociais e políticas, bem como as fertilizações recíprocas entre a cultura e as práticas alterativistas com as da democracia representativa, podem se tornar um grande legado dos movimentos recentes e um campo de estudo particularmente interessante para entender o alcance e os limites desses atores e tornar visíveis práticas que possam contribuir para “democratizar a democracia” (SANTOS, 2004).

Por outro lado, na perspectiva de Pleyers, a articulação de distintas escalas de ação e análise é essencial para entender os movimentos contemporâneos. Em sua investigação, a importância da dimensão nacional se evidenciou como uma característica importante de muitas mobilizações desta década. Uma visão da dimensão global dos atores e processos sociais concomitantes em várias regiões do mundo é necessária para entender o mundo e os atores que o transformam em cada país, contanto que não desconectada das escalas local e nacional, e capaz de oferecer ferramentas para dialogar com os atores, teorias e desafios de cada país. Assim, a América Latina é profundamente ancorada em uma história mais global e em uma circulação de conhecimento e atores, porém possui sua própria história, marcada pela força da cultura e de atores indígenas, assim como pela experiência de colonização e seus desafios específicos.

Se, por um lado, destacar a dimensão nacional de uma mobilização tende a ocultar as dimensões locais de conflitos e desafios, sobrepondo a dinâmica da capital e das grandes cidades, e privilegiando a mobilização urbana e midiática sobre os movimentos rurais; por outro, as dimensões nacional e global dos movimentos sociais são erroneamente apresentadas como mutuamente exclusivas. O fato de uma mobilização ser parte de um processo nacional ou reflexo de especificidades nacionais não significa que não possa se inscrever em uma onda internacional de mobilizações e, até mesmo, em um movimento global. Da mesma forma,

reunir elementos que representam especificidades nacionais de um movimento não implica não compartilhar certas características, formas de ação, valores e desafios com outras mobilizações em diferentes partes do mundo e que, portanto, também possam ter uma dimensão internacional.

Por fim, não se pode furta-se ao debate sobre as redes sócio-digitais nos movimentos contemporâneos e em suas análises, pois estas representam uma profunda transformação da organização e significado dos atores contemporâneos. Entretanto, não é tanto no mundo virtual onde são criadas subjetividades políticas e atores de movimentos sociais, mas nas articulações e fertilizações recíprocas entre o mundo da internet e o de lugares públicos, entre a vida cotidiana e vida política, entre redes sociais e convivência em espaços militantes.

Assim, os movimentos que surgiram em todas as regiões do mundo, desde o ano 2011, obrigam os analistas a pensarem os movimentos sociais de uma maneira distinta, atentando para as dimensões subjetivas e objetivas do compromisso que impulsiona os atores, assim como as dimensões locais, nacionais e globais de seus movimentos. Entendendo, portanto, que é preciso estudar os movimentos sociais também como produtores de significados (EYERMAN; JARMISON, 1991 apud PLEYERS, 2018, p. 97) e conhecimentos (SANTOS, 2010).

#### 2.4 A PARTICIPAÇÃO SOCIAL E AS FORMAS CONTEMPORÂNEAS DE ATIVISMO EM CONTEXTOS DEMOCRÁTICOS

No campo da análise política, a democracia corresponde a um modelo de Estado, no qual políticas sociais protegem os cidadãos e reduzem as desigualdades sociais. No Brasil, a democracia participativa é uma diretriz que valoriza a participação social, fortalece a cidadania e contribui para assegurar o exercício de direitos sociais, o pluralismo político e o bem-estar como valores de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, conforme estabelece a Constituição (RIZZOTTO; COSTA; LOBATO, 2018).

De forma mais ampla, para Santos (2016), democracia corresponde a todo o processo de transformação de relações desiguais de poder em relações de autoridade partilhada, evidenciadas nos espaços da família, comunidade, produção, mercado, cidadania e relações internacionais.

As sociedades capitalistas, no entanto, terminaram por consolidar uma concepção hegemônica de democracia, que buscou estabilizar a tensão controlada entre democracia e capitalismo, a chamada democracia liberal. Essa estabilização ocorreu por duas vias: por um

lado, a prioridade à acumulação de capital em relação à redistribuição social e, por outro, a limitação da participação cidadã, individual e coletiva, com o objetivo de não “sobrecarregar” o regime democrático com demandas sociais que pudessem colocar em perigo a prioridade da acumulação sobre a redistribuição (SANTOS; AVRITZER, 2002).

No momento em que o problema da extensão da democracia para os países do Sul foi colocado, pela primeira vez, a concepção hegemônica da democracia teorizou a questão da nova gramática de inclusão social como excesso de demandas. Como consequência, os processos de intensificação democrática tenderam a ser fortemente contestados ou descaracterizados pelas elites excludentes, tornando a participação ambígua e vulnerável (*ibid.*).

Nessa perspectiva, a impossibilidade do exercício democrático, em sua acepção mais ampla, em contextos capitalistas configurou a democracia tal como temos hoje, o que implicou em diversas concessões do capital, tais como: tributação progressiva, nacionalizações, intervenção do Estado na economia. Contudo, tais intervenções só foram possíveis no contexto do pós Segunda Guerra Mundial, havendo o retorno das pulsões originárias do capitalismo, após este período - na forma de neoliberalismo, o capitalismo voltou plenamente à acumulação infinita, concentração de riqueza e transformação potencial de qualquer atividade humana ou da natureza em mercadoria, transformando a democracia liberal em seu oposto, a democracia neoliberal (SANTOS, 2016).

Na visão de Porto, Rocha e Finamore (2014), na democracia brasileira neoliberal, especificamente, o Estado assumiu um papel contraditório: de um lado, implementou políticas públicas voltadas aos direitos fundamentais através de limitadas políticas redistributivas, sociais e do SUS, e, de outro, vemos o papel do mesmo Estado nas políticas econômicas, tecnológicas e educacionais que sustentam o modelo hegemônico, aliando-se a grupos sociais conservadores e corporações transnacionais, o que resulta em flexibilização dos marcos jurídicos conquistados para a proteção do trabalhador, do meio ambiente e a garantia dos direitos fundamentais.

Do ponto de vista da cidadania, esse modelo hegemônico de democracia tem se mostrado hostil à participação ativa dos cidadãos na vida política, que, quando se apresenta, tem sido reduzida ao nível local. Nesse sentido, as aspirações revolucionárias de participação democrática no século XIX foram reduzidas a formas de democracia de baixa intensidade no decorrer do século XX, sendo evidenciados os perigos da perversão e da cooptação. E os objetivos de inclusão social e de reconhecimento das diferenças foram sendo pervertidos e descaracterizados, convertidos no seu contrário. Importante ressaltar que tais perigos

envolvem tanto as práticas da democracia representativa quanto às práticas da democracia participativa, que visam ampliar o cânone político e, com isso, o espaço público e os debates e demandas sociais que o constituem. Estas também se encontram sujeitas à cooptação de interesses e atores hegemônicos com vistas à legitimação da exclusão social e da repressão da diferença (SANTOS; AVRITZER, 2002).

Outras formas de perversão também podem se fazer presentes, tais como: a burocratização da participação, a reintrodução de clientelismo sob novas formas, a instrumentalização partidária, a exclusão de interesses subordinados através do silenciamento e a manipulação das instituições participativas. Nesses casos, é preciso aprendizagem e reflexão constantes no sentido de novos aprofundamentos democráticos para que esses riscos sejam evitados (*ibid.*).

Entretanto, apesar do contexto mostrar-se hostil à participação social, há um processo de pluralização cultural e de reconhecimento de novas identidades com implicações profundas nas redefinições da prática democrática – redefinições que vão além da democracia representativa. Duas formas possíveis de combinação entre democracia participativa e democracia representativa são propostas: a coexistência e a complementaridade. Enquanto a coexistência implica uma convivência da democracia representativa em nível nacional com a democracia participativa em nível local, a complementaridade diz respeito a uma articulação mais profunda entre democracia representativa e democracia participativa, na medida em que pressupõe o reconhecimento pelo governo de que o procedimentalismo participativo, as formas públicas de monitoramento dos governos e os processos de deliberação pública podem substituir parte do processo de representação e deliberação, tais como concebidos no modelo hegemônico de democracia (*ibid.*).

A concepção de complementaridade implica uma decisão da sociedade política no sentido de ampliar a participação em nível local através de transferência ou devolução para formas participativas de deliberação de prerrogativas decisórias a princípio detidas pelos governantes, constituindo-se uma resposta contra hegemônica, e apontando possibilidades em relação à construção de complementaridades densas entre a democracia participativa e a democracia representativa e, portanto, entre escalas locais e nacionais (*ibid.*).

Diante da globalização neoliberal que vivemos na atualidade, assim, vem emergindo, também, uma outra globalização alternativa, contra hegemônica e organizada da base para o topo das sociedades, que se mostra:

[...] constituída pelas redes e alianças transnacionais entre movimentos, lutas e organizações locais ou nacionais que, nos diferentes cantos do globo, se mobilizam para lutar contra a exclusão social, a precarização do trabalho, o declínio das

políticas públicas, a destruição ambiental e da biodiversidade, o desemprego, as violações dos direitos humanos, as pandemias, e os ódios interétnicos produzidos direta ou indiretamente pela globalização neoliberal (SANTOS, 2002, p. 13).

Neste embate entre as globalizações, podem ser tecidos os novos caminhos da emancipação social, pois as ações rebeldes e coletivizadas se apresentam como resistência social às formas de poder hegemônicas e, a emancipação social só é possível enquanto houver resistência às formas de poder dominantes (SANTOS, 2009).

Tais práticas significam uma recusa a aceitar como fatalidade a baixa intensidade democrática a que o modelo hegemônico sujeitou a participação dos cidadãos na vida política, e levam a sério a aspiração democrática, não sendo práticas caricaturais à democracia. Buscam, assim, intensificar e aprofundar a democracia, reivindicando a legitimidade da democracia participativa, pressionando as instituições da democracia representativa no sentido de uma maior inclusão, ou, ainda, buscando formas de complementaridade mais densas entre a democracia representativa e a democracia participativa (SANTOS; AVRITZER, 2002).

E constituem-se de articulações transnacionais entre diferentes experiências locais de democracia participativa ou entre essas experiências locais e movimentos ou organizações transnacionais interessadas na promoção da democracia participativa, fortalecendo as práticas locais, enquanto credibilidade, ao transformarem-nas em elos de redes e movimentos mais amplos, com maior capacidade transformadora. Por outro lado, possibilitam a aprendizagem recíproca e contínua, requisito essencial para o êxito das práticas democráticas de alta intensidade (*ibid.*).

Enquanto potência, a ampliação e aprofundamento dessas redes nacionais, regionais, continentais e globais de práticas locais conduzem à globalização contra hegemônica no domínio da ampliação e do aprofundamento da democracia, pois partem de um ideal participativo e inclusivo em seus projetos de democratização. Enquanto práticas locais tendem a ser objeto de intensa disputa política por implicarem a inclusão de temáticas até então ignoradas pelo sistema político, a redefinição de identidades e vínculos e o aumento da participação.

No caso brasileiro, durante o processo de democratização, movimentos comunitários reivindicaram, em diversas regiões do país, o direito de participar nas decisões em nível local, sendo que “participar significa influir diretamente nas decisões e controlar as mesmas” (UAMPA; 1986, SILVA; 2001, 122 *apud* SANTOS, 2002). E, posteriormente, a CF 1988 incorporou esses novos elementos culturais, surgidos na sociedade, na institucionalidade emergente, abrindo espaço para a prática da democracia participativa (*ibid.*).

Além disso, as experiências do orçamento participativo em várias cidades do Brasil revelaram aprendizagem diante das experiências mais antigas e evidenciaram a existência de redes de cidades, com o objetivo de discutir as diferentes experiências e os limites e potenciais dos modelos de democracia participativa (*ibid.*).

Em relação ao seu caráter, assim, a experiência brasileira partilha da percepção da possibilidade da inovação, entendida como participação ampliada de atores sociais de diversos tipos em processo de tomada de decisão. Reivindicar direitos a bens públicos distribuídos localmente implica questionar uma gramática social e estatal de exclusão, propondo, como alternativa, uma outra mais inclusiva (*ibid.*).

As potencialidades da democracia, portanto, se manifestam no contexto brasileiro, sendo a motivação para a participação parte de uma herança comum do processo de democratização que levou atores sociais democráticos a disputarem o significado do termo participação (*ibid.*).

A aposta é que essas novas democracias se transformem em novos movimentos sociais, e o Estado, um local de experimentação distributiva e cultural. Os potenciais emancipatórios, ainda presentes nas sociedades contemporâneas, podem estar na originalidade das novas formas de experimentação institucional, mas esses potenciais precisam estar em relação com uma sociedade que negocie as regras da sua sociabilidade, apostando que a grandeza social reside na capacidade de inventar, e não de imitar (*ibid.*).

Pleyers (2018) problematiza este debate, apontando que a ampliação ou aprofundamento da democracia é uma questão crucial no contexto contemporâneo, tendo assumido papel central nas reivindicações dos movimentos sociais pós 2010, com as denúncias de “democracias vazias”, nas quais os cidadãos têm reduzido impacto sobre as principais decisões políticas. Tal denúncia põe em evidência os limites da democracia liberal contemporânea, especialmente quando o sistema de políticas institucionais demanda tantos recursos.

Na perspectiva do autor, não se trata de reduzir a importância da democracia representativa e da política institucional, mas compreender que estas são apenas parte da democracia, devendo ser concebida como uma peça de um grande quebra-cabeça, o da democracia múltipla. Pode ser uma peça importante, mas é preciso complementá-la com outras formas de democracia, como o monitoramento da democracia ou a contra-democracia, pois o que torna um país democrático não é apenas o que acontece no Parlamento, mas, também, a vigilância dos atores da sociedade civil, da mídia livre e dos cidadãos (*ibid.*).

Por outro lado, tanto a democracia de monitoramento quanto a contra democracia, relacionada ao Estado e à democracia institucional, apresentam limites, sendo necessário considerar a democracia desempenhada na vida cotidiana, expressa nas formas de vínculo entre as pessoas e nos modos de consumo, de deslocamento e de escolhas. A democracia constitui-se um requisito para estes atos, que também têm consequências na comunidade e, portanto, contribuem para um tipo de sociedade. Nesse sentido, é importante ressaltar que a política existe em todas as áreas da vida, e não em separado em um espaço público, distante da vida privada, onde não se trata de política.

Diante das mudanças climáticas, por exemplo, muitas pessoas começaram a questionar e transformar sua maneira de consumir, de deslocar-se, inclusive o que comem e a água que gastam no banho. Estes são atos pessoais e muito locais, mas, também, conectam a pessoa com desafios globais e transformam a subjetividade pessoal e, a partir daí, a subjetividade coletiva. Não que esses desafios globais possam se resolver somente a partir da vida cotidiana e das ações locais, mas a política não é algo que está fora da vida ou do cotidiano, ao contrário, está imersa nela. O Estado, os atores da política institucional também possuem um papel importante para propor soluções em relação às mudanças climáticas e a catástrofe ecológica, tais como a regulação dos atores econômicos. Por isso, é preciso pensar nestas diferentes formas políticas como complementares.

O desafio que se coloca, portanto, é a articulação entre as múltiplas formas e práticas de democracia, o que leva Pleyers a pensar a democracia como um ideal e, ao mesmo tempo, uma reinvenção coletiva permanente, sendo necessário pensá-la com e a partir dos atores e das experiências concretas.

#### 2.4.1 O ativismo social contemporâneo: características e perspectivas

Alguns autores têm evidenciado o crescimento significativo dessas novas formas de participação social, denominando-as como ativismo<sup>3</sup> social contemporâneo (ABERS; BÜLLOW, 2011; PORTO; ROCHA; FINAMORE, 2014; SCHERER-WARREN, 2006; BRINGEL, 2011).

Como características desse ativismo, os movimentos sociais apresentam novas bandeiras de luta social, tais como o enfrentamento de questões de gênero e sexualidade, étnicas, contra o racismo e o machismo, em defesa da reforma agrária e do direito à cidade, assim como demandas por redistribuição, evidenciando, de forma marcante, a perspectiva econômica (PLEYERS, 2018). Dirige-se, portanto, ao engajamento das causas dos mais excluídos, discriminados e dominados, alicerçando sua base nos valores da democracia, da solidariedade e da cooperação (SCHERER-WARREN, 2006).

De acordo com Fleury (2018), nessa nova configuração de atores e práticas, as lutas pela expansão dos direitos de cidadania já não mais decorrem das lutas da classe operária em suas reivindicações igualitárias, mas de exigências pelo reconhecimento da diversidade - em grupos tais como negros, mulheres, Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (LGBT) etc. - assim como por políticas distributivas e compensatórias que reduzam as discrepâncias e desvantagens acumuladas em prol da homogeneização burocrática do *Welfare State* (WS). Tais demandas, assim, são no sentido de contemplar novas cidadanias e estratégias de inclusão, para além da homogeneidade, sendo capazes de incorporar a diversidade sem abrir mão da igualdade.

Além disso, o ativismo contemporâneo evidencia a reflexão da vulnerabilidade de forma crítica e emancipatória, considerando as populações, e grupos mais ameaçados ou predispostos a problemas, não mais como passivas e abstratas, mas situando-as como sujeitos políticos e históricos, culturalmente situados e detentores de direitos (PORTO; ROCHA; FINAMORE, 2014).

Nesse sentido, as lutas no campo da saúde se estendem, considerando a ampliação de sua concepção, determinação e práxis, já que, em muitos casos, há disputa por poder político, inserção em processos decisórios, definição de políticas públicas e novas epistemes. Da

---

<sup>3</sup> Ativistas, seguindo a definição de Mansbridge (1990 *apud* FERES, 2010), correspondem aqueles que se identificam com um movimento social, se envolvem com suas causas, e participam da vida pública para além dos momentos eleitorais.

mesma forma, em contextos mais amplos, como os conflitos territoriais e ambientais, processos de vulnerabilização e movimentos por Justiça Ambiental (JA), o próprio sentido de desenvolvimento passam a impulsionar a agenda política e científica em diferentes campos (*ibid.*).

Ainda em relação às formas de ser sujeito/ator, uma ressignificação das organizações se faz presente: se antes, eram ancoradas na divisão clássica entre produtoras de conhecimento, ativistas ou cidadãs, e prestadoras de serviço; agora se transmutam em organizações que mesclam, cada vez mais, essas três formas de atuação, tendo em vista seus compromissos com o pró-ativismo no campo da democracia (SCHERER-WARREN, 2006).

Como consequência, as identidades tendem a ser cada vez mais plurais e as lutas pela cidadania incluem múltiplas dimensões do *self* (gênero, étnica, de classe, regional), mas também dimensões de afinidades ou de opções políticas e de valores: pela igualdade, pela liberdade, pela paz, pelo ecologicamente correto, pela sustentabilidade social e ambiental, pelo respeito à diversidade e às diferenças culturais, etc (*ibid.*).

Por outro lado, cabe ressaltar as características do ativismo dos movimentos sociais decorrentes da apropriação das nTIC em suas estratégias de planejamento, articulação e ação. Pode-se considerar que se trata da emergência de uma nova “cultura” organizacional nos movimentos sociais, na medida em que tais tecnologias, não apenas se tornaram instrumentos de fundamental importância para a organização e articulação de tais coletivos sociais, mas também proporcionaram a formação de novos movimentos sociais e novas formas de ativismo. Tais formas passam a ter uma atuação cada vez mais em forma de rede, caracterizada pela formação de amplas coalizões e pelo enlaçamento ou agregação de grupos identitários, frequentemente segundo a geografia das comunidades culturais, linguísticas ou a identificação e compartilhamento de certos valores (MACHADO, 2007).

Nesse debate, Scherer-Warren (2006) analisa os múltiplos tipos de ações coletivas do novo milênio, a partir da diversidade identitária dos sujeitos, da transversalidade nas demandas por direitos, das formas de ativismo e de empoderamento através de articulações em rede e da participação política das organizações em rede.

No que tange aos sujeitos e às formas de ativismo, teoriza acerca da nova configuração da sociedade civil organizada, entendendo esta como a representação de vários níveis de organização dos interesses e valores da cidadania em cada sociedade para encaminhamento de ações políticas. Nesse sentido, propõe, como níveis presentes na sociedade brasileira:

(i) o associativismo local, onde se encontram as associações civis, movimentos comunitários e sujeitos sociais envolvidos com causas sociais ou culturais do cotidiano, ou voltados a essas

bases. Tais forças associativistas constituem-se expressões locais e/ou comunitárias, sendo que algumas buscam se organizar nacionalmente e participar de redes transnacionais de movimentos ou através de articulações inter-organizacionais. Ainda neste nível local, há coletivos informais, que lutam por modos de vida alternativos, por reconhecimento ou são produtores de novas formas de expressão simbólicas;

(ii) as formas de articulação inter-organizacionais, como os fóruns da sociedade civil, as associações nacionais de ONGs e as redes de redes, que representam organizações e movimentos do associativismo local que buscam as articulações entre si; e

(iii) as mobilizações na esfera pública, fruto da articulação de atores dos movimentos sociais localizados, das ONGs, dos fóruns e das redes de redes. Tais movimentos transcendem os anteriores através das grandes manifestações na praça pública, como uma forma de pressão política das mais expressivas no espaço público contemporâneo.

Enquanto os dois primeiros níveis apresentam formas organizacionais com certa institucionalidade, como registros legais e certificações, normas ou procedimentos internos, que disciplinam o cotidiano de sua atuação, o terceiro caracteriza-se por sua maior abrangência e fatores conjunturais (*ibid.*).

Como resultado desse processo articulatório, se constituem as redes de movimento social, que envolvem a identificação de sujeitos coletivos em torno de valores, objetivos ou projetos em comum, os quais definem os atores ou situações sistêmicas antagônicas que devem ser combatidas e transformadas. Assim, o Movimento Social, em sentido mais amplo, resulta dessas múltiplas articulações, se constituindo em torno de uma identidade, definição de opositores e um projeto, em um contínuo processo em construção (*ibid.*).

Essa ideia de rede de movimento social constitui-se, portanto, um conceito de referência que busca apreender o movimento das ações coletivas, transcendendo as experiências empíricas, concretas, datadas, localizadas dos sujeitos/atores coletivos. E essa constituição das redes passa pela percepção da necessidade de articulação, por parte do associativismo local ou setorizado ou, ainda, dos movimentos sociais de base locais, com outros grupos de mesma identidade social ou política, a fim de produzir impacto na esfera pública e obter conquistas para a cidadania (*ibid.*).

Por outro lado, as redes, por serem multiformes, aproximam atores sociais diversificados e possibilitam o diálogo da diversidade de interesses e valores. Mas, ainda que esse diálogo não seja isento de conflitos, o encontro e o confronto das reivindicações e lutas referentes a diversos aspectos da cidadania vêm permitindo aos movimentos sociais passarem da defesa de um sujeito identitário único à defesa de um sujeito plural (*ibid.*).

O caráter de rede, assim, marca o ativismo contemporâneo, na medida em que:

redes de movimentos sociais possibilitam (...) a transposição de fronteiras territoriais, articulando as ações locais às regionais, nacionais e transnacionais; temporais, lutando pela indivisibilidade de direitos humanos de diversas gerações históricas de suas respectivas plataformas; sociais em seu sentido amplo, compreendendo o pluralismo de concepções de mundo dentro de determinados limites éticos, o respeito às diferenças e a radicalização da democracia através do aprofundamento da autonomia relativa da sociedade civil organizada. Essa é a nova utopia do ativismo: mudanças com engajamento com as causas sociais dos excluídos e discriminados e com defesa da democracia na diversidade (*ibid.*, p.126-127).

#### 2.4.2 O ativismo *online*: potencialidades e limites

O desenvolvimento da ciência e tecnologia na chegada do século XXI, principalmente com o advento da internet e a evolução 2.0, trouxe importantes transformações sociais, possibilitando a articulação e o transbordamento das fronteiras locais e conformando a infraestrutura do mundo global à interconexão da “sociedade em rede” (CASTELLS, 2002). Essa nova estrutura social, denominada sociedade da informação, se caracteriza por um ambiente de relações sociais, mediado por sistemas de informação, cujo suporte tecnológico são as redes de computadores, e por uma noção de conectividade, que pressupõe uma sociedade global, na qual a informação está disponível numa rede eletrônica mundial de bibliotecas, arquivos e bancos de dados acessíveis, teoricamente, a qualquer pessoa em qualquer lugar a qualquer momento (PRUDENCIO, 2006 *apud* SANTOS; BELINAZZO; MACEDO, 2013).

A comunicação em rede transcende fronteiras, pois a sociedade se encontra baseada em redes globais, cuja lógica atinge países de todo o planeta, difundindo-se através do poder integrado nas redes globais de capital, bens, serviços, comunicação, informação, ciência e tecnologia (CASTELLS; CARDOSO, 2005). E as sociabilidades cotidianas têm como importante veículo as sociabilidades intermediadas pelas redes sociais virtuais (FONTES, 2018).

As evidentes potencialidades desse espaço virtual dizem respeito à possibilidade de expressão de inúmeras vozes e grupos identificados com causas e comprometerimentos diversos (SEBASTIÃO, 2012 *apud* COELHO; COSTA, 2013), a possibilidade de mobilização de milhões de pessoas e a criação de espaços para discussões e protestos dentro e fora da rede mundial de computadores (SANTOS; BELINAZZO; MACEDO, 2013).

Por outro lado, destaca-se o poder da ubiquidade, pois é possível estar presente em distintas plataformas ao mesmo tempo, além de permitir que o usuário se comunique durante

o seu deslocamento (SANTAELLA, 2010), ampliando a teia comunicacional planetária, por meio da capacidade singular do ciberespaço de disponibilizar, em qualquer espaço-tempo, variadas atividades, formas e expressões de vida (MORAES, 2000).

Vários exemplos de ações no ciberespaço já são descritos na literatura, como já citado neste trabalho. Um estudo realizado em Salvador, entre eleitores durante as eleições presidenciais de 2014, evidenciou o engajamento através de mídias sociais como determinante para a participação política, e o uso de tecnologias digitais pelos eleitores mais engajados na participação convencional como reforço de sua atividade participativa (SANTANA, 2017).

Ademais, observa-se o uso dinâmico e inovador das TICs na promoção da redução e prevenção da violência por indivíduos socialmente engajados, institutos de pesquisas, universidades e ONGs (SENA; TESSER, 2017) ou a utilização da internet, pela Central Única de Trabalhadores (CUT), como incremento para o intercâmbio de informações e experiências com outras entidades nacionais e/ou internacionais (MORAES, 2000).

Essas ações têm sido estudadas como ativismo *online*, ativismo digital ou ciberativismo, e correspondem a um tipo de ativismo realizado por grupos politicamente motivados, que utilizam as redes cibernéticas—a internet—para a realização, mobilização e divulgação de causas políticas, culturais, sociais ou ambientais.

Pode-se dizer que o ativismo *online* revela-se como “uma arena complementar de mobilização e politização, somando-se a assembleias, passeatas, atos públicos e panfletos” (MORAES, 2001, s/p.), caracterizando-se por um conjunto de ações que não acontecem mais somente no interior das molduras políticas, mas configuram um novo tipo de participação baseada na construção de redes informativas pela difusão de informações na *web*, com o objetivo de maximização das possibilidades de autonomia, de processos de sustentabilidade e de criatividade. Os sujeitos dessas ações habitam as redes digitais, cujas pautas reivindicatórias e de ação dizem respeito ao atendimento das necessidades comuns, tais como a democracia, equidade, consumo consciente e sustentabilidade (DI FELICE, 2013 *apud* GIARETTA; DI GIULIO, 2018).

Importante destacar que essa forma de ativismo inclui os diversos atores, desde cidadãos, partidos, sindicatos, Organizações Não-Governamentais, a movimentos sociais, tanto progressistas, quanto conservadores e reacionários. Para fins deste trabalho, entretanto, enfocaremos no ativismo exercido por movimentos de defesa dos direitos sociais, nestes incluídos os da saúde.

O ativismo *online* surgiu em meados de 1990, quando a internet começava a ser comercializada, porém, com a chegada do século XXI, as ações coletivas se intensificaram no

universo digital (COELHO; COSTA, 2013). Em relação às estratégias e ações, houve uma maior amplitude dos processos linguísticos e das estratégias discursivas (SANTAELLA, 2010), assim como uma ampliação do conceito de interação, com implicações no tempo dispendido para tal e na variedade de mídias em jogo (COELHO; COSTA, 2013).

Os movimentos sociais vislumbraram as potencialidades deste ambiente para a prática da participação democrática e se apropriaram dos ciberterritórios como campos de luta e de exercício pleno de cidadania. Deste contexto, nasce o conceito de ciberdemocracia, diretamente ligado ao alargamento da dimensão participativa da democracia e a ação efetiva do cidadão através do uso de ciberterritórios (MENEZES; BARRIOS, 2014).

No sentido da ação política, o ativismo *online* é discutido como nova estratégia e proposta de mobilização social contemporânea (SENA; TESSER, 2017), na medida em que a tecnologia e a interação permitem que os movimentos sociais alcancem maior visibilidade e participação, ao possibilitar voz a um número maior de internautas-cidadãos que colaboram e interagem entre si (COELHO; COSTA, 2013), e as mobilizações podem efetivar-se com maior rapidez de resultados (MORAES, 2000).

Contribui, portanto, para dinamizar as lutas das entidades civis, visto que expande o escopo do debate, possibilitando o maior número de debatedores, bem como melhorando a qualidade da discussão, que ganha uma nova personalidade através do tratamento verbo-visual construído pelos meios digitais, como por exemplo, na constituição personalizada das redes sociais do *Facebook*, do *Twitter*, do *Instagram*, etc (COELHO; COSTA, 2013).

Ademais, evidencia a diversidade de organizações e movimentos que desenvolvem na internet novas formas de ação, gestão e participação; e as potencialidades que se entreabrem no âmbito virtual, fundadas em práticas interativas e não submetidas aos mecanismos de seleção e hierarquização da mídia (MORAES, 2001). A plataforma digital permite que os chamados à mobilização social ultrapassem barreiras geográficas e desconheçam fusos horários e grades de programação, tornando os intercâmbios rápidos e acessíveis. O ciberativismo alicerça campanhas e aspirações à distância, no compasso de causas que se globalizam (combate à fome, defesa do desenvolvimento sustentável, preservação do equilíbrio ambiental, direitos humanos, luta por um sistema de comunicação pluralista) (MORAES, 2001).

As entidades civis, assim, utilizam a internet, enquanto canal público de comunicação, livre de regulamentações e controles externos, para disseminar informações e análises que contribuam para o fortalecimento da cidadania e para o questionamento de hegemonias constituídas. Nesse sentido, a mega-rede pode propiciar aos movimentos sociais uma

intervenção ágil em assuntos específicos, acentuando-lhes a visibilidade pública. A constituição de comunidades virtuais por aproximações temáticas, anseios e atitudes, por sua vez, podem reforçar a sociabilidade política e praticar uma ética por interações, assentada em princípios de diálogo, cooperação e participação (*ibid.*).

Como consequência, as formas dialógicas que irrompem no ciberespaço começam a questionar a metáfora do *Big Brother*, enquanto poder da mídia tradicional, que, por décadas, dominou a teoria crítica no campo da comunicação. Mas, a despeito da persistência da supremacia dos meios tradicionais, não há como negar que inquietações sociais e resistências à lógica dominante se propagam pela internet, sem ingerência de governos e corporações empresariais ou militares (*ibid.*). É inegável que o acesso a informações, que antes não tinham qualquer possibilidade de circular nas mídias dominantes, permite a elevação e qualificação do debate político, aumentando as chances do controle social sobre o uso de verbas públicas, e sobre decisões políticas e de gestão quanto à implementação de soluções para os problemas encontrados (DESLANDES, 2018).

Além disso, outras potencialidades se sobrepõem: o ativismo *online* possibilita a circulação de expressões identitárias, modos de sexualidade, corporalidade e moralidades diversos dos “estabelecidos”, apontando outras agendas micro e macropolíticas em saúde, bem como outras governanças. A chamada opinião pública, enquanto um ator político difuso, que é levado em consideração na formulação de agendas públicas, se mostra, também, influenciada pelas ações do ativismo digital. Tudo isso em um contexto, no qual a inclusão digital se torna cada vez maior, com o surgimento de aparatos eletrônicos mais acessíveis e conexões com a internet mais baratas, tornando a comunicação e interatividade presente no cotidiano das pessoas, principalmente com a Internet 2.0 e as mídias sociais, como o *Facebook* (*ibid.*).

Reforça-se, portanto, que o ativismo digital possui ampla capacidade de agregação, convocação de massas, e atuação nas ruas, configurando um caráter complementar ao ativismo presencial. Ao mesmo tempo, permite congregiar diversas frentes de luta, numa transversalidade de interesses e pautas, propiciando a conectividade de uma rede de agendas (*ibid.*).

Destarte, torna-se relevante:

se utilizar o enorme potencial da internet (...) para reviver a democracia, não enquanto substituição da democracia representativa por meio do voto, e sim para organizar grupos de conversação, plebiscitos indicativos e consultas sobre distintos temas, disseminando informações na sociedade (CASTELLS, 1999 *apud* MORAES, 2001, s/p.)

Pleyers (2018), por sua vez, entende a potência da internet e das redes sociais como ressonâncias, fluxos e uma dimensão compartilhada de símbolos, emoções e circulação de repertórios de ação. Segundo o autor, a internet e as redes sociais, indiscutivelmente, favoreceram as conexões e difusões de formas e práticas dos movimentos democráticos nos níveis nacional e internacional, mas as mobilizações se ancoraram muito mais nos ecos dos movimentos nacionais, suas reivindicações e valores, do que em coordenações internacionais. Os atores encontram, assim, nessas mobilizações, um senso compartilhado - uma cultura política, que correspondem às suas próprias lutas, ao passo que as mídias sociais representam uma ferramenta fundamental para conectar a escala local, onde as lutas acontecem, aos significados globais.

Os fluxos da internet e das redes sociais, assim, surgem como espaços privilegiados de mobilização, difusão de informação e intercâmbio de experiências, fortalecendo trocas, manifestações de solidariedade e uma identidade compartilhada entre movimentos ativos em diferentes países (*ibid.*).

Castells (2013) aponta a importância da internet enquanto espaço facilitador da ressonância das indignações, e a passagem destas do espaço privado e virtual ao espaço público das praças. Em muitos movimentos, o uso das redes sociais é tão intenso que a experiência subjetiva dos ativistas se realiza tanto nas praças quanto *online* (PLEYERS, 2018).

Além disso, o controle da informação é um campo de batalha essencial para a democracia e os movimentos sociais na atualidade. Nesse sentido, as plataformas alternativas e as redes sociais abrem espaços de informação alternativa que evidenciam ou denunciam o conluio entre as elites políticas, econômicas e midiáticas, assim como redefinem, nas palavras de Cardon e Grajon, “as formas de produzir informação e de criticar a maneira como essa é fabricada e a representação de mundo que tenta impor” (2010 *apud* PLEYERS, 2018, p.83).

Enquanto a internet facilitou e aumentou o acesso a informações alternativas, entretanto, os espaços públicos ainda se encontram fragmentados e cheios de assimetrias e desigualdades. As redes sociais, *sites* e mídia independentes fornecem uma infinidade de canais de informação alternativa, no entanto, a formação da opinião pública continua dominada pela mídia de massa e, particularmente, pelos principais canais de televisão, que ainda têm acesso privilegiado a residências. Ativistas e acadêmicos tendem a ler meios de comunicação independentes, porém, a maioria da população ainda está imersa em um contexto diverso de notícias, no qual os principais meios de comunicação mantêm sua habilidade em construir um consenso público de seu interesse. Uma geração de pesquisadores

sobre as novas formas de comunicação vinculou estreitamente o alcance da internet à democratização, no entanto, está cada dia mais claro que o mundo *online* não escapa à agência dos governos repressivos e autoritários, nem de campanhas e estratégias sujas de desinformação por parte dos políticos (*ibid.*).

Dessa forma, pode-se dizer que as relações de poder circulam no meio digital, e mesmo na internet, em sua pretensa liberdade de expressão, também predominam as mídias oficiais e seus interlocutores, traduzindo uma comunicação não inteiramente democrática (DESLANDES, 2018).

Por um lado, um estado autoritário pode controlar, censurar e limitar as vozes críticas *online* e, nos países ocidentais, a internet é usada, até mesmo, para espionar cidadãos, empresas e outros estados. Por outro lado, alguns governos e políticos investem pesadamente nas redes sociais e na internet, assim como nas redes tradicionais de notícias, com o intuito de promover suas ações e, também, de prejudicar adversários ou cidadãos críticos. Como possuem recursos, são atores influentes nas arenas virtuais e contratam jovens ativos em internet, para dar *feedback* positivo às suas iniciativas e criticar oponentes, sejam eles ativistas ou atores políticos. Essas equipes criam vários perfis de usuário nas redes sociais e fóruns *online* para desacreditar ativistas ou adversários políticos que questionam seus políticos ou jornalistas que realizam investigações independentes (PLEYERS, 2018), como no hackerativismo ou nas *Fake News* (notícias falsas).

Nesses casos, as ferramentas de comunicação global terminam por reforçar o racismo e a intolerância, através de ações do ativismo calcadas em posturas conservadoras, fundamentalistas, rascistas e homofóbicas, o que nos afasta do modelo ideal de Habermas, que sugere que os melhores argumentos devem prevalecer nas deliberações no espaço público.

Ainda em relação aos limites do ativismo *online*, cabe destacar a arquitetura das plataformas digitais, que não permite um debate vigoroso entre pessoas com opiniões divergentes, na medida em que as associações algorítmicas nos conduzem, com mais frequência, às postagens de quem já demonstramos algum interesse ou afinidade, através das “curtidas”, “comentários” ou envio de “*emoticons*”, nos fazendo circular no espaço de “iguais”. Nesse exercício pobre de diálogo com os diferentes (e oponentes em ideias), mesmo quando postagens “indesejadas” eventualmente aparecem, temos, ainda, os diversos recursos de “bloquear”, “deixar de seguir”, “silenciar” seu emissor (DESLANDES, 2018). Além disso, existem outros problemas relacionados ao uso dessas novas tecnologias, tais como: riscos relacionados à segurança de dados, abordagem superficial de assuntos disponibilizados e

discutidos nas mídias digitais, fluidez das relações e manipulação na divulgação das informações (BAUMAN; MAURO, 2016).

Torna-se, assim, importante ressaltar que as possibilidades inauguradas e/ou aceleradas pelas TIC não são equitativas e igualitárias, como demonstra uma vasta literatura que aborda a existência de barreiras socioeconômicas, como custo elevado e o alto índice de analfabetismo digital, ao acesso à tecnologia a todos (BARBER, 1984).

Mas, se por um lado, é preciso uma postura crítica frente à apropriação das redes sociais digitais, por outro, não se pode ignorar a importância do ativismo *online* para entender os movimentos sociais de hoje, pois as subjetividades políticas e os atores dos movimentos sociais da atualidade surgem da articulação recíproca e da fertilização entre a vida cotidiana e a vida política, entre o mundo da internet e a das praças públicas, entre as redes sociais e a convivência nos espaços militantes. A análise dos movimentos contemporâneos, assim, deve considerar a lógica da ação coletiva e da ação conjunta, mas também e, principalmente, suas interações (PLEYERS, 2018).

#### **2.4.3 O alterativismo como concepção contemporânea do ativismo, segundo a epistemologia de Geoffrey Pleyers**

A perspectiva analítica de Pleyers (2018) introduz o conceito de alterativismo, para explicar as novas culturas ativistas que surgiram nas últimas décadas, a partir de suas diversas visões de mundo e transformação social, assim como de suas concepções de luta.

Essa cultura ativista, marcada pelo compromisso cotidiano, pela experiência vivida e pelo protagonismo dos indivíduos, já se encontrava presente nos movimentos da década de 90 e dos anos 2000, tendo se aprofundado na última década. Diferentemente do instrumentalismo utilitário, que marca parte das teorias da ação coletiva, os indivíduos são considerados a partir de uma perspectiva processual e social, na qual mudam a si mesmos enquanto buscam mudanças na sociedade. O ativismo alcança, portanto, a dimensão mais profunda de ser e estar consigo mesmo e, ao mesmo tempo, estar inserido em um coletivo, uma vez que implica um compromisso permanente, em todas as esferas da vida e não apenas nos atos, espaços públicos ou performances (SANTOS, 2018 *apud* PLEYERS, 2018; BRINGEL, 2018 *apud* PLEYERS, 2018).

Trata-se de uma nova cultura ativista, que se incorporou a uma ampla gama de atores (de pequenos grupos com espírito libertário a organizações mais clássicas), e tem sido o núcleo dos maiores atores do alterglobalismo, dos novos movimentos ambientais e a onda

global de movimentos que emergiram em todos os continentes nesta segunda década do século XXI (PLEYERS, 2018). É, portanto, uma abordagem global entendida como fruto do nosso tempo e reflexo de nossas sociedades, mais fraturadas, individualizadas e fragmentadas (BRINGEL, 2018 *apud* PLEYERS, 2018).

Não configura, entretanto, uma identidade, nem tampouco um termo usado pelos atores, mas uma cultura ativista, entendida como uma visão de mundo, de mudança e movimento social, de formas de organizar-se, nomear o adversário e estar no mundo, consistentes com essa perspectiva. No mapa dos atores sociais contemporâneos, a cultura alterativista se encontra entre as correntes anarquistas e as formas de militância em organizações mais clássicas, como associações civis, ONGs sindicatos e partidos políticos. Os alterativistas são atores do mundo contemporâneo, produtos de suas transformações recentes (globalização, tecnologias digitais, individuação, etc.), mas também produtores de suas vidas, de suas sociedades e de um mundo compartilhado. O neologismo alterativista, portanto, visa enfatizar as especificidades dessa cultura ativista específica, sublinhando tanto a proximidade com uma parte do movimento altermundialista, quanto a ideia de "outra maneira" de ser ativista (PLEYERS, 2018).

Do ponto de vista analítico, busca identificar ressonâncias e redes de “afinidades eletivas” entre situações e movimentos das diferentes regiões do mundo, tais como: o papel central das redes sociais e a relação entre o mundo virtual e as praças públicas; a frustração que emergiu, muitas vezes, após os momentos ou períodos de maior efervescência na ação e mobilização coletiva; e a necessidade de incluir no mesmo quadro analítico atores progressivos e movimentos conservadores, e até reacionários, que, paralelamente, emergiam em vários continentes (SANTOS, 2018, *apud* PLEYERS, 2018).

Mais especificamente, a cultura ativista coloca a experiência e a ética no centro do compromisso, sendo a relação consigo mesmo e a busca de coerência nos valores, o cerne dessas formas de compromisso. Os ativistas são motivados pela rejeição aos modelos dominantes - sejam os cânones da sociedade de consumo ou as organizações clássicas da sociedade civil, assim, não se trata apenas de um desejo de mudar o mundo, mas o sujeito se constrói como uma pessoa que transforma a sociedade, o que se traduz em uma forma de compromisso personalizada, porém, solidária (PLEYERS, 2018).

Os alterativistas estão conectados por redes sócio digitais e por ressonâncias globais e, ao mesmo tempo, são muito ativos no nível local, o que lhes permite implementar alternativas concretas. Mobilizam-se em torno de projetos preciosos e relacionam-se através de afinidades pessoais e redes informais (PLEYERS, 2010), que se ampliam, se reduzem, se

transformam de acordo com os projetos pessoais que as orientam. Valorizam e defendem a experiência vivida contra os poderes do capital e do consumismo e consideram a mudança como um processo de experimentações criativas, onde os atores precisam implantar seus valores de horizontalidade, igualdade e criatividade em atos concretos e prefigurar outros mundos possíveis, colocando seus valores em prática (PLEYERS, 2018).

Importante ressaltar que o alterativismo se expressa tanto no espaço público quanto na vida cotidiana, se evidenciando na maneira de pensar, de vestir-se, de comer, de comprar (ou não comprar), de deslocar-se, de relacionar-se com os outros. Dessa forma, estabelecem não somente outras formas de fazer política, mas também de trabalhar, produzir e consumir, frente aquelas das elites políticas e econômicas (*ibid.*).

Como consequência, propõem outras maneiras de se conectar com os outros, mais centradas no encontro pessoal, e menos nos status e hierarquias. Para a compreensão dessa cultura ativista, portanto, é preciso superar duas dicotomias: a primeira, entre a construção de si mesmo e o ativismo, e a segunda, entre a vida privada e a vida pública, pois o compromisso político não se limita a uma esfera dita "política". Ao contrário, as ações requerem um agir, de maneira coerente e consistente com os valores, também na vida cotidiana e não apenas em protestos e atos políticos (*ibid.*).

Nesse sentido, um elemento comum das revoltas dos anos 2010 foi o austero contexto econômico internacional em muitos países, tais como a crise econômica e o aumento do desemprego, que afetaram muito os jovens. Para muitos, assim, o ativismo configurou-se uma nova era na vida, algo como uma "juventude tardia" ou "idade adulta emergente" (LECCARDI; RUSPINI, 2006 *apud* PLEYERS, 2018), como se, entre o início do ensino superior e a instalação completa na idade adulta, existisse uma etapa caracterizada por uma grande "disponibilidade biográfica" (MCADAM, 1986 *apud* PLEYERS, 2018), desejada ou sofrida, por atividades realizadas fora da vida familiar ou profissional e, em particular, pelo ativismo.

A individualização do compromisso constitui outra característica comum desses movimentos democráticos da década de 2010 e de muitos movimentos contemporâneos, progressistas e conservadores. Os ativistas atribuem grande importância à subjetividade e reflexividade entre suas práticas, se organizando de forma mais fluente e com autonomia individual, intersubjetividade e um "individualismo solitário"<sup>4</sup> no centro do seu modo de ser ativistas (PLEYERS, 2018).

---

<sup>4</sup> Grifo do autor

Esta individualização do compromisso nos ativistas, que parece pertencer a um espírito do tempo capitalista, central para as sociedades contemporâneas, representa uma transformação progressiva, que articula dois processos: primeiro, o distanciamento das formas de políticas tradicionais, e segundo, a centralidade da relação consigo mesmo e com a subjetividade. Há, portanto, um esforço de defender sua própria subjetividade, sua especificidade e sua criatividade, que são atacadas por todos os lados pela sociedade de consumo e os valores da competição (*ibid.*).

Nesse sentido, a individualização e a relevância dada à subjetividade de cada pessoa são centrais para a importância atribuída pelos ativistas ao encontro com o outro. Trata-se de um encontro de “pessoa a pessoa”<sup>5</sup>, independentemente dos estatutos sociais, identidades coletivas ou afiliações a organizações da sociedade civil, assumindo a especificidade de cada um e com uma firme vontade de aprender um com o outro. Diante da amplitude da pulverização social e do crescente isolamento dos indivíduos em nossas sociedades capitalistas, nas quais a globalização tensiona, cada vez mais, para a atomização e dessejektivização dos sujeitos, os movimentos favorecem a construção de novas formas de sociabilidade (*ibid.*).

A metodologia analítica para o estudo dos movimentos contemporâneos, subjacente a esta perspectiva, se estrutura a partir das concepções da mudança social, das formas de enfrentamento do adversário e da organização do movimento. Por um lado, a partir da “via da razão”, os cidadãos questionam a ideologia neoliberal por meio de análises científicas e técnicas e, por outro lado, através da “via da subjetividade” defendem o direito à vida e à autonomia da experiência vivida e da criatividade, seja no nível de uma comunidade ou a nível individual. Nesse âmbito, duas modalidades distintas para a via da subjetividade se interpõem: uma comunitária e a outra individualizada, sendo que ambas compartilham a convicção de que mudar o mundo começa por si mesmo, e constituem um ativismo prefigurativo e ‘de baixo’ (*ibid.*).

Em termos estratégicos, ao invés de lutar para a tomada do poder, como fizeram os movimentos da sociedade industrial, ou de adotar práticas de contrapoder, que visam confrontar os órgãos de poder e a influência de grandes empresas, esses ativistas procuram criar espaços de experiência livres de relações de poder e dominação (*ibid.*).

Nesse sentido, torna-se importante ressaltar que a política institucional nem sempre se configura como o objetivo primordial a ser alcançado, embora a partir dela seja possível

---

<sup>5</sup> Grifo do autor

contribuir para mudanças progressivas ou reduzir as desigualdades. Muitos atores, ao longo da história, se mobilizaram com o objetivo de ampliar as práticas e demandas da democracia em todos os âmbitos da vida, existindo uma multiplicidade de grupos, redes e movimentos que promoveram a participação cidadã, uma diminuição no consumo ou a igualdade de gênero. No entanto, apesar da ampliação da democracia formal e das práticas, as desigualdades aumentaram e outros obstáculos surgiram no caminho para sociedades mais democráticas (PLEYERS, 2018).

O próprio pensamento político contemporâneo, relativo às teorias democráticas, se alterou, pois, com o fim do socialismo na Europa Oriental (1989) e a perspectiva do “fim da história” e do triunfo do capitalismo democrático liberal, como o praticado nos países ocidentais, a agenda teórica dos democratas radicais passou por mudanças importantes. A ênfase passou a ser “a radicalização da tradição democrática moderna” e não mais a ideia de substituição completa da ordem política vigente (MOUFFE, 1992; BOHMAN, 1996 *apud* FARIA, 2010).

Uma sociedade mais democrática, assim, requer a articulação de múltiplas formas e práticas de democracia. Nesse sentido, os movimentos não apenas reivindicaram mais democracia, mas a implementaram dentro dos espaços dos movimentos e em suas vidas pessoais, e o que era visto como uma “crise da democracia” relacionava-se a uma insatisfação profunda com a maneira como a democracia se organiza hoje em dia, e a forma como os ativistas implementam mais democracia já é considerado um êxito (PLEYERS, 2018).

A principal contribuição, portanto, dos movimentos progressistas para uma transformação da sociedade não se refere à transformação da paisagem eleitoral, mas à proposta de outro significado e outras perspectivas sobre o significado da democracia no século XXI, à afirmação da dignidade de cada pessoa e à abertura para um mundo melhor, através do impacto concreto na vida das comunidades. A democracia representativa é uma dimensão que deve ser combinada com outras, se constituindo apenas parte do cenário democrático, e uma das muitas forças necessárias para promover e realizar transformações sociais (*ibid.*).

A partir da reflexividade e coerência nos valores e ações, assim, se constroem movimentos horizontais e espaços participativos, na perspectiva do ativismo, e também, da vida cotidiana, onde a igualdade de gênero, o respeito pelos outros e a limitação de seu impacto ecológico levam à integração do ativismo na vida (*ibid.*).

A maneira como se organizam os movimentos, assim como as suas ações, tornam-se espaços de experiência, entendidos como lugares distantes da sociedade capitalista, na medida

em que permitem aos atores viverem de acordo com seus próprios princípios, estabelecer relações diferentes e expressar sua subjetividade (PLEYERS, 2010). Nesses espaços, cada indivíduo e coletividade constituem-se como sujeitos, defendem seu direito à singularidade e se tornam atores de suas próprias vidas. A relação consigo mesmo diz respeito à crescente valorização da ética pessoal e a prioridade do sentido de compromisso em cada um.

Tais espaços representam, por sua vez, espaços de resistência ou nas palavras de Rossana Reguillo (2012 *apud* PLEYERS, 2018), “espaços de dissidência”, nos quais os jovens ativistas articulam um “nós diferente”<sup>6</sup> e, a partir daí, outro mundo.

## 2.5 TIPOS DE MÍDIAS SOCIAIS E POTENCIALIDADES PARA O ATIVISMO SOCIAL

Os avanços recentes das nTIC possibilitaram uma potencialização da participação dos usuários na vida pública, na medida em que ampliaram o acesso e o compartilhamento de informações, propiciando a redução de custos e transformando a participação, que deixa de ser apenas física e presencial, e passa a envolver diferentes atores com outras redes de conexões criadas numa lógica de livre-associação e auto expressão (GIARETTA; DI GIULIO, 2018).

O desenvolvimento da *Web* 2.0 ofereceu uma segunda geração de serviços e aplicativos da rede, bem como recursos, tecnologias e conceitos, que possibilitaram um maior grau de interatividade e colaboração na utilização da Internet. Substituiu-se, assim, a lógica do acúmulo de conteúdos centralizados nos portais e em suas *homepages* pela nova organização das redes sociais, baseadas em perfis e *timelines*; assim como se reduziu a distinção entre consumo e produção da informação. Com isso, a colaboração passa a ser diretriz na confecção de murais de notícias com os amigos, configurando comunidades nas quais todos são autores (NUNES, 2015), e a internet agrega uma série de infomídias interativas, com difusão ultrarrápida, intermitente, extensiva e multidimensional (MORAES, 2000).

As redes sociais são constituídas por atores (representações pessoais através de perfis de pessoas, organizações etc.), que representam os nós da rede, e por suas conexões, ou seja, suas interações ou laços sociais, sendo que a metáfora da rede evidencia as conexões estabelecidas entre os indivíduos dentro do grupo social (RECUERO, 2009b).

As redes sociais virtuais, por sua vez, requerem a existência de um *locus* onde seja possível a ocorrência da interação (RECUERO, 2004), que pode ser, por exemplo, os *sites*

---

<sup>6</sup> Grifos da autora.

voltados à formação de redes sociais virtuais, ou *Sites* de Redes Sociais (SRS), decorrentes da apropriação das ferramentas da Comunicação Mediada por Computador (CMCa) por atores sociais, e entendidos como “toda ferramenta que for utilizada de modo a permitir que se expressem as redes sociais suportadas por ela [...] espaços utilizados para a expressão das redes sociais na Internet” (RECUERO, 2009a, p.102).

Assim, as redes sociais na Internet ou redes sociais virtuais correspondem às conexões estabelecidas por pessoas no ciberespaço, utilizando *softwares* sociais - plataformas ou SRS, ou seja, serviços baseados na *Web* 2.0 que possuem, como características:

a criação de um perfil, que pode ser visualizado por toda a rede de relacionamentos (ou parte dela) dentro do SRS;

a possibilidade de novas conexões por meio da rede de relacionamentos (amigos);

a comunicação - aberta ou privada - entre os participantes da rede;

o compartilhamento de arquivos de imagem, som, texto e vídeo;

a criação de grupos de discussão ou comunidades para o debate de temas específicos (LACERDA RABELLO, 2015).

Embora os diversos SRS possuam diferentes características e ferramentas, o componente central desses ambientes envolve a exibição pública das conexões na rede de relacionamentos, ou seja, através dessas ferramentas, é possível visualizar conexões, antes ocultas, entre os indivíduos e, assim, ampliar as possibilidades de novas conexões no ambiente virtual (*ibid.*).

A ideia de criação de comunidades virtuais, em verdade, está na base do que se entende por *web* 2.0 e pelas redes sociais que dela decorrem (DESLANDES, 2018). Podem ser compreendidas como redes eletrônicas de comunicação interativa autodefinidas, organizadas em torno de um interesse ou finalidade compartilhados, podendo abarcar diferentes formas de expressão, interesses, valores e imaginações diversos, inclusive a expressão de conflitos, devido às suas diversificações, multimedialidades e versatilidades. O desenvolvimento de comunidades virtuais se apoia na interconexão e se constitui por meio de contatos e interações de todos os tipos (LISBÔA; COUTINHO, 2011).

O potencial das redes sociais *online* relaciona-se à capacidade de atuar como extensões dos nossos sentidos, na medida em que, através das ferramentas que as suportam, como os SRS, estendem as capacidades dos nós. Os atores, a partir de suas representações, constituem uma ampla gama de conexões associativas, que implicam diretamente em diferentes formas de acesso a informações. A ação dos atores, nesse caso, possui valor significativo, devido à possibilidade de configurar essas redes em elementos emergentes, dinâmicos e capazes de

replicar, propagar e filtrar informações. Com isso, se tornam capazes de difundir informações em uma escala global por causa dessa apropriação, através dos *sites* de rede social (RECUERO, 2012).

E, apesar das noções sociológicas de pertencimento, legado, vínculos territoriais e identitários se apresentarem bem mais fugazes nas comunidades virtuais, quando comparadas às comunidades no mundo não virtual, mesmos esses “vínculos fracos” ou provisórios têm inequívoco poder de influência e de disseminação de ideias (DESLANDES, 2018).

Por outro lado, as mídias sociais dizem respeito às mídias que empregam mobilidade e tecnologia de base *web* a fim de criar plataformas de alta interatividade, por meio das quais os indivíduos e as comunidades compartilham, co-criam, discutem e modificam conteúdos criados pelos usuários (KIETZMANN *et al.*, 2011). Podem ser definidas, também, como um grupo de aplicativos da internet que se baseiam em fundamentos ideológicos e tecnológicos da *web* 2.0, e que permitem a criação e troca de conteúdo gerado pelo usuário (KAPLAN; HAENLEIN, 2010).

O objetivo deste trabalho é analisar movimentos sociais a partir de suas representações no espaço virtual e, para tanto, considera-se o conceito de mídias sociais para designar os *websites*, *blogs* e os SRS *Facebook*, *Instagram* e *YouTube*, abordados no estudo, que passamos a descrevê-los a seguir.

Um *site* ou *website* refere-se a um conjunto de páginas *web*, ou seja, de informações disponibilizadas pela infraestrutura da *World Wide Web* (ALVES *et al.*, 2006). Importante destacar a diferença entre um *site* que proporciona conexões entre as pessoas e uma rede social. Os *sites* voltados exclusivamente à formação de redes sociais virtuais, por si só, de forma isolada, não constituem as redes, mas estas são formadas a partir do uso desses *sites* (RECUERO, 2009a).

O termo *blog* ou *weblog*, por sua vez, relaciona-se a uma página na *web* que possui, como pressuposto, ser atualizada com grande frequência através da colocação de mensagens, denominadas “*posts*”, e constituídas por imagens e/ou textos, geralmente de pequenas dimensões (muitas vezes incluindo *links* para *sites* de interesse e/ou comentários e pensamentos pessoais do autor), e apresentadas de forma cronológica, sendo as mensagens mais recentes apresentadas em primeiro lugar (COUTINHO; BOTTENTUIT JUNIOR, 2007).

O *Facebook* pode ser definido como um *website*, que possibilita aos usuários três tipos de atividades: publicar informação pessoal relevante numa página individual com o seu perfil, ligar-se a outros usuários e criar listas de amigos, e interagir com outros usuários (BUFFARDI; CAMPBELL, 2008; TUFEKCI, 2008 *apud* CORREIA; MOREIRA, 2014).

Dispõe de algumas vantagens frente a outros ambientes virtuais, tais como: a possibilidade de criação de grupos fechados, sob a forma de Listas, nas quais todos os integrantes são convidados a participar, com base nas mesmas atribuições; a possibilidade de cada postagem ser comentada por todos os participantes e, a cada comentário, tornar-se a primeira postagem na lista; a possibilidade de anexar documentos em formatos diversos como ppt (*Power Point*), pdf (*Portable Document Format*), por meio de aplicativos, como o Docs (*Documents*) e outros, além da opção de “linkar” vídeos, músicas, *sites* e outras multimídias. Ademais, as postagens podem ser construídas como hipertextos, podendo ser repostadas coletivamente; e os chats do grupo podem ser realizados de forma coletiva, salvos como mensagens do grupo visíveis a todos. Ainda como potencialidades, o *Facebook* é gratuito, de acesso a todos, sendo acessado por qualquer navegador de rede, sendo suficientes o acesso à internet e uma conta de e-mail (BONA; FAGUNDES; BASSO, 2012).

A comunicação no *Facebook* pode ser realizada tanto através de um sistema de “mensagens” que permite diálogos privados, quanto através de um “mural”, que permite uma comunicação de caráter mais público (GRIMMELMANN, 2009). Além disso, a homepage exibe toda a informação que está especificamente relacionada com o usuário, de forma centralizada e atualizada em tempo real, incluindo um calendário personalizado de eventos e um *feed* de notícias, onde as postagens mais recentes dos amigos do usuário são mostradas por ordem cronológica. É possível a publicação de fotografias, com identificação de outros usuários presentes – a denominada *tag*. Esse tipo de mídia oferece formas rápidas e fáceis de interação social, tais como: um cumprimento, envio de mensagens simples, ou indicação de aprovação a um comentário ou imagem através do botão *like* (CORREIA; MOREIRA, 2014).

Provavelmente, a característica que mais diferencia o *Facebook* dos demais SRS é a sua plataforma, denominada de *Open Graph*, que possibilita, através de uma linguagem aberta, a colocação de ícones e de ligações ao *Facebook*, em qualquer página *web*, permitindo que qualquer *website* seja facilmente integrado nesta rede social (*ibid.*).

O *Instagram*, por sua vez, constitui-se uma rede social gratuita para compartilhamento de fotos e vídeos, na qual é possível aplicar filtro nas imagens e depois publicá-las, possibilitando que outros usuários possam visualizar, curtir e comentar, além de compartilhar em outras redes sociais como *Twitter* e *Facebook* (SOBRINHO; BARBOSA, 2014). Dentro dessas possibilidades, encontram-se a publicação de fotografias e vídeos, realizados no momento da publicação ou resgatados da biblioteca do dispositivo; a marcação de outros usuários nessas publicações e o compartilhamento instantâneo em outras redes sociais; assim como a inserção de marcadores de direcionamento nas legendas e comentários (as pessoas

marcadas recebem notificações desse tipo de ação). É possível, ainda, ativar os serviços de geolocalização do aparelho, e publicar a localização do usuário, assim como adicionar a publicação em um mapa de fotos (*ibid.*).

Ademais, o usuário possui opções de escolhas quanto à privacidade: é possível manter seu perfil público, possibilitando visibilidade a suas publicações a qualquer pessoa, e a possibilidade de “seguir-lo”; ou privado, autorizando os seguidores. Permite, também, que os seguidores tenham acesso às publicações nas quais são marcados. Uma vez na rede, o usuário pode curtir e comentar as publicações de outros usuários, o que demarca o caráter social da plataforma, assim como enviar mensagens privadas para eles, em chats particulares ou em grupos. Pode manter e alternar mais de uma conta (perfil pessoal e perfil profissional, por exemplo), buscar por usuários e por publicações vinculadas a determinadas hashtags ou a determinados locais através da ferramenta de busca (*ibid.*).

Destaca-se a facilidade de uso do aplicativo, que possui uma interface simples e prática, possibilitando uma velocidade maior para visualizações e publicações (*ibid.*), além do acesso gratuito, a partir da criação de uma conta na plataforma, sendo suficiente a conexão à Internet (OTHON; COELHO, 2016).

Por fim, consideraremos o *YouTube* pela sua utilização em associação às mídias anteriores. Este corresponde a um *site* de difusão e compartilhamento de arquivos audiovisuais baseado, principalmente, na participação dos internautas como provedores de conteúdo. Destaca-se, neste tipo de mídia, a possibilidade de visualização de vídeos *online*, através do *Adobe Flash6* no navegador *web*, dispensando a necessidade de *download* do arquivo, por parte do usuário, e posterior passagem para algum programa já instalado em seu computador. Estes mesmos vídeos, vistos no *site*, podem ser transportados e exibidos em outros *sites* ou *blogs*. Além disso, destaca-se a capacidade do *site* em armazenar arquivos de vídeo postados por internautas, independente da qualidade, do assunto ou da existência de autorização prévia para a divulgação do material. Assim, é possível a postagem simultânea de vídeos caseiros, pessoais, profissionais, políticos e/ou comerciais (BRESSAN, 2013).

Nesse contexto de surgimento de novas ferramentas digitais, vislumbram-se possibilidades de participação e ativismo, tais como: campanhas virtuais, correio eletrônico, grupos de discussão, fóruns *online*, centros de articulação, salas de conversação, boletins eletrônicos, manifestos e petições *online*, murais, anéis de *sites*, árvores de *links*, além de vídeos que fomentam uma causa específica no *YouTube*, ou ainda a possibilidade de seguir o grupo nas redes sociais. Devido a essa capacidade de conexão de pessoas em todo o mundo e em tempo reduzido, torna-se uma arena complementar de mobilização e politização,

somando-se a assembleias, passeatas, atos públicos e panfletos, inclusive pela possibilidade de promover esses encontros presenciais (MORAES, 2001; SANTOS; BELINAZZO; MACEDO, 2013).

Existem muitos casos, na literatura, que demonstram os usos que os movimentos sociais fazem das potencialidades da internet. O uso de e-mails, por exemplo, pode ser observado nos movimentos internacionais de direitos humanos, como a Anistia Internacional, com o intuito de promover ações recomendadas em nome da entidade, realizar campanhas globais e receber denúncias de violações de direitos humanos (*ibid.*; MORAES, 2000).

A ação política, por meio do envio de e-mails, permite denunciar, em tempo recorde, demissões e abusos, conclamar os consumidores a boicotarem produtos das empresas; ou convocar, em tempo real, afiliados para assembleias conjuntas, manifestações de rua e piquetes (MORAES, 2000).

Outra possibilidade é a criação de *homepage* com vista à divulgação de ideias, objetivos e pautas dos movimentos sociais. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, por exemplo, considera que a Internet proporciona à campanha pela reforma agrária um canal amplo de comunicação com a sociedade. A sua homepage divulga objetivos, posicionamentos e comunicados, com rapidez e economia de recursos financeiros, servindo como meio de mobilização (*ibid.*).

A Internet projeta-se, dessa forma, como fórum *online* capaz de revitalizar lutas e movimentos civis, na atmosfera de permutas própria da cultura de redes, favorecendo processos tecnocomunicacionais de participação política, que não se confundem com práticas arraigadas de exercício concentrado de poderes, fundadas em práticas comunicacionais interativas, descentralizadas e não submetidas aos mecanismos habituais de seleção e hierarquização adotados pela grande mídia (*ibid.*).

Ao contrário, a circularidade informativa, propiciada nas redes contra hegemônicas, contribui para um contraponto ao poder dos meios de comunicação tradicionais. O fato de as forças progressistas possuírem seus próprios canais de comunicação, além de lhes possibilitar maior credibilidade, permite que o conhecimento sobre os seus acontecimentos e notícias seja transmitido à população a partir da ótica delas mesmas, sem filtros, censura ou deturpação dos fatos (*ibid.*). Como bem aponta Tejera (2012), a possibilidade de livrar-se da condição de “ser dito” pela mídia para “dizer de si” torna-se real.

Assim, pode-se dizer que o mosaico comunicacional da *Web* reforça os campos de resistência à concentração da mídia, na medida em que movimentos, atores e ações políticas, que não têm espaço nas mídias tradicionais, ganham visibilidade nos meios virtuais,

expressando ideias humanistas no perímetro do espaço político desterritorializado (MORAES, 2001) e fortalecendo a sociedade civil à escala global (DESLANDES, 2018).

Nesse sentido, as entidades civis valem-se da Internet enquanto esfera pública de comunicação, livre de regulamentações e controles externos, para veicular informações e análises quase sempre orientadas para o fortalecimento da cidadania e para o questionamento de hegemonias constituídas (MORAES, 2000).

No caso do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), a *homepage* consolidou-se como porta-voz e eixo de convergência da solidariedade internacional à causa zapatista, reunindo notícias, pronunciamentos, artigos, denúncias, comunicados e documentos sobre a realidade sociopolítica e econômica do México, com destaque à luta antineoliberal. Como ações, disponibiliza acessos ao *website* da Frente Zapatista de Libertação Nacional e às organizações de defesa dos direitos humanos em todo o mundo, mantendo intercâmbios, fóruns e listas de discussão.

Constituem, na verdade, uma comunidade zapatista desterritorializada, em condições de disseminar, planetariamente, conteúdos que sustentam, reforçam e universalizam as razões do movimento de Chiapas (*ibid.*, p. 147).

Outro exemplo da potência das ferramentas da internet é o caso da aprovação da lei da Ficha Limpa, em 2012, com mais de dois milhões de assinaturas colhidas *online* pela organização Avaaz. O *site* de abaixo-assinados (Avaaz.org), criado pelo grupo de advocacia global da sociedade civil (a Res Publica), juntamente com um grupo de ativismo *online* norte-americano (MoveOn.org), permite que qualquer usuário faça a sua própria petição e recolha adesões *online* (DESLANDES, 2018).

Há espaço para *chats*; listas de discussão; fóruns; cursos virtuais sobre temas relacionados à cidadania, à democracia e aos direitos humanos; livro de visitas, onde as pessoas consignam opiniões, críticas e sugestões; textos e manifestos; legislações brasileira e internacional, códigos de ética e de conduta; animações multimídias em *Web TV* e *Rádio TV* (MORAES, 2000).

Por meio das redes sociais digitais, podem ser feitas campanhas, petições, *advocacy* de diversas causas, *lobbies* de pressão para a aprovação ou rejeição de leis, disseminação de informação sobre fatos de interesse político, além de criação de grupos políticos diversos (*ibid.*).

Essas comunidades virtuais formadas por afinidades eletivas podem constituir-se, assim, coletivos em rede, formados por aproximações temáticas, anseios e práticas comuns de cidadania, que, por sua vez, compartilham ações sociopolíticas, com base no fortalecimento

dos laços comunitários e de uma ética por interações, assentada em princípios de diálogo, de cooperação e de participação (*ibid.*).

### 3 PERCURSO METODOLÓGICO

Este estudo partiu de reflexões acerca do debate em torno da democracia no século XXI, onde se problematiza a insuficiência dos canais institucionais de representação da sociedade civil no Brasil e indaga se os movimentos sociais que atuam no campo da saúde na cidade de Salvador representam novas formas de ação política.

Como perspectiva teórico-metodológica, adotou-se a proposta epistemológica de Pleyers (2018) acerca dos movimentos sociais e o ativismo contemporâneo, na qual o conhecimento produzido pelos próprios movimentos sociais possui valor central.

Segundo o autor, as ciências sociais encontram-se centradas nas análises em escala global, dificultando o entendimento acerca das realidades nacionais e locais. E, para suprir essa lacuna, propõe uma sociologia mais global que dê conta do que se passa dentro de cada país ou região, sem, contudo, reduzir-se ao “globalismo metodológico”, quando se considera todos os processos da mesma forma em todos os países ou a configuração do nível local somente como reflexo de dinâmicas globais, representando o “fim dos territórios”.

Nessa perspectiva, torna-se relevante pensar o global, mas atentando para três cuidados: aliar perspectivas teóricas ao trabalho de campo; abrir-se a um diálogo intercultural, com perspectivas distintas de saberes; e articular as escalas de ação e análise, do local ao global. Os estudos das Epistemologias do Sul assumem essa vertente, na medida em que suscitam um questionamento acerca de nossa maneira de ver e entender o mundo, propondo categorias analíticas baseadas nos atores sociais de outras regiões do mundo e um diálogo intercultural.

A sociologia dos movimentos sociais e a sociologia, em geral, atribuíam reduzida importância aos movimentos locais, caracterizando suas ações como em defesa de interesses próprios. Os movimentos recentes revelam, no entanto, a importância do território e do espaço local em um mundo globalizado, e sua ação no território. Essa perspectiva de “uma sociologia dos movimentos sociais como sociologia geral”, seguindo o caminho de Pleyers, que retoma as palavras e o projeto de Alain Touraine, busca a ênfase no trabalho de campo local, mas sem configurar micro perspectivas ou esquecer questões mais amplas, como as da democracia ou da mudança social.

Como já mencionado, Pleyers (2018) enfatiza a necessidade de estudar os movimentos sociais não apenas em relação a seu impacto na política institucional, mas apontando a necessidade de novas ferramentas analíticas e heurísticas, a fim de reinventar a forma de compreensão dos mesmos, pois eles são atores em muitas outras áreas da vida e da sociedade.

Nesse sentido, aponta que conceitos como experiência vivida, compromisso pessoal e subjetivação são centrais para entender os movimentos da atualidade.

Tal concepção relaciona-se a uma sociologia da emancipação, abrangente e interpretativa, baseada em experiências concretas, que reflete com os atores, sem esconder os limites dos movimentos sociais e de suas culturas políticas, isto é, das maneiras que escolhem para a mudança social. Essa epistemologia, que conecta movimentos sociais às grandes questões sociais, não isolando os atores sociais, apresenta-se muito mais difundida na América Latina do que em outros continentes (*ibid.*).

Santos (2014) resume uma série de propostas analíticas chamadas “Epistemologias do Sul”, cujo conceito destaca as contribuições de atores e intelectuais do Sul Global, convidando a conhecer as visões de mundo dos movimentos indígenas, camponeses, oprimidos e rebeldes. Além disso, amplia perspectivas e contribuições dos “estudos subordinados”, originários da Índia, e o pensamento descolonial e pós-colonial desenvolvido pelos intelectuais latino-americanos e enraizado nas lutas do continente, e propõe a implementação concreta dessas epistemologias dentro de uma abordagem que combina duas perspectivas complementares para entender o papel dos movimentos sociais contemporâneos, como já mencionado no capítulo 2: a sociologia das ausências e a sociologia das emergências.

A sociologia das ausências, ao pretender "tornar visível" os atores "invisíveis" pelas perspectivas dominantes e pelos processos de modernização, reintegra-os a essas perspectivas, o que resulta em uma visão muito diferente da história e da luta. As Epistemologias do Sul constituem-se, assim, uma ferramenta heurística relevante para reler a história e as práticas de emancipação realizadas pelos atores e pelos movimentos sociais (*ibid.*).

De forma complementar, a sociologia das emergências, ao identificar e analisar as experiências existentes e possíveis, apresenta alternativas concretas à sociedade colonial e capitalista. Segundo o autor, a alternativa à sociedade dominante não ocorrerá após o colapso de uma "grande revolução", e aponta a existência de uma infinidade de experimentos plurais e práticas prefigurativas, que são utópicas e realistas (*ibid.*).

Sem negar seus limites ou a existência de contradições internas e, embora sejam constantemente monitoradas por marginalização ou recuperação, essas alternativas indicam a possibilidade de um outro mundo. Valorizam-se tais experiências práticas, na medida em que são capazes de incorporar a capacidade de agir e transformar o mundo dos atores sociais e, por isso, constituem alternativas à hegemonia, configurando-se em interesse político (LAVILLE *et al.*, 2017 apud PLEYERS, 2018). A sociologia das emergências, assim,

revitaliza o estudo de experiências alternativas e de solidariedade concreta que, com muita frequência, são negados ou desprezados pelos intelectuais do norte.

As Epistemologias do Sul representam uma proposta geral de repensar a emancipação, movimentos sociais e ciências sociais, visto que desafiam profundamente as teorias e perspectivas dominantes, construídas por estudiosos a partir de estudos de casos no Norte global. Partem do pressuposto que os movimentos descoloniais no Sul global mudaram a maneira de pensar sobre a emancipação, baseada em uma crítica radical da modernidade e na estrutura eurocêntrica das ciências sociais (*ibid.*).

Nesta perspectiva, como abordado no capítulo 4, Pleyers (2018) introduz a concepção de alterativismo para compreender os movimentos sociais contemporâneos. Tal abordagem implica em um modo de ser ativista, que envolve um compromisso pessoal e ético com a vida, com os valores e com a subjetividade, expressando uma vontade de se relacionar com os outros de uma maneira não utilitária, assim como desenvolver relacionamentos interpessoais sem hierarquias ou status.

Para o autor, as subjetividades políticas e os atores dos movimentos sociais da atualidade surgem da articulação recíproca e da fertilização entre a vida cotidiana e a vida política, entre o mundo da internet e a das praças públicas, entre as redes sociais e a convivência nos espaços militantes. E, neste sentido, as redes sociais convergem, ao se apresentarem como um meio de comunicação que mescla vida privada e compromisso público, oferecendo uma plataforma para este individualismo expressivo. Nas páginas do *Facebook*, por exemplo, jovens ativistas publicam e divulgam fotos de excessos policiais contra manifestantes e artigos de análise sobre as causas que os mobilizam, entre fotos de uma festa de aniversário ou um fim de semana entre amigos (*ibid.*).

Entende-se, dessa forma, que a inscrição das redes sociais nas práticas cotidianas se apresenta congruente com a crescente importância das dimensões expressivas do ativismo (RODRÍGUEZ, 2016 *apud* PLEYERS, 2018). E, por isso, torna-se necessário considerar a importância do ativismo *online* para compreender os movimentos sociais contemporâneos.

O presente estudo segue essa direção, partindo das premissas de Santos e Pleyers para a definição dos seus caminhos metodológicos, e tomando como base as mídias sociais digitais como campo de investigação, mas, também como categoria de análise dos seus usos pelos movimentos sociais. Ao mesmo tempo, utilizou as categorias propostas por Pleyers para analisar os movimentos sociais que atuam no cenário atual da luta pelo direito à saúde em Salvador, e utilizam as mídias sociais para desenvolver o seu ativismo.

Para a escolha dos sujeitos desta pesquisa, assim, parte-se da experiência da autora junto ao CEBES Núcleo Bahia, optando-se pela análise da relatoria do 2º Pré-Simpósio do CEBES Núcleo Bahia, realizado em outubro de 2017, em Salvador. Este evento fez parte de um ciclo de debates preparatórios para o Simpósio Nacional do CEBES, que marcou os 40 anos da entidade e reuniu atividades e discussões sobre o direito à saúde com contribuições dos núcleos regionais. O Núcleo Bahia realizou três debates preparatórios com o intuito de levar propostas para o Simpósio Nacional, sendo que o segundo debate intitulado “Defender o SUS é defender a democracia”, e considerado para fins desta pesquisa, objetivou o diálogo entre pautas de diferentes movimentos sociais e a área da saúde com vistas a fortalecer a articulação e a mobilização para as ações de defesa do direito à saúde. Para tanto, foram convidados diversos movimentos sociais com atuação na área do direito à saúde com o intuito de promover, a partir do levantamento de suas pautas, o diálogo acerca de estratégias e formas de ação diante da conjuntura política brasileira do momento.

Diversos movimentos sociais foram convidados a compor a mesa e expor suas pautas e bandeiras de luta, sendo que 8 (oito) movimentos aceitaram e enviaram representantes, a saber: Levante Popular da Juventude; Rede Feminista de Saúde; Coletivo de Mulheres do Calafate; Frente Saúde Unidade Suburbana; Coletivo Baiano de Residentes em Saúde; Fórum Acadêmico de Saúde; Movimento dos Sem Teto da Bahia e Associação Metamorfose Ambulante de Usuários e Familiares do Serviço de Saúde Mental da Bahia. Apesar de não terem enviado representantes, outros movimentos sociais se fizeram presentes na plenária para o debate, tais como: Médicos pela Democracia e Frente Baiana contra a privatização da saúde e defesa do SUS, mas, para fins de análise nesta pesquisa, consideraremos apenas os movimentos que compuseram a mesa.

Destaca-se que a escolha dos sujeitos para esse estudo apresentou limites, na medida em que partiu de uma seleção realizada pelo Núcleo CEBES Bahia e, portanto, restrita à rede de relações que os próprios representantes da instituição possuíam. Apesar do esforço de ampliação de divulgação e mobilização ser uma tônica da entidade, alguns movimentos podem ter sido invisibilizados. Entretanto, considerando o lugar que o Núcleo CEBES Bahia ocupa na área da saúde em Salvador e a história que desenhou, no estado da Bahia, em todos esses anos de existência e mobilização junto aos diversos setores da sociedade, o critério de seleção adotado evidenciou dados significativos em relação à temática do estudo.

Em relação ao objetivo primeiro do estudo, essa investigação, de caráter qualitativo, envolveu a análise do relatório do evento, divulgada na página eletrônica do CEBES<sup>7</sup>, na qual foi possível identificar e caracterizar os movimentos sociais que atuam na defesa do direito à saúde em Salvador, em relação aos seus objetivos e pautas, tomados como dimensões de análise da pesquisa. As demais dimensões, que se relacionaram ao público-alvo, articulações com outros atores, tipos de mídias sociais digitais utilizadas e formas de ação política, foram investigadas a partir da exploração e análise destas terceiras.

O trabalho posterior da análise, concernentes aos dois objetivos finais desse estudo, ocorreu a partir de duas vertentes: a primeira diz respeito ao uso das mídias sociais digitais na conformação do ativismo de cada movimento social, sendo, para tanto, identificado o tipo de mídia utilizada, assim como o uso que os movimentos fazem das mesmas, identificando conteúdos e potencial de interação e compartilhamentos.

Na segunda vertente, buscou-se analisar as formas de ação dos movimentos sociais, na perspectiva da cultura alterativista, proposta por Pleyers (2018). Para tanto, foram analisados os objetivos, pautas, articulações e ações dos movimentos sociais, a fim de estudar como estes se posicionam diante dos problemas a serem enfrentados e como organizam suas ações políticas. Destaca-se que, para fins desta análise, foram estudados os *blogs*, *websites* e *SRS Facebook*, durante o período de 2016 a 2019. Portanto, enquanto caracterização e análise do uso das mídias sociais, foi pesquisado se os movimentos utilizavam o *SRS Instagram* para exercer o seu ativismo e considerado este dado, entretanto as páginas dos sujeitos do estudo relativas a este tipo de mídia não foram exploradas.

Em relação ao levantamento dos dados relativos às formas de ação, realizou-se uma classificação por grupos, com o intuito de melhor visualizá-las e demarcar se as ações são promovidas ou repercutidas pelos movimentos. Assim, as ações podem ser consideradas como: ações ativistas, correspondentes a ações, de caráter ativista, propostas e realizadas pelos movimentos; atividades sociais e ativismo, referentes a eventos sociais que envolvem características ativistas; ações voltadas à perspectiva da informação, formação teórica e/ou ativista, relacionadas a debates técnicos e teóricos; realização de notas públicas; participação em atos, mobilizações, campanhas, abaixo-assinados, eventos ou audiências públicas; participação em eventos; manifestação de apoio e solidariedade a lutas e a candidaturas; denúncias; e divulgação de posicionamentos políticos, de atos e mobilizações ou campanhas, de conteúdo/informação, notícias e notas, de eventos, de entrevistas, documentários e

---

<sup>7</sup> [www.cebes.org](http://www.cebes.org).

aplicativos relacionados às pautas dos movimentos. Nas situações em que as ações possuem caráter de mais de um grupo, prioriza-se o conteúdo para classificação das mesmas em um dado grupo.

O referencial teórico e analítico utilizado nesta última vertente baseia-se na perspectiva da compreensão dos movimentos contemporâneos, proposto por Pleyers (2018), que parte das concepções sobre a mudança social, significados sociais compartilhados pelos atores e suas lógicas, valores e formas de organização do movimento, para identificar dois caminhos de ação: a via da razão, na qual os movimentos questionam a ideologia dominante através de análises científicas e técnicas; e a via da subjetividade, na qual defendem seu direito a viver e a autonomia de sua experiência vivida e de sua criatividade, ao nível da comunidade ou ao nível individual.

Na via da subjetividade, a mudança social é entendida como um processo iniciado com o comportamento dos indivíduos e da sociedade, bem como um compromisso político ancorado na experiência. Entre as principais características desse caminho, podemos citar a construção de espaços autônomos e anti-poderes, o apreço pela diversidade, horizontalidade e convivência nas relações sociais, bem como o recurso constante à ação direta e à criatividade. A via da razão, por sua vez, se baseia menos na emoção e na experiência, e mais no conteúdo objetivo e na expertise mobilizada por ativistas e grupos de especialistas que buscam incidência política e construção de alternativas teóricas e políticas.

Por outro lado, na análise das articulações com outros atores sociais, identifica-se, prioritariamente, as parcerias dos movimentos para a realização de ações específicas, ou ações de longo prazo, buscando discuti-las na perspectiva teórica do trabalho de tradução proposto por Santos (2002), a fim de vislumbrar possibilidades e limites de agregação entre os movimentos e, em última instância, se existem constelações de práticas com maior potencial contra hegemônico.

O presente estudo, assim, busca contribuir para o conhecimento acerca dos movimentos sociais no Brasil e suas perspectivas diante da conjuntura social e política cada vez mais austera.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 4.1 OS MOVIMENTOS SOCIAIS ATUANTES EM REDES SOCIAIS DIGITAIS NO CONTEXTO DA SAÚDE EM SALVADOR

Buscando caracterizar os movimentos sociais, que atuam na defesa do direito à saúde em Salvador e utilizam as mídias sociais digitais para exercer o seu ativismo, quanto a objetivos, pautas, público, articulações com outros atores, tipos de mídias utilizadas e formas de ação política, neste estudo, foram analisados os seguintes movimentos sociais: o Levante Popular da Juventude (LPJ), a Rede Nacional Feminista de Saúde (RFS), a Frente Saúde Unidade Suburbana (FSUS), o Coletivo Baiano de Residentes em Saúde (CBR), o Coletivo de Mulheres do Calafate (CMCb), o Fórum Acadêmico de Saúde da UFBA (FAS), o Movimento dos Sem Teto da Bahia (MSTB) e a Associação Metamorfose Ambulante de Usuários e Familiares do Serviço de Saúde Mental da Bahia (AMEA).

#### 4.1.1 Situando os movimentos sociais em relação a seus objetivos, pautas, público-alvo e articulações com outros atores

Neste item, serão apresentadas as características dos movimentos sociais estudados, quanto aos objetivos, às pautas, o público alvo e às articulações que realizam com outros atores, o que permitirá ampliar a compreensão de sua inserção no ciberespaço.

O Levante Popular da Juventude, fundado em 2006, se define como uma organização de jovens militantes voltada para a organização, formação e luta pelos direitos dos mais jovens, com o propósito de transformação da sociedade. Possui, como público alvo, os jovens da periferia, das universidades, do campo e das escolas brasileiras, propondo o que designou como três frentes de atuação: a estudantil, a territorial e a camponesa. Seu objetivo é a organização da juventude para a luta contra as injustiças e desigualdades e sua abrangência é nacional, com subdivisões regionais e locais.

A Rede Nacional Feminista de Saúde (RSF), por sua vez, também possui abrangência nacional. Fundada em 1991, se define como uma articulação do movimento de mulheres, feminista e antirracismo, sendo as mulheres seu público-alvo. Sua organização interna, no entanto, denota diferenças em relação ao LPJ, pois, embora este último não evidencie, em suas mídias sociais digitais, informações detalhadas acerca da sua estrutura interna, suas ações revelam um formato organizacional menos centralizado e vertical, como sugere a Rede

Feminista de Saúde. Esta possui uma coordenação geral, da qual fazem parte um Conselho Diretor e uma Secretaria Executiva, que compõem o Colegiado, sendo a Assembleia Geral sua instância maior de decisão. É constituída por organizações não-governamentais, grupos feministas, pesquisadoras e grupos acadêmicos de pesquisa, conselhos e fóruns de direitos das mulheres, além de ativistas do movimento de mulheres e feministas, profissionais da saúde e outras que atuam no campo da saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos. Além disso, é composta por 12 Regionais organizadas no Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Goiás, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo, Santa Catarina e Distrito Federal.

No que se refere às pautas, o LPJ luta pelo direito à saúde e à reforma agrária, pelos direitos dos LGBTs, contra o racismo e contra o ataque à vida das mulheres. Defendem um projeto popular para o Brasil, com ênfase na construção a partir dos sujeitos, ou seja, do povo, incluindo a transformação da saúde nesse contexto.

Enquanto a RFS possui como objetivo a defesa da saúde integral das mulheres, seus direitos sexuais e reprodutivos, bem como a defesa de um SUS único, público, universal e de qualidade. Suas pautas incluem o fortalecimento dos movimentos feminista e de mulheres no âmbito local, regional, nacional e internacional, em torno da saúde e dos direitos sexuais e reprodutivos; o reconhecimento dos direitos sexuais e reprodutivos como direitos humanos; o reconhecimento da violência sexual, racial e doméstica como violações dos direitos humanos; a defesa da implantação e da implementação de ações integrais de saúde da mulher, no âmbito do SUS; a legalização do aborto, sustentada no pressuposto de que a sua realização deve ser fruto de decisão que compete à mulher enquanto direito; o combate à mortalidade materna e à violência contra as mulheres; a crítica à medicalização dos corpos femininos e dos eventos femininos; a prevenção do câncer de mama e a garantia de uma linha de cuidado para as mulheres na prevenção do câncer.

Além disso, a Rede expressa uma preocupação com a conjuntura política atual adversa, caracterizada pelo avanço do conservadorismo, da radicalidade do fundamentalismo religioso e dos retrocessos sociais, que tem efeitos imediatos à saúde das mulheres.

De forma ampla, o LPJ se articula aos movimentos da Via Campesina e movimentos urbanos como o Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), com o intuito de construir a organização popular em comunidades, vilas, escolas, assentamentos e acampamentos do Brasil; bem como com a UNE, cuja relevância se reflete na ocupação, pela ativista do Levante Élide Elena, da vice-presidência da UNE na gestão 2019-2021.

Outras articulações, características de ações mais específicas do movimento, também foram observadas, como, por exemplo, com o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), na Audiência Pública da Política Estadual dos Atingidos por Barragens na Assembleia Legislativa da Bahia (2019); com a Editora Boitempo, Editora e Livraria Expressão Popular, Fundação Lauro Campos e Marielle Franco, Armazém do Campo – SP e Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) para a atividade com David Harvey em São Paulo (2019); ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e Movimento dos Trabalhadores por Direitos (MTD), com parceria do CEPAFRE (Centro de Educação Paulo Freire de Ceilândia) e Casa da Natureza, no Curso de Alfabetização para Jovens, Adultos e Idosos no Sol Nascente, em Brasília (DF); dentre outros.

As articulações da Rede Feminista de Saúde com outros atores, ao contrário, se mostram mais marcadas pela perspectiva institucional, como nas instâncias nacionais, governamentais e não-governamentais, que incidem sobre as políticas públicas de saúde; e nas relatorias nacionais e internacionais de saúde e direitos humanos das mulheres, tais como a Comissão Intersetorial de Saúde da Mulher do Conselho Nacional de Saúde – CNS, Comissão Executiva de Monitoramento do Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal, Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, Conselho do Observatório Brasil de Igualdade de Gênero, Plataforma Brasileira de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais – Plataforma DhESCA/Brasil, Relatoria Nacional do Direito Humano à Saúde, Comissão Nacional de Morte Materna, e Comissão de Articulação dos Movimentos Sociais.

Além disso, faz parte das Jornadas Brasileiras pelo Aborto Legal e Seguro e da Frente Nacional pelo Fim da Criminalização das Mulheres e pela Legalização do Aborto; é Ponto Focal da Campanha 28 de Setembro pela descriminalização do aborto na América Latina e no Caribe; coordena, no Brasil, a Aliança Nacional pela Campanha Por uma Convenção Interamericana dos Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos; e participa da Articulação Mulher e Mídia, da Aliança de Controle do Tabagismo, da Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma Política, entre outras articulações. É uma das redes parceiras do projeto Observatório pela Aplicação da Lei Maria da Penha; é filiada à Rede de Saúde das Mulheres Latinoamericanas e do Caribe (RSMLAC) e à Rede Mundial de Mulheres pelos Direitos Reprodutivos.

Destaca-se, no estudo da Rede, a articulação com a Casa da Mulher Catarina, grupo feminista, fundado em 1989 e com reconhecimento internacional, que se dedica à defesa da

saúde e dos direitos da mulher<sup>8</sup>. Tal parceria se reflete na ação política conjunta, como, por exemplo, nas mobilizações do 8M, e, de forma mais organizacional, já que a Rede tem, como sede, a Casa da Mulher Catarina.

O Coletivo de Mulheres do Calafate (CMCb), por outro lado, se define como uma organização comunitária feminista. Foi criado em 1992, no bairro da San Martin, Salvador-Ba, com o objetivo de ser um espaço de discussão dos problemas cotidianos, principalmente a violência doméstica na perspectiva dos direitos das mulheres. Com abrangência local, tem, como pautas de suas ações, a luta pelo fim da opressão e da violência contra a mulher, com atenção às mulheres negras, contra os cortes do Programa Bolsa Família, a violência obstétrica e o racismo institucional, a defesa da saúde e dos direitos sexuais reprodutivos, a defesa do aborto, da decisão das mulheres em relação ao próprio corpo e do cuidado em relação ao corpo, pois estas promovem o sustento da família e acabam não se preocupando consigo mesmas, tendo essa população como público-alvo.

Em termos de organização interna e articulações com outros atores, se aproxima do Levante, evidenciando parcerias com o grupo A Mulherada, na realização da Oficina de Percussão; com a Liga de Estudante de Endocrinologia da UFBA; com o Instituto Equit - Gênero, Economia e Cidadania Global<sup>9</sup>, na realização da Oficina Feminismo, economia e violência contra as mulheres, e com o grupo Odara – Instituto da Mulher Negra, na construção do “Julho das Pretas”<sup>10</sup>.

A Frente Saúde Unidade Suburbana (FSUS) é um movimento social criado no Subúrbio Ferroviário de Salvador pela Associação de Moradores de Plataforma/Subúrbio Ferroviário (AMPLA), em decorrência da desativação da UBS Adroaldo Albergaria, transformada em UPA. Possui abrangência local, a população oriunda de Plataforma e do Subúrbio Ferroviário de Salvador como público-alvo, e a luta pela saúde pública de qualidade, como objetivo. Suas pautas referem-se à defesa do direito à saúde, de forma universal, igualitária e integral, e melhoria do acesso aos serviços de saúde.

Enquanto articulações com outros atores, evidencia-se o apoio do CEBES-BA, que participou do momento de criação do movimento, conduzindo o processo de formação

---

<sup>8</sup> *Facebook* Casa da Mulher Catarina: <https://www.facebook.com/pages/category/Non-Governmental-Organization--NGO-/Casa-da-Mulher-Catarina-240168152678215/>

<sup>9</sup> <http://www.equit.org.br/novo/>

<sup>10</sup> O “Julho das Pretas” é uma agenda conjunta e propositiva com organizações e movimentos de mulheres negras da Bahia, região Nordeste, e mais alguns estados do país, voltada para o fortalecimento das organizações de mulheres negras. Foi criado em comemoração ao Dia Internacional da Mulher Negra Latino Americana e Caribenha (25 de julho) (<https://institutoodara.org.br/julho-das-pretas/>).

política por meio de encontros e debates sobre as necessidades de saúde e acerca do melhor modelo de atenção para a comunidade do subúrbio.

O público-alvo do Coletivo Baiano de Residentes em Saúde (CBR), por sua vez, é composto por residentes de diferentes programas institucionais, e o movimento tem, como objetivo, o reconhecimento das categorias profissionais, compreendendo a importância da organização política dos residentes e estimulando a participação dos estudantes nos espaços de deliberação como os colegiados. Possui abrangência local, e suas principais pautas referem-se à luta contra: a ampliação da terceirização, a carência de mão de obra nas unidades, a precarização do trabalho, a carga horária de 60 horas, assim como a reflexão sobre o mundo do trabalho através do estímulo da educação permanente e da ressignificação das práticas atuais. Defendem, ainda, o direito à saúde; o SUS, laico, estatal, universal e de qualidade para todos; o fim do subfinanciamento público e do congelamento dos recursos à saúde, se posicionando contra a proposta de revisão da PNAB, os planos populares da saúde, a medicalização, a patologização da vida, e ao ataque à cura gay.

Não se observa na análise do SRS *Facebook* do movimento, no entanto, maiores articulações com outros atores, mas apenas uma ação pontual e de caráter *online*, como a participação no abaixo-assinado lançado pela Frente em Defesa do SUS e o CNS contra o desmonte do SUS, frente à Emenda Constitucional Nº 95/2016.

O Fórum Acadêmico de Saúde da UFBA (FAS), criado há 15 anos, se propõe a ser um espaço de articulação, organização, formação e luta entre as/os estudantes e diretórios/centros acadêmicos da área de saúde. Possui abrangência regional e, como público alvo, os estudantes da área da saúde, com o objetivo de construir unidade entre estes nas lutas, bem como agregá-los para a atuação no movimento estudantil, debatendo criticamente a sua formação e a sua atuação futura enquanto profissionais.

As suas pautas se dirigem à: luta pela RSB; construção de uma sociedade mais justa e mais equânime; defesa do SUS e defesa da democracia, a partir do entendimento de que o SUS representa um projeto de valores e, por isso, defender o SUS significa defender a democracia. Além disso, a luta contra a mercantilização; a garantia da saúde e dos direitos fundamentais: o direito à terra, o direito à reforma agrária; e a luta pela saúde mental, com atenção à saúde mental dos estudantes, e a favor da destruição dos manicômios, físicos e invisíveis, a saúde da mulher e da população negra. De forma ampla, defendem a construção de um projeto de saúde e de poder popular, pautado em interesses do cuidado e do trabalhador, e não do capital e dos proprietários das farmacêuticas, ou seja, um projeto de emancipação.

Em relação às articulações com outros atores, o DCE UFBA assume papel central, enquanto parceiro do FAS, na maioria das ações realizadas.

O Movimento dos Sem Teto da Bahia (MSTB) nasceu em 2003, a partir da demanda de organização de mulheres e homens com o objetivo de conquista da moradia e demais direitos sociais necessários para a vida digna. Assim, suas pautas dirigem-se não apenas à defesa do teto, mas, também, à luta pela construção de uma sociedade mais justa e igualitária, se contrapondo aos valores do capital, definida pelo movimento como uma reforma urbana. Propõe a defesa da saúde com base em outra lógica de comunidade, associada ao trabalho com agroecologia, nas hortas comunitárias, pela ideia de produção e agricultura familiar, ao invés da lógica atrelada ao consumo pela ida ao mercado e compra de produtos com agrotóxicos. O movimento possui abrangência local e enfoca a perspectiva do empoderamento das mulheres, através da formação política.

Pode-se perceber, de forma clara, tanto no Movimento dos Sem Teto da Bahia quanto no Coletivo de Mulheres do Calafate e na Frente Saúde Unidade Suburbana, a perspectiva da interpretação da realidade como intolerável e a concepção de utopia no surgimento dos mesmos, tal como apresenta Santos (2016). Os ativistas, nesses casos, partem da avaliação de que não é possível aceitar a realidade como ela se apresenta, e para responder às suas necessidades e aspirações, apostam na utopia, que nunca se realiza enquanto utopia, mas que pode ajudar na realização de alternativas concretas, como na constituição dos movimentos sociais, nesses casos.

Do ponto de vista das articulações do MSTB com outros atores, foi possível identificar o Movimento Moradia Digna, que culminou com a ocupação da área onde ocorreu a explosão da fábrica de Fogos em Santo Antônio de Jesus. O imóvel, destinado à Habitação Popular, mas sem providência concreta pela prefeitura e, portanto, sem cumprir função social, foi ocupado pelas famílias do Movimento, como forma de cobrar a garantia do direito à moradia. Além disso, evidencia-se o Congresso dos Povos da Colômbia, o Movimento de Moradores UKAMAU do Chile, a Frente Popular Dario Santillan da Argentina, a Rede da Diversidade da Bolívia, Movimento de Trabalhadores Sem Teto (MTST) e Brigadas Populares do Brasil, compondo a Frente de Resistência Urbana Latino-americana; além da Articulação do Centro Antigo.

A Associação Metamorfose Ambulante de Usuários e Familiares do Serviço de Saúde Mental da Bahia (AMEA), por fim, possui abrangência local e, como público alvo, as pessoas em sofrimento mental. Seu objetivo é promover a inclusão social dessa população a partir da afirmação dos seus direitos humanos; além da garantia do acesso aos diversos serviços de

saúde mental; a melhoria da assistência no SUS, na Bahia; o combate à discriminação e aos preconceitos; e a coibição da violência social e institucional.

O movimento busca se constituir enquanto um espaço de escuta e apoio, respeitando a história desse processo desde a reforma psiquiátrica e tendo, como pautas, as lutas da saúde mental e a desconstrução da exclusão social a que essa população em sofrimento mental vivencia em nossa sociedade.

Não foi possível identificar as articulações com outros atores a partir dos conteúdos postados em sua rede social *Facebook*, único tipo de mídia utilizado pelo movimento.

Na perspectiva analítica dos objetivos e pautas de todos os movimentos estudados, constata-se que a maior parte deles, tais como o LPJ, RFS, CMCb, CBR, FAS, MSTB, converge para a perspectiva de Santos e Pleyers ao demonstrarem preocupação com uma pauta mais ampla, transcendendo suas propostas primárias, e evidenciando sua defesa à democracia e seu posicionamento contra às desigualdades e às injustiças, entendendo estas como reflexo do avanço do capitalismo no mundo. Nesse sentido, terminam por empreender uma luta contra as três dominações propostas por Santos (2016) - o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado, expressa pela defesa do fim da opressão às mulheres, do fim da mercantilização, da construção de um projeto popular para o Brasil, de uma sociedade mais justa e mais equânime, ou da transformação social.

Ainda, todos os movimentos defendem a pauta da saúde, e apresentam uma luta em primazia, como um protagonismo, que pode ser a saúde ou não, mas, atrás desta, encontram-se várias outras lutas (*ibid.*).

Outro ponto relevante de análise é a pauta relativa à defesa do corpo da mulher, evidenciada pela RFS e pelo CMCb. Ambos os movimentos defendem a legalização do aborto, com a ênfase de que a mulher deve ter o poder de decisão sobre o seu corpo. Além disso, destaca-se, na RFS, a crítica à medicalização dos corpos femininos e dos eventos femininos e à defesa da autonomia e da prevenção de gravidez não planejada e doenças, como o HIV, no momento do ato sexual, em situações nas quais o homem se nega ao uso do preservativo masculino. Enquanto, no CMCb, evidencia-se a defesa do cuidado das mulheres em relação ao próprio corpo, a partir da constatação de que, por promoverem o sustento da família, as mulheres acabam por não se preocupar consigo mesmas.

O MSTB, por sua vez, também se mostra sensível a esta pauta ao focar o empoderamento das mulheres, através da formação política. Santos (*ibid.*) considera o corpo da mulher como um objeto de luta e poder, no contexto das três dominações que propõe

estarmos sujeitos no mundo atual e, nesta perspectiva, os movimentos contemporâneos estão sensíveis a estas questões.

O público-alvo dos movimentos também se mostra revelador, ao apontar as populações mais vulneráveis, por um lado, como as mulheres (RFS, CMCb), os sem teto e desfavorecidos economicamente (MSTB, FSUS) e os portadores de transtornos mentais (AMEA), mas, por outro, sinalizam os jovens (LPJ, CBR, FAS) como potência de luta e resistência. Compreende-se que o austero contexto econômico do Brasil, com o aumento do desemprego, que afeta muito os jovens e a população mais vulnerável economicamente, impulsiona o surgimento dos movimentos e o aumento do ativismo. Em relação aos jovens, especificamente, o ativismo tem se configurado como uma nova era na vida, como uma espécie de "juventude tardia" ou "idade adulta emergente" (LECCARDI; RUSPINI, 2006 *apud* PLEYERS, 2018), como se, entre o início do ensino superior e a instalação completa na idade adulta, existisse uma etapa caracterizada por uma grande "disponibilidade biográfica" (MCADAM, 1986 *apud* PLEYERS, 2018), desejada ou sofrida, por atividades realizadas fora da vida familiar ou profissional e, em particular, pelo ativismo.

Ademais, em relação às articulações com outros atores, observam-se parcerias que se prolongam dentre as ações dos movimentos, como no caso do FAS; diversas parcerias ao longo das ações, como no CMCb, ou ambas as possibilidades, como o LPJ, a RFS, o MSTB. Com uma diversidade de pautas, as diversas ações terminam por demandar diversas articulações. Constata-se, ainda, a presença de articulações relacionadas à fundação do próprio movimento, como no caso da FSUS.

Nessa perspectiva, pode-se apontar o potencial destas articulações enquanto constelações de práticas com maior potencial contra hegemônico, como nos aponta Santos (2002), na medida em que são agregações que potencializam experiências ativistas e podem resultar em efeitos sociais e políticos, como a articulação entre o Levante e a UNE, o Levante e o MST, a Rede Feminista de Saúde e a Casa da Mulher Catarina, o Coletivo de Mulheres do Calafate e o grupo Odara (Instituto da Mulher Negra) na construção do "Julho das Pretas", o Fórum Acadêmico de Saúde e o DCE - ambos da UFBA, o Movimento dos sem Teto da Bahia com o Movimento Moradia Digna, assim como com os diversos atores na composição da Frente de Resistência Urbana Latino-americana.

Os movimentos sociais, dessa forma, denotam criar inteligência mútua entre experiências possíveis e disponíveis, se enriquecendo através do diálogo e das convergências de lutas, podendo, tal qual o processo de tradução proposto por Santos (2002), realizar

alianças e aumentar, de forma significativa, os estoques de experiências sociais, vislumbrando a construção de movimentos contra hegemônicos.

Uma análise comparativa acerca da abrangência dos movimentos sociais estudados, por sua vez, pode ser constatada no Quadro 1, a seguir. Observa-se que a maior parte dos movimentos estudados possui abrangência local. Na perspectiva de Pleyers (2018), a articulação de distintas escalas de ação e análise é essencial para entender os movimentos contemporâneos. E, neste sentido, o autor alerta que uma visão da dimensão global dos atores e processos sociais, concomitantes em várias regiões do mundo, é necessária para entender o mundo e os atores que o transformam em cada país, mas, sem esquecer as escalas local e nacional, capazes de oferecer ferramentas para o diálogo com os atores, teorias e desafios de cada país<sup>11</sup>.

Quadro 1 - Movimentos sociais atuantes na saúde em Salvador com as respectivas áreas de abrangência.

<b>Movimentos Sociais</b>	<b>Abrangência</b>
<b>Levante Popular da Juventude</b> <a href="https://levante.org.br/">https://levante.org.br/</a> <a href="https://www.Facebook.com/levantepopulardajuventude/">https://www.Facebook.com/levantepopulardajuventude/</a>	Nacional
<b>Rede Feminista de Saúde</b> <a href="http://redesaude.org.br/">http://redesaude.org.br/</a> <a href="https://www.Facebook.com/RedeFeministaDeSaude/">https://www.Facebook.com/RedeFeministaDeSaude/</a>	Nacional
<b>Frente Saúde Unidade Suburbana</b> <a href="https://www.Facebook.com/frentesus/">https://www.Facebook.com/frentesus/</a>	Local
<b>Coletivo Baiano de Residentes em Saúde</b> <a href="https://www.Facebook.com/coletivobaianoderesidentes/">https://www.Facebook.com/coletivobaianoderesidentes/</a>	Local
<b>Coletivo de Mulheres do Calafate</b> <a href="http://coletivodemulheresdocalafate.blogspot.com/">http://coletivodemulheresdocalafate.blogspot.com/</a> <a href="https://www.Facebook.com/mulhercalafate/">https://www.Facebook.com/mulhercalafate/</a>	Local
<b>Fórum Acadêmico de Saúde da UFBA</b> <a href="https://fas-forum-academico-de-saude.webnode.com/">https://fas-forum-academico-de-saude.webnode.com/</a> <a href="https://www.Facebook.com/fasforumacademicodesaude/">https://www.Facebook.com/fasforumacademicodesaude/</a>	Regional
<b>Movimento dos sem Teto da Bahia</b> <a href="https://www.Facebook.com/movimentosemtetodabahia">https://www.Facebook.com/movimentosemtetodabahia</a>	Local
<b>Associação Metamorfose Ambulante de Usuários e Familiares do Serviço de Saúde Mental da Bahia</b> <a href="https://www.Facebook.com/ameabahia/">https://www.Facebook.com/ameabahia/</a>	Local

<sup>11</sup> Cabe situar que Pleyers trabalha com a perspectiva de escalas globais, nacionais e locais, sendo que, neste estudo, abordam-se apenas as escalas locais, regionais e nacionais, sendo estas últimas consideradas escalas amplas.

Nesta perspectiva, entretanto, é preciso destacar que a dimensão nacional de uma mobilização pode ocultar as dimensões locais de conflitos e desafios, sobrepondo a dinâmica da capital e das grandes cidades, e privilegiando a mobilização urbana e midiática sobre os movimentos rurais, por exemplo. Além disso, as dimensões nacional e global dos movimentos sociais podem ser apresentadas, equivocadamente, como mutuamente exclusivas, pois o fato de uma mobilização ser parte de um processo nacional ou reflexo de especificidades nacionais não significa que não possa se inscrever em uma onda internacional de mobilizações e, até mesmo, em um movimento global. Da mesma forma, reunir elementos que representam especificidades nacionais de um movimento não implica não compartilhar características e formas de ação com outras mobilizações em diferentes partes do mundo, e que, portanto, também possam ter uma dimensão internacional (*ibid.*).

Para Santos (2000), a lógica da escala local é importante, na medida em que possibilita confrontar à sociologia das ausências, visibilizando práticas diversas. Nesse sentido, trata-se da recuperação do que, no local, não é efeito da globalização hegemônica, nem tampouco do globalismo localizado, que corresponde ao impacto específico da globalização hegemônica no local, e que pode significar a possibilidade de uma globalização contra-hegemônica.

Assim, em relação aos movimentos com abrangência nacional, foi possível observar diversas ações nos vários estados e cidades brasileiras, possibilitando a análise com base nessa escala. Este é o caso do LPJ, que articula ações locais que não refletem apenas o globalismo localizado ou efeitos da globalização hegemônica, mas evidenciam respostas a pautas locais como a Semana Nós por Nós, com atividades específicas a cada localidade (turmas de alfabetização para jovens, adultos e idosos em Ceilândia -DF, plantio de mudas no ABC do Sudoeste Paulista, entrega de kits de redução de danos em Manguinhos - RJ, etc.).

Contudo, em relação à RFS, isso não ocorreu, pois o movimento apresentou maior visibilidade, seja por meio do SRS *Facebook*, seja por meio do *website*, às ações locais, relativas à cidade sede de sua direção, Florianópolis, tais como: a divulgação da Semana "Conexão Mulheres" no Museu de Arte de Santa Catarina, o Seminário "Os direitos das Mulheres na perspectiva dos novos tempos" na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC), dentre outros.

Em relação aos movimentos com abrangência local, nos casos em estudo, foi possível observar a ampla gama de variedades de ações locais, específicas de cada contexto, como a realização de ato em defesa da saúde, pela reabertura da UPA de Escada e da Unidade de Emergência de Plataforma, realizados no subúrbio de Salvador, pelo FSUS, ou a realização de ato na Rua do Calafate, abordando sobre "Violência contra as Mulheres, Racismo e Auto-

estima”, pelo CMCb. E, de outro lado, ações locais articuladas às ações nacionais, pelos movimentos de abrangência nacional, como a participação nos atos “Tsunami da educação”, contra os cortes na educação pelo governo Bolsonaro, pelo LPJ.

Destaca-se, portanto, a importância do território e do espaço local em um mundo globalizado, assim como a sua ação no território. De acordo com Pleyers (2018), tais movimentos não investem energia em uma estruturação nacional, e isso não ocorre por falta de força ou organização, mas porque acreditam na relevância da comunidade local e do território na resolução de problemas locais, considerados também globais. Como exemplos, o caso da mudança climática, e a perspectiva de possibilitar aos cidadãos a recuperação da capacidade de decisão sobre sua vida e sua maneira de organizar-se, como a realização de encontros da FSUS com a comunidade, no Projeto de ação social Zeferina, cuja proposta foi a construção da saúde que a população precisa. Dessa forma, embora permaneçam nesse nível, esses movimentos locais têm um alcance global, na medida em que propõem alternativas ao modelo de desenvolvimento e globalização neoliberal.

#### 4.1.2 Tipos de mídia utilizados pelos movimentos sociais estudados

Os tipos de mídias sociais utilizados pelos movimentos sociais, que atuam na defesa do direito à saúde em Salvador, na perspectiva do ativismo, considerados neste estudo, podem ser observados no Quadro 2.

A análise desse tópico centrou-se nos *websites* e *blogs* e nos SRS *Facebook*, e, como primeiro ponto a ser considerado, citamos a apresentação das páginas presentes nas mídias sociais, pois esta, assim como a representação gráfica do nome dos movimentos, revela muito sobre os mesmos, na medida em que evidencia a forma como o movimento social se vê e como pretende atingir, de forma mais efetiva, o seu público-alvo. Nesse sentido, a página principal do *website* do LPJ apresenta-se bastante dinâmica, com subdivisões em fragmentos que orientam a navegação, além de imagem de eventos do movimento, que se alternam constantemente. As seções visualizadas, que funcionam como abas para acesso aos conteúdos do *website*, foram as seguintes: Artigos; Mídia; Campanhas; Quem Somos; e Contato. A primeira destas seções aborda temas contemporâneos relativos à participação popular ou que visem informar o internauta acerca de alguma pauta importante, que precise de visibilidade no momento, denotando ser o carro-chefe dos fragmentos do *website* ou da propagação de informações em outras redes do Levante.

Quadro 2 - Movimentos sociais atuantes na saúde em Salvador com os respectivos tipos de mídia digital utilizados.

Movimentos Sociais	Mídias Sociais
<b>Levante Popular da Juventude</b> <a href="https://levante.org.br/">https://levante.org.br/</a> <a href="https://www.Facebook.com/levantepopulardajuventude/">https://www.Facebook.com/levantepopulardajuventude/</a>	Website/ SRS Facebook, Instagram
<b>Rede Feminista de Saúde</b> <a href="http://redesaude.org.br/">http://redesaude.org.br/</a> <a href="https://www.Facebook.com/RedeFeministaDeSaude/">https://www.Facebook.com/RedeFeministaDeSaude/</a>	Website/ SRS Facebook, Instagram
<b>Frente Saúde Unidade Suburbana</b> <a href="https://www.Facebook.com/frentesus/">https://www.Facebook.com/frentesus/</a>	SRS Facebook
<b>Coletivo Baiano de Residentes em Saúde</b> <a href="https://www.Facebook.com/coletivobaianoderesidentes/">https://www.Facebook.com/coletivobaianoderesidentes/</a>	SRS Facebook, Instagram
<b>Coletivo de Mulheres do Calafate</b> <a href="http://coletivodemulheresdocalafate.blogspot.com/">http://coletivodemulheresdocalafate.blogspot.com/</a> <a href="https://www.Facebook.com/mulhercalafate/">https://www.Facebook.com/mulhercalafate/</a>	Blog, SRS Instagram
<b>Fórum Acadêmico de Saúde da UFBA</b> <a href="https://fas-forum-academico-de-saude.webnode.com/">https://fas-forum-academico-de-saude.webnode.com/</a> <a href="https://www.Facebook.com/fasforumacademicodesaude/">https://www.Facebook.com/fasforumacademicodesaude/</a>	Website/ SRS Facebook, Instagram
<b>Movimento dos sem Teto da Bahia</b> <a href="https://www.Facebook.com/movimentosemtetodabahia">https://www.Facebook.com/movimentosemtetodabahia</a>	SRS Facebook, Instagram
<b>Associação Metamorfose Ambulante de Usuários e Familiares do Serviço de Saúde Mental da Bahia</b> <a href="https://www.Facebook.com/ameabahia/">https://www.Facebook.com/ameabahia/</a>	SRS Facebook

O *website* da RFS apresenta, logo abaixo do nome do movimento, as suas principais pautas: “Pela saúde integral, direitos sexuais e direitos reprodutivos; Em defesa do SUS público e de qualidade a todas as mulheres”. Na parte superior da página principal, há uma subdivisão em fragmentos, denominados: Institucional; Campanha Ponto Final; Tabaco e Gênero; e Trilhas da Saúde, que facilitam e orientam a navegação do internauta no portal. Abaixo, há outras subdivisões dispostas em links, chamadas: Página Inicial; Curso Feminismo e Gestão; Almanaque D’elas; Posições Políticas; e Jornalismo Rede. Na região lateral direita, dispõem-se quadros de Pesquisa; Editorial, sendo este subdividido em: Aborto, Cultura, Educação, Feminismos, Opinião, Políticas, Saúde, Sexualidade e Violência, abordando notícias sobre estes temas; Notícias do Dia; e Sites da RFS, que repetem os mesmos links da região superior do *website*. Além disso, há chamadas referentes a cinco notícias mais importantes publicadas, que se movimentam, e abaixo dispõem-se as 10 últimas notícias desta página inicial.

O *blog* do Coletivo de Mulheres do Calafate e o *website* do Fórum Acadêmico de Saúde, por sua vez, demonstram menor disposição de informações e funcionalidades. O

primeiro apresenta apenas a página principal, onde encontram-se informações relativas à história do movimento, objetivos de sua atuação e seu público alvo, atividades desenvolvidas desde a sua constituição e formas de contato, não sendo identificados links ou abas que direcionem para outros conteúdos, apenas direcionamento para o e-mail da coordenação. Ressalta-se que, ao lado do nome do movimento, não há a representação gráfica relativa ao seu nome, como apresentada em sua página do *Facebook*.

O segundo apresenta, logo abaixo do nome do movimento, em sua página principal, a forma como se apresentam e o objetivo de sua atuação: “Juventude com Atitude pra Defender a Saúde! Em Defesa de um Projeto Popular para a Saúde”. Além disso, encontram-se algumas seções que direcionam para outros links e conteúdos dentro do *website*, tais como: O Fórum Acadêmico de Saúde, cujo direcionamento conduz a informações acerca do movimento, sua história e objetivos; Inscrições Abertas – X SEVI-SUS, contendo informações acerca desse encontro; Eventos, divulgando outros encontros relacionados à saúde; Notícias, que se referem às informações e divulgações relativas às diversas edições do SESI-SUS; Galeria de Fotos, concernentes a diversos encontros do movimento; Contatos; Resultado da primeira fase da V SEVI-SUS UFBA e FAQ.

A utilização das mídias sociais já implica em uma maior exploração das imagens e, nesse sentido, é importante perceber a forma como os movimentos constroem suas páginas, e a forma como se representam e se apresentam ao seu público alvo. Assim, no sentido da representação dos seus nomes (ANEXO A), os movimentos sociais, com exceção da Rede Feminista de Saúde, apresentam imagens, junto ao nome. Algumas simbolizam a luta de uma forma geral, como o Levante Popular da Juventude, ao expressar uma bandeira; outras expressam uma imagem de significado mais geral, simbolizando uma transformação enquanto proposta do movimento, como a Associação Metamorfose Ambulante de Usuários e Familiares do Serviço de Saúde Mental da Bahia; enquanto outras representam uma imagem de significado mais específico, que simboliza os seus objetivos e pautas, como a Frente Saúde Unidade Suburbana, ao representar uma unidade de saúde.

O LPJ transmite, ainda, através de sua representação, a ideia de dinamismo, comparável ao movimento de uma bandeira, o que, como será desenvolvido a seguir, condiz com o posicionamento do movimento em suas ações. O Movimento dos sem teto da Bahia, por sua vez, mescla imagens que simbolizam a questão da moradia com frases que representam a forma da organização pensar e pautar a sua luta.

Por outro lado, a partir dessa investigação, foi possível analisar, de forma ampla, a utilização de cada movimento social estudado relativo aos tipos de mídias, situando esses usos

em sua relação com o tempo, assim como o uso de cada mídia social em particular pelo movimento. No que se refere ao primeiro ponto, é possível perceber que ocorre uma migração entre o uso dessas mídias sociais pelos movimentos que possuem *websites* ou *blogs* e SRS. Assim, do *website* ou *blog*, os movimentos parecem migrar para o *Facebook* e, deste para o *Instagram*, como que acompanhando o surgimento das inovações tecnológicas, no decorrer do tempo, e galgando possibilidades para o exercício de seu ativismo, a partir dos novos recursos.

Nesse sentido, destaca-se a utilização do SRS *Facebook* por todos os movimentos estudados, a utilização do *Instagram* por 6 (seis) dos 8 (oito) movimentos, e a utilização de *websites* e *blogs*, por 3 (três) e 1 (um) movimentos, respectivamente.

Há um aumento da utilização dos SRS, que se associa ao surgimento de maiores possibilidades de recursos disponíveis e desejáveis ao exercício do ativismo. E, em relação a esta inferência, podem ser apontadas algumas vertentes de explicações. O *Facebook*, surgindo com a possibilidade de uma linguagem aberta, a colocação de ícones e de ligações a qualquer página web, aumentando os benefícios de uso deste tipo de mídia. Por outro lado, a busca pela utilização do *Instagram*, que pode relacionar-se à característica deste tipo de mídia, criada, inicialmente, para dispositivos móveis (ARAGÃO *et al.*, 2016) e oferecendo novas possibilidades de compartilhamento e interação, como abordado no capítulo 5. E, finalmente, ao crescente uso destes dispositivos pela população, de forma intensa e rotineira, tornando a utilização cotidiana, e a facilidade do uso do *Instagram* atrativa e potencial para o ativismo dos movimentos.

Tais dados encontram ressonância na sociedade brasileira, quando levamos em consideração que o Brasil possui a população que mais gasta seu tempo na internet. O tempo médio nas redes sociais aumentou de 3 horas e 3 minutos para 4 horas e 18 minutos, considerando o período de 2012 a 2016, ao passo que, nos Estados Unidos e na China, em 2016, o tempo médio foi de, respectivamente, 2 horas e 33 minutos e 2 horas (STATISTA, 2017). Ademais, de acordo com a PNAD Contínua (2018), 181,9 milhões de pessoas, aproximadamente três quartos (74,7%) da população brasileira com 10 anos ou mais de idade acessaram a internet, dentre os anos de 2017 e 2018.

Na perspectiva do ativismo, cabe mencionar o recurso do *Instagram* relativo à geolocalização do aparelho, oferecendo a possibilidade de publicação da localização do usuário (SOBRINHO; BARBOSA, 2014), que pode ser visto como uma potencialidade, na medida em que pode contribuir para uma maior facilidade de aglutinação das pessoas em

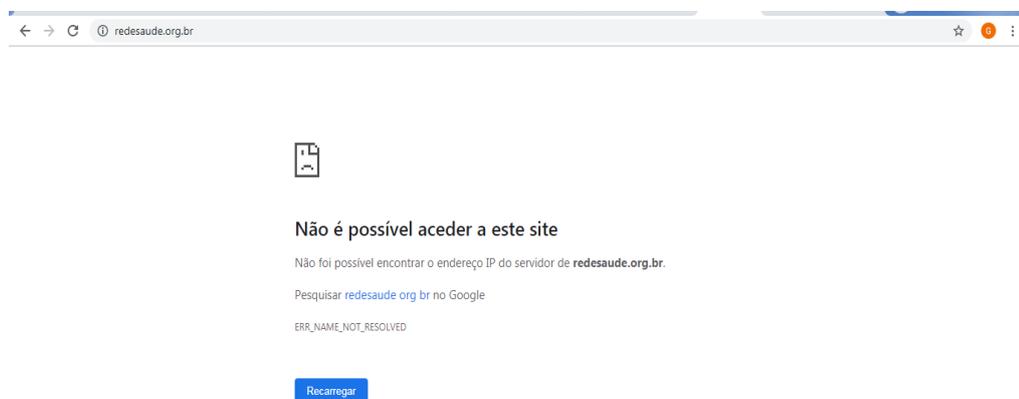
ações ativistas. No universo das mídias, exerce-se o poder da ubiquidade, destacando a coincidência entre deslocamento e comunicação (SANTAELLA, 2010).

Os movimentos sociais, assim, utilizam as redes sociais em sua potencialidade, acompanhando as inovações tecnológicas e a maior aceitação e utilização pelas pessoas, em uma percepção de quais mídias podem ser mais visibilizadas para exercer o seu ativismo.

Como exemplo, a utilização de *videocasts*, que corresponde ao arquivo de vídeo publicado na internet e distribuído via SRS (VIDEOCASTS, 2019), é frequente nas mídias do Levante. O movimento produz diversos conteúdos audiovisuais, em substituição aos textos e imagens, com ativistas do Levante discorrendo sobre temas relativos as suas pautas, expressando posicionamentos e relatando suas ações, dentro outros, com publicações no *YouTube*.

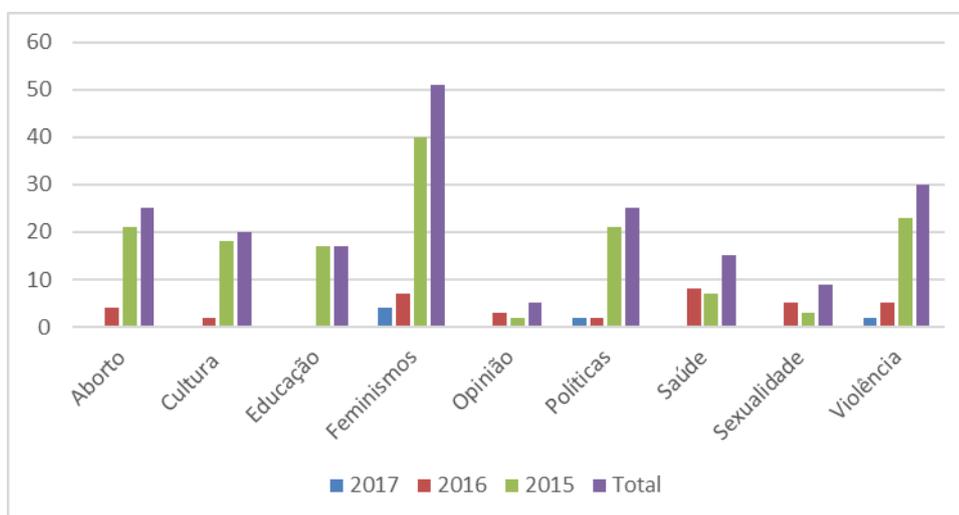
Ao mesmo tempo, verifica-se um declínio da utilização dos *websites*. No caso da Rede Nacional Feminista de Saúde (RFS), por exemplo, ao final desta pesquisa, no mês de outubro de 2019, já não era mais possível o acesso ao seu *website*, como mostra a Figura 1.

Figura 1 - Página do *website* da RFS acessada em 14 de outubro de 2019.



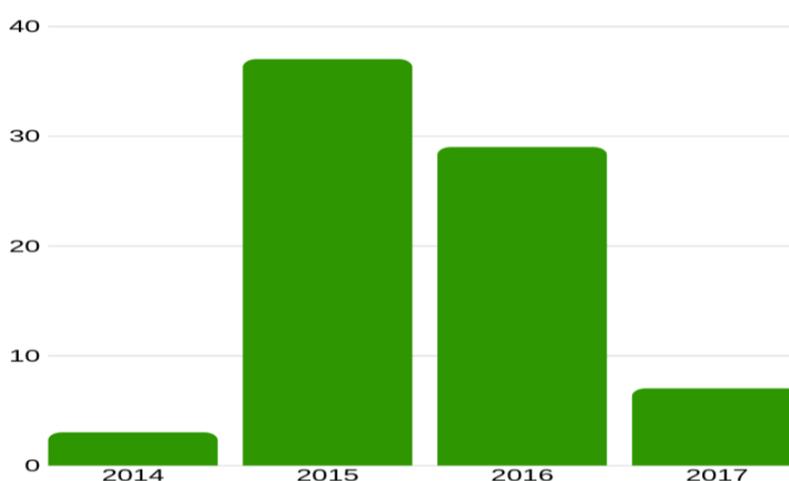
Observa-se, ainda, uma queda nas postagens, considerando o período 2015-2018, como mostra a Figura 2, a seguir:

Figura 2 - Quantidade de postagens de artigos na seção Editorial do *website* da RFS nos anos 2015-2017.



No estudo do *website* do Levante Popular da Juventude também foi observada uma brusca redução da postagem de artigos, comparando-se os anos de 2015 a 2017, como evidenciado na Figura 3.

Figura 3 - Quantidade de postagens de artigos no *website* do LPJ entre os anos 2014-2017.



Esse declínio das postagens pode associar-se à rapidez das inovações e o caráter obsoleto que adquire as ferramentas anteriores, como pode ser observado no caso do LPJ. Ao mesmo tempo em foi observada essa queda nas postagens do Levante, identificou-se que o

seu *Instagram*, em 2018, alcançou 160.752 curtidas em 238 postagens com presença de imagens, permitindo inferir que houve uma migração de conteúdo do *website* para o *Instagram* entre o final de 2017 e o início de 2018. Ressalta-se, no entanto, que o movimento não retirou o acesso ao *website*, pois este permanece sendo atualizado, ainda que de forma bastante reduzida. Apesar da redução, há uma conexão entre o *website* e o *Facebook* do Levante, na qual postagens do *Facebook* são direcionadas às notícias do *Blog* do *website*, evidenciando uma retroalimentação, e, mais uma vez, a ubiquidade das mídias sociais, na qual é possível estar presente em distintas plataformas ao mesmo tempo (SANTAELLA, 2010).

Observou-se, também, que o LPJ se encontra no <http://picpanzee.com/levantedajuventude>, um recurso do *Instagram*, que permite o acompanhamento das estatísticas dos seguidores desse tipo de mídia a partir da análise das *hashtags*<sup>12</sup> e do perfil dos seguidores, mediante o cadastro pelo usuário. Com isso, percebe-se que este movimento se encontra mais atento às possibilidades que os recursos tecnológicos podem agregar ao exercício de seu ativismo, como, por exemplo, no sentido de ampliar a lista de seguidores e obter maior visualização e interação em seus conteúdos.

A análise do declínio das postagens, por outro lado, também deve incluir os ataques *online* por movimentos conservadores, pois, assim como os movimentos progressistas, o pensamento conservador e reacionário difunde-se por meio das redes sociais, muitas vezes, de forma radical e violenta, disseminando discursos de ódio e estimulando perseguições, o que pode levar a diminuição na utilização das mídias sociais.

PLEYERS (2018) já chamava a atenção para o crescimento de movimentos conservadores, nacionalistas e xenófobos, no início da década de 2010, simultaneamente à expansão dos movimentos progressistas. Segundo o autor, enquanto a opinião pública e os especialistas se concentravam no surgimento destes últimos, que se apresentavam nos Estados Unidos (Occupy Wall Street), na Turquia (o movimento do Parque Gezi) ou no Brasil (as mobilizações de 2013), poucos perceberam o reforço dos primeiros nestes mesmos países e em muitas regiões do mundo. Propõe, assim, a integração desses movimentos “de cima” aos estudos dos movimentos contemporâneos, a fim de melhor compreender o protagonismo dos movimentos sociais e seus impactos na sociedade do século XXI, o que implica entender cada

---

<sup>12</sup> Expressão bastante comum entre os usuários das redes sociais, na internet, que consiste em uma palavra-chave antecedida pelo símbolo #, conhecido popularmente no Brasil por “jogo da velha” ou “quadrado”. São utilizadas para categorizar os conteúdos publicados nas redes sociais, ou seja, cria uma interação dinâmica do conteúdo com os outros integrantes da rede social, que estão ou são interessados no respectivo assunto publicado (<https://www.significados.com.br/hashtag/>).

um desses segmentos, assim como suas interações e conflitos, forças políticas, mudanças culturais, transformações de subjetividades e visões de mundo (*ibid.*).

Em relação à utilização dos *websites* pelos demais movimentos – CMCb e FAS, verificou-se que os mesmos se referem a usos específicos. No primeiro caso, há a divulgação do Projeto: “Fortalecendo a Rede: mulheres no controle social das políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres”, contendo informações sobre a história e o objetivo do Coletivo, assim como as atividades desenvolvidas no âmbito deste projeto. Não há, no entanto, atualização no *site* (sua última postagem foi em 13 de junho de 2006), nem registro de interação ou compartilhamento. No caso do FAS, a utilização do *website* consiste praticamente na divulgação das atividades referentes às edições da Semana de Vivência Interdisciplinar (SEVI) no SUS da UFBA, desde a divulgação do evento, até as inscrições, as etapas da seleção e o resultado final.

O referencial teórico proposto por Pleyers (2018) nos ajuda a compreender essa utilização, na medida em que as redes sociais representam o meio de comunicação mais adequado a esse novo ativismo, no qual a vida privada se mistura ao compromisso público, observada nos movimentos estudados. Assim, nas páginas do *Facebook*, é frequente a postagem simultânea de fotos de excessos policiais contra manifestantes e artigos de análise sobre as causas que os mobilizam, entre fotos de uma festa de aniversário ou um fim de semana entre amigos, pelos jovens ativistas. Essa congruência, portanto, pode explicar a maior atração por parte dos movimentos em relação às redes sociais do *Facebook*, *Instagram*, do que aos *websites* ou *blogs*.

Além disso, apesar dos movimentos utilizarem, em sua totalidade, o SRS *Facebook*, e poucos utilizarem os *websites* ou *blogs*, os usos que eles fazem dos distintos tipos de mídia social diferem entre si. A RFS, por exemplo, utiliza o *Facebook* de forma intensa, entretanto, a maioria de suas postagens corresponde a repostagens de outras páginas ou *sites* relacionados aos temas do aborto, feminismo e saúde da mulher, principalmente o Portal Catarinas, um portal de notícias independente e especializado em feminismo e gênero, e a Casa da Mulher Catarina, ator que se destaca na rede de articulações do movimento, como já discutido anteriormente. Observa-se, contudo, uma diminuição da frequência das postagens a partir de julho de 2017.

Há uma frequência, em quase todos os movimentos, em relação a essa interação com outros *websites* no sentido da postagem de notícias, nas quais são adicionados comentários, teor de denúncias ou manifestações de posicionamentos ou apoios. O Levante Popular da Juventude, por exemplo, reposta notícias do *site* Brasildefato, MST, Granma *Podcast*, dentre

outros; enquanto a Associação Metamorfose Ambulante Usuários e Familiares do Serviço de Saúde Mental da Bahia reposta notícia do *site* saúdepopular.org.

Ressalta-se que essas repostagens envolvem tanto canais de informação alternativa quanto meios de comunicação de massa, do que decorre que não se trata da substituição da informação de um pelo outro, na batalha da informação, mas de uma articulação entre eles. Nesse sentido, Pleyers (2018) alerta que a análise dos movimentos contemporâneos e os seus usos diante das novas tecnologias de informação e comunicação deve integrar o papel da mídia de massa, assim como as interações desta com as novas plataformas de informação.

O LPJ e o CMCb, por sua vez, se mostram intensamente ativos no *Facebook*, ao contrário da FSUS, do MSTB e CRB, cujas postagens se distanciam mais no decorrer dos meses. A AMEA representa o movimento com menor participação nas mídias sociais, divulgando *posts* que se resumem ao ano de 2016, e de forma reduzida no intervalo de janeiro a outubro.

Por outro lado, também é possível perceber a interação e o compartilhamento alcançado por cada movimento, expresso pelas categorias ‘seguidores’ e ‘curtidas’, como pode ser visto no Quadro 3, a seguir:

Quadro 3 - Quantidade de curtidas e seguidores no Facebook por movimento social estudado.

<b>Movimentos Sociais</b>	<b>Seguidores</b>	<b>Curtidas</b>
<b>AMEA</b>	202	189
<b>CMCb</b>	191	186
<b>CRB</b>	784	779
<b>FSUS</b>	15	13
<b>MSTB</b>	2.216	2.171
<b>LPJ</b>	367.000	366.000
<b>RFS</b>	4.003	4.090
<b>FAS</b>	2.804	2.827

A partir desses dados, pode-se perceber, considerando, principalmente, o LPJ, o potencial das redes sociais *online* enquanto ferramentas capazes de difundir informações, compor uma ampla gama de conexões associativas, e configurar uma rede em uma escala global (RECUERO, 2012), marcando, de forma decisiva, o ativismo social contemporâneo.

E, apesar da análise contemporânea quanto aos vínculos estabelecidos na rede virtual como “fracos” ou provisórios, quando comparados aos vínculos do mundo não virtual

(DESLANDES, 2018), essas aproximações, muitas vezes, podem significar o encontro das aspirações e valores que os sujeitos não encontram no mundo real de seu entorno, dando-lhes acolhimento e sensação de pertencimento.

E, desse encontro em rede, podem surgir ações sociopolíticas compartilhadas, com base no fortalecimento dos laços comunitários e de uma ética por interações, assentada em princípios de diálogo, de cooperação e de participação (MORAES, 2000), vislumbrando novas formas de ação política.

Por outro lado, embora, geralmente, uma maior quantidade de *posts* relacionar-se a um maior número de seguidores e curtidas, como pode ser observado no LPJ e na RFS, a reduzida participação nos *posts* não implica menor número de seguidores ou curtidas, como constatado nos casos da AMEA e da FSUS.

Por isso, embora as redes se formem a partir do uso dos SRS (RECUERO, 2009b), é preciso lembrar que o uso da internet não substituiu as mobilizações e articulações em espaços físicos por ações e movimentos virtuais. Pleyers (2018) aponta a centralidade das articulações entre ações relativas à participação da internet e à participação nas ruas. O ativismo *online* e a âncora territorial, assim, encontram-se articulados, devendo ser analisados sob esse prisma.

Em relação ao conteúdo postado nas mídias sociais estudadas, por sua vez, verificou-se a divulgação de informações acerca dos movimentos sociais, de sua história, seus posicionamentos políticos, suas atividades, a divulgação de eventos, de notícias, de manifestações de apoio, de campanhas, de notas públicas, enfim, de suas formas de ação enquanto possibilidades dos movimentos exercerem seu ativismo das mais variadas formas, utilizando as plataformas alternativas e as redes sociais como espaços de informação nos quais cidadãos e ativistas se informam e compartilham suas opiniões.

O ativismo *online*, assim, contribui para um amplo movimento contra a fabricação da informação realizada pelos meios de comunicação dominantes, a serviço das elites políticas e econômicas, na medida em que as plataformas digitais e as redes sociais abrem espaços de informação alternativa. A partir daí, a publicação de análise em um blog, ou a disseminação de informações em uma página de *Facebook*, contrapõem em um campo de batalha essencial para a democracia e para os movimentos sociais na atualidade, sendo que tais ações podem ser articuladas no sentido de alcançar um impacto na sociedade (PLEYERS, 2018).

Portanto, ao contrário do que se considera, a participação política não pode ser pensada a partir da análise de um espaço público desconectado da vida cotidiana, da qual a internet faz parte, como se apenas as ações que encontram respaldo na política institucional e

na mídia apresentassem valor (PLEYERS, 2018). Além disso, não há uma única forma de luta em jogo, mas várias formas, sendo que estas devem ser construídas nas lutas, e esta construção envolve, necessariamente, a análise dos meios (SANTOS, 2016).

#### 4.1.3 Formas de ação política dos movimentos estudados

Neste item, serão apresentadas as formas de ação dos movimentos sociais estudados, buscando analisá-los a luz das categorias teóricas propostas por Pleyers (2018).

As formas de ação identificadas nas mídias sociais do Levante Popular da Juventude (LPJ) são apresentadas no Quadro 4.

Quadro 4 – Formas de Ação do Levante Popular da Juventude.

<b>FORMAS DE AÇÃO DO LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE</b>
<b>Ações ativistas</b>
Lançamento da Semana de Solidariedade Nós por Nós <sup>13</sup> em Manguinhos – Rio de Janeiro, envolvendo diversas oficinas e atividades como bazar popular, atendimento com médicos populares, assessoria jurídica, banca de empregos, oficina de serigrafia, oficina de <i>parkour</i> <sup>14</sup> e show cultural.
Realização do Nós por Nós em Ceilândia - Distrito Federal, com a realização de aula da primeira turma de alfabetização de jovens, adultos e idosos.
Realização do Nós por Nós em Campina do Monte Alegre pelo LPJ ABC do Sudoeste Paulista, envolvendo plantio de mudas, bazar popular, oficina de muralismo, oficina de pipa e muitas outras atrações.
Realização do Nós por Nós em Maguinhos – Rio de Janeiro, com feijoada, brechó, corte de cabelo, conversa e entrega de kits para redução de danos.
Aulão inaugural da rede de cursinhos populares Podemos+ (“educação popular para pintar a universidade de povo”) em Alagoas.
Curso de Alfabetização no Sol Nascente em Brasília – Distrito Federal, junto ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Trabalhadores por Direitos (MTD), e parceria do CEPAFRE (Centro de Educação Paulo Freire de Ceilândia) e Casa da Natureza.
Debates sobre bibliotecas populares e a experiência da Editora e Livraria Expressão Popular para a formação da rede nacional de cursinhos Podemos+.
Realização de atos, em defesa da Amazônia em Belém do Pará.
Conversa com a turma do Cursinho Popular Podemos+ (Heliópolis - São Paulo).
Visita à V Feira Estadual da Reforma Agrária em Salvador, entrevistando um trabalhador do campo e uma consumidora da feira, com divulgação do vídeo da visita ( <i>videocasts</i> ).

<sup>13</sup> A Semana de solidariedade “Nós por Nós” (2016) consiste em um projeto do LPJ, que ocorre em vários estados do Brasil, com o objetivo de realizar ações culturais, mutirões, prestação de serviços de saúde e educação voltadas para melhorias nas comunidades e protagonismo da juventude das periferias. Seu lema é “Se eles lá não fazem nada, nós fazemos por aqui”!

<sup>14</sup> O *parkour*, desenvolvido inicialmente na França, no final da década de 80, refere-se a um método de treinamento que permite ao indivíduo, ultrapassar de forma rápida, eficiente e segura qualquer obstáculo utilizando somente as habilidades e capacidades do corpo humano (PARKOUR, 2019).

12º Acampamento Estadual, reunindo 300 jovens em Santa Maria – Rio Grande do Sul, onde também aconteceu a 26ª Feira Internacional do Cooperativismo (FEICOOP). Lema do Acampamento: resistir e lutar: juventude nas ruas por um projeto popular.
<b>Ações relativas à informação, formação teórica e ativista</b>
Debate com fundadores e ex-militantes da ALN (Aliança Libertadora Nacional), no Distrito Federal; a Roda de Conversa “Avanço do capital e atualidade das lutas urbanas” com o geógrafo britânico marxista, formado na Universidade de Cambridge, David Harvey no Armazém do Campo – Rio de Janeiro; realização do terceiro eixo da Escola Nacional de Formação Emerson Pacheco, na Paraíba; Conversa com David Harvey sobre os desafios da nova conjuntura internacional, em debate com movimentos populares no Armazém do Campo, São Paulo.
Debate com o indiano Vijay Prashad, diretor do instituto de pesquisas Tricontinental, sobre a importância da Batalha das Ideias.
Elaboração de um livro contendo várias formas de expressões artísticas da juventude, que vivencia um avanço aos ataques à democracia, ao direito de protesto e à livre manifestação pública de seus direitos. “Ecoamos as vozes da resistência!”. Divulgação de convite à militância jovem para envio de poemas, fotos e produções de artes visuais (artes gráficas, desenhos digitalizados, fotos de muralismo, grafite, escultura) para compor o livro, que terá como eixos: 1. Formas de resistência; 2. Direito ao protesto; 3. A importância e os nossos motivos para lutar.
Mesa com o Sérgio Haddad e a Cecília Luedemann no espaço da rede de cursinhos populares Podemos + “Debatendo Paulo Freire e a educação popular”.
Participação em outras mídias, como a entrevista de um militante do Levante no PORTAL GELEDÉS <sup>15</sup> ou o artigo da coluna de Jessy Dayane, militante do Levante, no Brasil de Fato.
<b>Participação em atos, mobilizações, audiências</b>
Jornada de Lutas pelos Direitos dos Atingidos por Barragens em Salvador (2019).
25º Grito dos Excluídos - Tsunami da educação em Pelotas (RS), em João Pessoa (JP); Vitória (ES), Natal (RN); Barreiras (BA); Porto Velho (RO); Santa Maria (RS); Cruz Alta (RS); Santo Antônio de Jesus (BA); Marabá (PA); Salto (SP); Maceió (AL); Belo Horizonte (MG); Salvador (BA); Campina Grande (PB); São Paulo (SP); Rio de Janeiro (RJ); Recife (PE); Ribeirão Preto (SP); Boa Vista (RR); Feira de Santana (BA); Belém (PA); Piracicaba (SP); Brasília (DF); Sorocaba (SP); São Carlos (SP)
Audiência com o Ministro da Educação, Weintraub, cobrando respostas sobre os cortes e sinalizando retrocessos com o Programa Future-se.
Ato em defesa dos Correios, de seus trabalhadores e das suas trabalhadoras, contra a privatização em Alagoas.
Ato no dia da independência.
48h de Luta – Paralisação da educação em todo o Brasil (atos diversos nas universidades, assembleias, aulas na rua e panfletagens).
Audiências públicas, como na Audiência Pública da Política Estadual dos Atingidos por Barragens junto ao Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) na Assembleia Legislativa da Bahia.
Desfile cívico do Grito dos Excluídos no 07 de setembro pela educação e soberania nacional e contra a privatização da água (Porto Seguro - Bahia).
Manifestação em favor da educação no centro histórico de Manaus.
Manifestação do Grito dos Excluídos em favor da educação, no 07 de setembro, em Santa Maria – Rio Grande do Sul.
25º Grito dos Excluídos na Aldeia indígena Tremembé de Almofala em Itarema - Ceará.
25º Grito dos Excluídos em defesa da educação e da Amazônia em Fortaleza – Ceará.
<b>Participação em eventos</b>
41º Congresso da União Estadual de Estudantes de São Paulo.
Seminário de Rememoração aos 40 anos da Lei da Anistia em Brasília.

<sup>15</sup> Portal independente que oferece espaço para vozes diversas da esfera pública, garantindo assim a pluralidade do debate na sociedade (<https://www.geledes.org.br/>).

XX Congresso da União Estadual dos Estudantes, Rio de Janeiro.
Plenária Acadêmica Unificada na Estadual da Paraíba para debater como o Future-se afeta às estaduais.
<b>Manifestação de apoio e solidariedade</b>
Apoio às famílias da comunidade do Cajueiro no Maranhão que sofreram reintegração de posse.
Em defesa de uma sociedade livre do machismo e da LGTBfobia no Dia Nacional da Visibilidade Lésbica.
Em apoio à classe trabalhadora e à CUT, nos seus 36 anos.
Em apoio à vitória da rejeição ao Projeto Future-se pela Assembleia Geral Universitária da Universidade Federal do Cariri (UFCA)/Ceará.
Solidariedade à luta do MST, e em defesa do Centro de Formação Paulo Freire.
Apoio à Frente Brasil Popular, ao completar 4 anos de luta por direitos, democracia e soberania.
Apoio ao Centro de Formação Paulo Freire, contra o seu despejo.
Solidariedade ao Povo Venezuelano no dia Internacional contra os bloqueios de Trump na Venezuela. O Levante Popular da Juventude foi à Embaixada da República Bolivariana da Venezuela no Brasil, em Brasília, prestar seu apoio ao Povo venezuelano e à soberania dos Povos Latinos e Caribenhos (2019).
<b>Denúncias</b>
Agressão a jovem negro em supermercado em São Paulo
Assassinato de um jovem estudante carioca na favela do Borel pela polícia; Gabriel Pereira Alves, 18 anos, foi assassinado no ponto de ônibus a caminho da escola no Rio de Janeiro.
Nomeação, por decreto, do professor Janir Alves Soares para o cargo de reitor da Universidade dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), a despeito da lista tríplice elaborada, após consulta, pela comunidade acadêmica e Conselho Superior da UFMG, indo contra a autonomia universitária e à educação pública.
Da fala de Jair Bolsonaro, na votação do impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, exaltando o comandante Brilhante Ustra, responsável pelas torturas no DOI-CODI, na época da ditadura militar no Brasil.
Aumento (30%) do número de mortes violentas com autoria de policiais no estado do Rio de Janeiro
Situação de desemprego e precarização do trabalho no Brasil em tempos de aprovação da reforma de previdência no governo Temer. Como exemplo, o Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Prestação de Serviços e Asseio, Conservação e Limpeza de São Paulo (Siemaco-SP) fez uma parceria com 800 vagas para portaria, recepção e limpeza, com carteira assinada, sendo que, nos três dias de seleção, a fila para a realização do cadastro se iniciou na noite anterior, totalizando mais de 4 mil candidatas por dia.
<b>Divulgação de posicionamentos políticos</b>
Contra às privatizações anunciadas pelo governo Bolsonaro.
Contra às queimadas na Amazônia.
Contra o leilão de refinarias brasileiras para estrangeiros.
A favor da libertação da liderança do Movimento Sem Teto do Centro (MSTC), acusada de extorquir os moradores da ocupação do antigo Hotel Cambridge em razão da cobrança de contribuições coletivas.
Exigência da soltura imediata de Preta, Sydney e demais militantes dos movimentos de moradia perseguidos políticos.
Homenagem a Salvador Allende que, em 11 de setembro de 1973, então presidente do Chile, foi assassinado ao anunciar resistência ao golpe que levou Augusto Pinochet ao poder e instaurou uma ditadura que durou 17 anos.
Homenagem ao dia do aniversário de Marielle Franco, vereadora assassinada na cidade do Rio de Janeiro, em 2018.
Homenagem ao dia Internacional da mulher negra, latino-americana e caribenha.
Homenagem a Vito Giannotti, comunicador de origem operária teve expressiva militância sindical e foi

defensor da linguagem sem muralhas e para todos, no 4º ano de sua morte.
Homenagem aos 98 anos de nascimento de Paulo Freire.
<b>Divulgação de atos, mobilizações, protestos</b>
O cadeiraço na avenida da Universidade de Fortaleza (UNIFOR) e bloqueio do acesso à Reitoria da UFC pelo movimento estudantil da Universidade Federal do Ceará (UFC) contra a nomeação de Cândido Albuquerque, o último colocado na consulta universitária, ao cargo de reitor.
A Marcha das Margaridas 2019 em defesa da soberania popular, da democracia, da justiça e por um Brasil livre da violência (Brasília).
O 3º Tsunami da educação (13 de agosto de 2019) em todos os estados brasileiros, contra os cortes, a reforma da previdência e para denunciar a irresponsabilidade do governo Bolsonaro.
Atividades realizadas pelo MST em comemoração aos 98 anos do nascimento de Paulo Freire e em luta contra a ameaça de despejo do Centro de Formação.
Ato das mulheres Sem Terra em frente à sede nacional da Bayer/Monsanto, em SP no dia da Greve Global pelo Clima, em denúncia ao papel da Bayer que, como outras multinacionais, lucra bilhões de dólares por ano envenenando a população do planeta e nosso meio ambiente.
Plenária da educação em defesa do Centro de Formação Paulo Freire, no Armazém do Campo, situado no Assentamento Normandia (Caruaru/PE).
Ocupação pelos estudantes na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) Campus Erechim, em Chapecó, contra a intervenção realizada pelo governo federal.
Protesto dos estudantes do Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro (CEFET-RJ) contra a nomeação de Maurício Aires Vieira, assessor do ministro da Educação Abraham Weintraub e sem vínculo com a instituição, para ocupar o cargo de diretor-geral da escola.
<b>Divulgação de campanhas</b>
Em defesa do estado democrático de direito e em denuncia a conduta criminosa do ministro da Justiça, Sergio Moro, pela Associação Brasileira de Juristas pela Democracia (ABJD).
Lançamento e Cultural da Campanha #DesbloqueiaVenezuela.
<b>Divulgação de eventos, debates</b>
Seminário em Defesa da Soberania Nacional e Popular, organizado pelas frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo.
Seminário "Desafios do Mundo do Trabalho e da Educação" realizado pela Frente Brasil Popular e Mais UEFS, com a presença de Élide Elen, vice-presidenta da UNE, e Clemente Ganz Lucio, diretor técnico do Dieese, em Feira de Santana - Bahia; posse da Diretoria da UNE.
Debate sobre as privatizações das estatais brasileiras anunciadas pelo Governo Bolsonaro e os impactos na vida do povo brasileiro pelo Granma Podcast <sup>16</sup> .
<b>Divulgação de notícias</b>
Corte de recursos na área da educação pelo governo Bolsonaro expresso pela suspensão de apoio pelo CNPq a 300 eventos científicos e de inovação.
A falta de compromisso do governo Bolsonaro em relação às queimadas na Amazônia.
A nomeação de um interventor (Cândido Albuquerque) para assumir a Reitoria da Universidade Federal do Ceará.
O corte de 84 mil bolsas de pesquisadores CNPq pelo governo.
Aprovação da MP da liberdade econômica pela Câmara.
Desistência do MEC em cortar parte de bolsas de pesquisa congeladas (2019), como uma vitória dos estudantes e um estímulo à luta.
Cancelamento de edital de R\$ 15 milhões nas áreas de engenharia, medicina, biotecnologia por 'cenário orçamentário atual.

<sup>16</sup> O Granma Podcast é um *podcast* independente (<http://www.granma.com.br/>).

Anúncio de possibilidade de suspensão de aulas do semestre letivo de 2019.2 pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL) devido às políticas de corte de Temer, Bolsonaro e Weintraub.
Reportagens revelam envolvimento de família Dallagnol com grilagens e desmatamento de terras na Amazônia (2019).
Universidade Federal de Mato Grosso tem energia cortada por falta de pagamento.
<b>Divulgação de entrevistas</b>
Nátaly Santiago sobre resistência ao fechamento de universidades.
Dirigentes da UNE e da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) sobre os atos contra os cortes na educação, o programa Future-se e a reforma da Previdência.
Michel Temer no programa Roda Viva, onde ele assume o golpe contra a ex-presidente Dilma.
Ex-diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), Ricardo Galvão.
Luiz Zarref (MST), que faz um panorama geral da conjuntura com os últimos acontecimentos.
Jaqueline Laís, estudante da rede de cursinhos populares Podemos Mais!, que se tornou estudante de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas.
Angélica Fontella do <i>podcast</i> <sup>17</sup> <u>Passadorama</u> e Pedro Bocca, professor de Relações Internacionais sobre o Foro de São Paulo no <i>Granma Podcast</i> <sup>4</sup> .
<b>Divulgação de filmes, documentários, vídeos</b>
Documentário “Pensando com Paulo Freire”, em homenagem aos 98 anos de nascimento do educador.
Filme Marighella.
Vídeo do Canal da UNE ( <i>Youtube</i> ) com o presidente e a vice-presidente da UNE sobre a Amazônia e a Educação no governo Bolsonaro.

Chama à atenção a diversidade observada no Levante, envolvendo desde ações ativistas, de grande alcance social, à divulgação de notícias, consideradas retrocessos, no campo social e político. Dentre as primeiras ações, destaca-se a Semana “Nós por Nós”, projeto do movimento, que ocorre em vários estados do Brasil, com o objetivo de realizar ações culturais, mutirões, prestação de serviços de saúde e educação voltadas para melhorias nas comunidades e protagonismo da juventude das periferias. Trata-se de uma semana da solidariedade, cujo lema é “Se eles lá não fazem nada, nós fazemos por aqui”! Como algumas atividades dessa semana, cita-se a realização de aula de turmas de alfabetização de jovens, adultos e idosos, o plantio de mudas, bazar popular e a entrega de kits para redução de danos, que constituem ações que podem melhorar a vida das populações envolvidas.

A solidariedade como valor subjacente a estas ações do movimento, por sua vez, se aproxima do “bem viver”, característico do alterativismo de Pleyers (2018), que aponta um outro caminho, baseado nas subjetividades e no modo de “ser” no mundo, mais definido pela qualidade das relações sociais do que pela quantidade de bens consumidos, como propaga a sociedade neoliberal.

Outro exemplo das formas de ação do Levante é o projeto Cursinhos populares Podemos+, que envolve cursos e aulas ofertados à juventude desfavorecida

<sup>17</sup> Arquivo de áudio gravado para difusão.

economicamente, que não consegue fazer jus a concorrência nas provas do ENEM. Suas ações, assim, visam ocupar a lacuna deixada pelo Estado, ao não possibilitar a toda a população uma educação pública e de qualidade, reforçando a desigualdade social. Evidencia-se, de forma clara, a partir do próprio *slogan* do Levante, que esses jovens fazem nas comunidades o que “eles não fazem lá”.

Ao mesmo tempo, o movimento se mostra atento e ativo aos fatos e situações sociais, políticas, culturais e ambientais, divulgando as notícias que representam retrocessos, denunciando situações abusivas, emitindo posicionamentos, manifestos de apoio e notas públicas, assim como informações e conteúdos que visem à esfera da informação, capacitando a população para a compreensão, de forma crítica, dos acontecimentos a sua volta, tais como entrevistas com especialistas, rodas de conversa, e até filmes com temáticas relacionadas, alcançando outras linguagens para desenvolver seu ativismo.

Ainda na perspectiva do enfrentamento da situação atual, o movimento participa de atos, audiências públicas, campanhas, eventos, assim como divulga mobilizações, as quais não participa diretamente. Além disso, cabe destacar a lembrança e homenagens a personalidades relevantes no campo das mudanças sociais, como Paulo Freire e Salvador Allende, evidenciando que o movimento se utiliza da origem, história e conquistas de seu povo para reforçar a sua luta, dando ânimo em uma conjuntura social e política desfavorável.

É possível perceber que, baseada na perspectiva de Pleyers (2018), o Levante realiza ações que seguem tanto a via da subjetividade, tais como as ações ativistas, onde o movimento defende o direito à vida, à autonomia e à criatividade, ao nível da comunidade; quanto à via da razão, com as ações voltadas à perspectiva da informação, formação teórica e ativista; as ações de divulgação de entrevistas com especialistas acerca de temas como o programa Future-se e a reforma da Previdência; ou a realização de Rodas de Conversa, nas quais se exercem debates e análises como o “Avanço do capital e atualidade das lutas urbanas”.

Como já mencionado acima, o Levante defende suas pautas através da utilização de *videocasts*, como, por exemplo, a visita à V Feira Estadual da Reforma Agrária em Salvador, na qual dois ativistas do Levante visitam a Feira e entrevistam pessoas, como um agricultor e uma consumidora, a fim de visibilizar a importância da agricultura familiar, dos trabalhadores do campo e a produção sem agrotóxicos. É possível observar, a partir desses *videocasts* postados em seu *website* e *SRS Facebook* referentes à sua participação nos atos e mobilizações, que o LPJ cria músicas com rimas e palavras de ordem entoadas junto a *performances* com instrumentos musicais, revelando uma forma diferente de protestar, de se

relacionar com o grupo e de fazer política. Pode-se dizer que a criatividade e a irreverência são características de seu ativismo.

Por outro lado, há uma aposta do movimento na transformação social, o que se reforça, a todo o momento, no chamamento e na divulgação de suas ações, como na Semana Nós por Nós, na qual as postagens referiam-se à: “É o potencial das ações de solidariedade na prática, é a mudança da realidade, a mudança na vida do nosso povo!” (*Facebook LPJ*, 2019).

Tais características se aproximam da cultura alterativista de Pleyers (2018), na medida em que revela outra visão de mundo, de movimento social, de mudança e de formas de organizar-se, na qual os atores parecem implementar seus valores de horizontalidade, igualdade e criatividade em atos concretos, através da criação de espaços de experiências livres de relações de poder e dominação, e prefigurar outros mundos possíveis, colocando seus valores em prática e compartilhando a convicção de que mudar o mundo começa por si mesmo, e por ‘baixo’.

As formas de ações identificadas na Rede Nacional Feminista de Saúde (RFS), por sua vez, são apresentadas no Quadro 5.

Quadro 5 - Formas de Ação da Rede Feminista de Saúde.

<b>FORMAS DE AÇÃO DA REDE FEMINISTA DE SAÚDE</b>
<b>Ações relativas à informação, formação teórica e ativista</b>
Roda de Conversa sobre direitos reprodutivos, em parceria com Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de São José e Associação Casa da Mulher Catarina.
Projeto “De conversa em conversa... Avançamos”.
“Intervenção urbana: O que dizem os homens sobre a violência contra as mulheres”. Parceria com a Casa da Mulher Catarina, para marcar o Dia Internacional dos Direitos Humanos e o último dia da Campanha 21 dias de ativismo <sup>18,14</sup> .
Produção de um vídeo: cinco homens de diferentes profissões e idades respondem às perguntas: "O que é a violência contra a mulher?" e "Como combater a violência contra a mulher?".
Realização de Cine-Debate: Quem matou Eloá?.
Produção de vídeo-aulas (Gênero e Cidade, Feminismo negro, e Violência contra a mulher e lesbofobia).
Capacitações para os profissionais da educação, frutos do “Projeto Mulheres & LBT’s: Enfrentando a violência, construindo cidadania”. Parceria com a Casa da Mulher Catarina.
Convite para participação em pesquisas sobre violências doméstica e sexual.
<b>Realização de notas públicas</b>
Notas públicas, tanto de apoio, como a pessoas ameaçadas devido à sua atuação em defesa dos direitos sociais, quanto de repúdio contra situações de violência, tais como assassinatos e abusos policiais.

<sup>18</sup> A partir de 1991, a ONU convocou o mundo para discutir a violência contra as mulheres em uma campanha anual: a Campanha 16 dias de ativismo, com início no dia 25 de novembro, Dia Internacional de Combate à Violência Contra a Mulher, e término no dia 10 de dezembro, Dia dos Direitos Humanos. No Brasil, a campanha estendeu-se para 21 dias de ativismo: as atividades começaram no dia 20 de novembro, Dia da Consciência Negra, destacando assim a dupla discriminação vivida pelas mulheres negras.

Nota de posição, assinada por organizações de todo o país, acerca da ‘Chacina de Campinas’, um caso de feminicídios.
<b>Participação em campanhas</b>
Campanha nas redes sociais promovida pelo Fundo Elas e pelo Instituto Avon, com o objetivo de tornar o enfrentamento à violência contra as mulheres um hábito, a partir da mobilização de toda a sociedade no reconhecimento das violências, muitas vezes invisíveis, e do convite à reflexão e ao diálogo.
<b>Participação em eventos</b>
Seminário “Redimensionando o Feminino: coalizões e respostas outros seminários; Capacitações.
<b>Manifestação de apoio e solidariedade</b>
Apoio à candidatura de Jurema Werneck <sup>19</sup> para a diretoria executiva da Anistia Internacional no Brasil.
<b>Denúncias</b>
Assassinato de ativista de movimento LGBT.
Ausência de diálogo por parte do governo com os movimentos sociais.
Situações de violência obstétrica.
Mulher, após aborto espontâneo, em Campo Grande, é encaminhada a responder criminalmente em delegacia.
<b>Divulgação de atos, mobilizações, protestos</b>
Chamado da Rede de Saúde das Mulheres Latinoamericanas e do Caribe para a Greve Internacional 8 de Março, em defesa dos direitos das mulheres, contra a violência, à discriminação e à exploração capitalista; o chamamento à Marcha Mundial das Mulheres, assim como a divulgação de outras manifestações, como o “Vai Ter Gorda na Praia”, um projeto de empoderamento feminino; chamamento à mobilização, diante de notícias veiculadas pela mídia tradicional que revelem perdas às mulheres, tais como a PEC do aborto.
Atos em favor dos direitos às mulheres e contra a violência (intervenção artística sobre a violência contra as mulheres).
<b>Divulgação de conteúdo/informação</b>
Dados acerca do Feminicídio no Brasil; em defesa do direito da mulher em exercer sua sexualidade com autonomia e liberdade; sobre o Pompoarismo; sobre o direito das mulheres ao prazer; à pílula do dia seguinte e ao aborto legal; aliada à perspectiva do cuidado à saúde a partir do estímulo ao uso de preservativo.
Orientações quanto às consequências do sexo inseguro, com o não uso do preservativo masculino: riscos duplos para as mulheres - gravidez não planejada e infecção por HIV.
<b>Divulgação de eventos, debates</b>
2ª Conferência Nacional de saúde das mulheres, com seus eixos temáticos.
Semana "Conexão Mulheres" no Museu de Arte de Santa Catarina (MASC).
Divulgação de produções artísticas que retratem o feminismo e empoderamento feminino.
Seminário “Os direitos das Mulheres na perspectiva dos novos tempos” na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC).
<b>Divulgação de notícias</b>
Avanços sociais, no que tange à perspectiva das mulheres, inclusive veiculadas pela mídia tradicional.
Avanços em relação à luta dos movimentos.
Aprovação de “Projeto que reconhece nome social de travestis e transexuais aprovado em Florianópolis”.
A não criminalização do aborto, nos três primeiros meses de gestação, pela Turma do Supremo Tribunal Federal (STF).
“Jurema Werneck é a nova diretora executiva da Anistia Internacional”.

<sup>19</sup> Jurema Werneck possui uma trajetória política destacada no Movimento de Mulheres Negras e, enquanto coordenadora do Criola, desenvolveu estratégias de luta para o fortalecimento de mulheres, adolescentes e meninas negras no Rio de Janeiro e em todo o país, fazendo parte da sua atuação a ocupação de espaços estratégicos para a ampliação do reconhecimento, dos direitos e da justiça para a população negra.

<b>Divulgação de entrevistas</b>
Mulheres evidenciando a sobrecarga de trabalho com as triplas jornadas e quais alternativas elas encontram diante das dificuldades no mundo do trabalho, da falta de creche e assistência, com reforço aos laços de afeto familiar, visando o reconhecimento de sua luta diária.
Ativistas e especialistas sobre temática feminina: Marcia Tiburi (filósofa e escritora); liderança feminina da Terra Guarani do Morro dos Cavalos (Acampamento Terra Livre); Lourdes Barreto, Fundadora do Grupo de Mulheres Prostitutas do Estado do Pará (Gimpac); Maria Teresa Blandon, ativista do movimento feminista na Nicarágua e coordenadora do Programa Feminista La Corriente;
<b>Divulgação de documentários e aplicativos</b>
Documentário: Resistência, de Eliza Capai, que trata das ocupações em escolas, universidades públicas e escritórios do Ministério da Cultura (MINC) (UFSC).
Aplicativo de Combate à Violência contra a Mulher (Aplicativo PLP 2.0), premiados pela OEA- CITEL ( <i>Inter-American Telecommunication Commission</i> ).

É possível observar que as ações da RFS, encontradas nas mídias sociais do movimento, se direcionam para a via da razão, o que parece coadunar com a própria forma da representação gráfica do seu nome, sem a utilização de imagens, associadas a formas mais subjetivas e criativas. Há uma série de ações relacionadas à perspectiva da informação e da formação teórica e ativista, tais como Rodas de Conversa sobre direitos sexuais reprodutivos, capacitações sobre violência e cidadania; assim como a divulgação de conteúdo e informação sobre temáticas sociais relativas à mulher, como o feminicídio no Brasil, ou que visam a autonomia e os direitos dessa população, como o pompoarismo ou o aborto.

Destaca-se, no ativismo da Rede, a preocupação com o corpo da mulher, visando abordar a perspectiva de seu funcionamento, com vistas à valorização e ao empoderamento da mulher em relação a este corpo. Trata-se de um corpo como objeto de luta, como já discutido no item 2.1.1, e evidenciado na seguinte fala de um membro do movimento:

“Somos mulheres. Somos mães. Sem nosso papel social e político, a sociedade não se sustenta. E a despeito disso, somos vistas como sujeitos de segunda ordem, sem representatividade, sem autonomia, sem voz, cujo corpo todos se apropriam, violentam, assediam. Voltamos agora contra esta lógica nociva, que nos oprime, nos vulnerabiliza, nos esmaga, nos violenta. Somos mulheres. Somos mães”. (RFS, *Facebook*)

Assim sendo, na perspectiva da resistência e do enfrentamento, as ações voltam-se para a importância do cuidado ao corpo, a compreensão de seu funcionamento e os direitos subjacentes, como o direito à sexualidade, ao prazer e ao aborto. Em diversas postagens, observa-se, por um lado, a divulgação de informações e conteúdos sobre a importância da mulher conhecer seu corpo, se tocar, exercer sua sexualidade e se masturbar, por exemplo; e, por outro, a sobrecarga de trabalho com as triplas jornadas, apontando alternativas para as dificuldades no trabalho, da falta de creche e na assistência de saúde.

Constata-se, também, que a Rede se encontra atenta às situações sociais e políticas, utilizando-se, inclusive, de interfaces culturais ou outros recursos audiovisuais para sensibilização das pessoas e desenvolvimento do seu ativismo, como a realização de Cine-Debate, a partir de um filme que retrata um caso real acerca da violência contra a mulher, e a produção de vídeo-aulas sobre gênero, cidade, violência e lesbofobia. A possibilidade de debater o tema nessas situações possibilita o confronto com opiniões e valores diversos, assim como a abertura para a inserção da perspectiva feminista e cidadã.

O movimento, ainda, participa de campanhas, realiza denúncias e manifesta apoio a candidaturas de pessoas, com trajetória na história de luta a favor das mulheres, a lugares institucionais de destaque, mas a maior parte das ações identificadas refere-se à divulgação, seja de mobilizações e notas públicas, seja de entrevistas, participações em eventos, documentários ou aplicativos.

Por outro lado, a Rede parece ressaltar a política institucional, na medida em que muitas das suas ações são desenvolvidas junto às diferentes instâncias públicas do país, visando garantir o acesso e assistência à saúde integral das mulheres, assim como assegurar os direitos sexuais e reprodutivos como direitos humanos das mulheres. Nesse sentido, o movimento refere, como prioridade, o *advocacy* e o controle social na área da saúde, com ênfase na perspectiva feminista.

Por fim, pode-se perceber uma aproximação das ações da RFS à cultura alterativista no sentido da conexão em redes sociais digitais e dos valores subjacentes as suas formas, relacionados à afirmação da dignidade de cada pessoa, à democracia no século XXI, e à abertura para um mundo melhor, constituindo-se espaços de resistência.

Em relação à Frente Saúde Unidade Suburbana (FSUS), pode-se conhecer suas formas de ação no Quadro 6.

Quadro 6 - Formas de Ação da Frente Saúde Unidade Suburbana.

<b>FORMAS DE AÇÃO DA FRENTE SAÚDE UNIDADE SUBURBANA</b>
<b>Ações ativistas</b>
Realização de atos, como em defesa da saúde, pela reabertura da UPA de Escada e da Unidade de Emergência de Plataforma, realizados tanto no subúrbio, quanto na Secretaria de Saúde do estado da Bahia, com a utilização do <i>slogan</i> : “O subúrbio pede socorro: Saúde na UTI!”.
Participação na Rádio JP Publicidade em defesa da saúde, abordando o destino da Unidade de Emergência de Plataforma, e implantação da maternidade provisória João Batista Caribé, Unidade de Saúde da Família inaugurada à época.
Realização de encontros com a comunidade, como no Projeto de ação social Zeferina, cuja proposta foi a construção da saúde que a população precisa, no dia 07 de abril, Dia Mundial da Saúde.

<b>Manifestação de apoio e solidariedade</b>
Apoio à luta contra a violência contra a mulher, expressa pelo pesar à morte da vereadora carioca Marielle Franco, e apoio e participação na resistência em seu nome.
Apoio à luta contra o racismo, a partir de compartilhamento de programas dos meios de comunicação tradicionais sobre o tema.
<b>Denúncias</b>
Situações de descaso e retrocessos na saúde, como a falta de médicos, medicamentos e cadeiras na Unidade de Saúde da Família Beira Mangue.
A baixa cobertura vacinal da poliomielite em 312 municípios da Bahia, significando um alerta para o retorno da paralisia infantil
Corte em fundo para saúde e educação pelo Senado Federal.
Interrupção da travessia Plataforma/Ribeira, tendo ocorrido constantes depredações e saques no terminal.
Condições precárias da nova orla do Subúrbio Ferroviário (“gramas soltas, boeiro entupido, rachaduras nos muros e passeios e o esgoto escoando para o mar”) e uma proposta de obra insuficiente.
Desmatamento e situação de esgotos na Reserva Florestal do Cobre, no Parque São Bartolomeu, evidenciando o abandono das autoridades locais.
<b>Divulgação de atos, mobilização</b>
Greve internacional de Mulheres, 8 de março, em Salvador. Slogan: “8M SSA – Mulheres: Vivas, livres e resistentes”.
Mobilização nacional contra o genocídio indígena.
Resistência após a conjuntura política do golpe no Brasil e enfraquecimento de movimentos sociais, a partir do compartilhamento de vídeo com depoimentos de especialistas.
Resistência e luta pela saúde e pelo SUS por parte de outros movimentos feministas, tais como o Feminismo sem demagogia, abordando a perspectiva do SUS integral, universal e de qualidade; o Ventre Feminista, a partir da ênfase na luta antimanicomial; assim como por parte de ativistas, como a Vegana é a sua mãe, com o enfoque na maternidade.
<b>Divulgação de campanhas</b>
Projeto Câmara Solidária, de iniciativa da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Araçatuba, visando a arrecadação de embalagens vazias de comprimidos para troca por cadeiras de rodas.
<b>Divulgação de conteúdo/ informação</b>
Esclarecimento acerca dos atendimentos realizados por cada serviço de saúde: UPA 24h – Unidade de Pronto Atendimento x Unidade Básica de Saúde (UBS), com o uso do <i>slogan</i> : “Evite espera desnecessária! Conheça a finalidade de cada serviço”.
Classificação de risco.
O corpo da mulher.
Direitos da pessoa com câncer e sobre o direito à cirurgia reconstrutiva da mama em casos de mutilação decorrente do tratamento do câncer, inclusive para os dois seios, ainda que o tumor se manifeste em apenas um (Diário Oficial da União, Lei nº 13.770), a partir da Lei nº 13.770.
Higiene masculina e informações sobre a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem, com ênfase na sua participação no planejamento familiar e na paternidade.
História do ativismo da FSUS: “Nossa atividade e luta” e de convites para as suas reuniões mensais;
Divulgação de eventos relacionados às pautas da FSUS, como a 10ª Conferência Estadual, Democracia e Saúde.
Divulgações sobre chapas de candidatos com história de luta pela saúde pública para eleições de representantes de Associações Profissionais, como a ABEn.
<b>Divulgação de eventos (atividades sociais e ativismo)</b>

Forró do Sindsaúde, em defesa da saúde. <i>Slogan</i> : “Forró dos “100”! “Sem reajuste não dá, pois desse jeito a Saúde vai parar!”.
Lançamento e café coletivo do Movimento das 7 mulheres.
Trilha ecológica Bacia do Cobre/ Parque São Bartolomeu com o objetivo de sensibilização e mobilização frente o descaso do poder público diante do processo de degradação da Área de Proteção Ambiental, amplamente denunciado ao Ministério Público.
Ação social no Parque São Bartolomeu, por meio de palestras e cadastro sobre o “Estágio e primeiro emprego”.
2ª Caminhada cultural, visita guiada e programação de cinema infantil no Parque São Bartolomeu.
Seminário “Mulheres no poder como revolução social” por meio do Grupo Cultural e Educacional Face Oculta.
<b>Divulgação de notícias e notas</b>
Direito da mulher em não querer ter filhos e optar pela laqueadura de trompas e a dificuldade de ter acesso a esse procedimento na rede de saúde.
Abertura de licitação para a exploração do transporte hidroviário Plataforma- Ribeira; e o retorno do funcionamento dessa travessia, após resolução da licitação.
Alerta de vigilância da FSUS no que se refere à manutenção do atendimento do Centro de Parto Humanizado do Subúrbio Ferroviário, após a inauguração do mesmo, devido à perspectiva de realocação para o seu local de origem, o Hospital João Batista Caribé.
Divulgação de nota de pesar a companheiros do movimento por perdas em suas vidas.

As formas de ações da FSUS encontram-se tanto na via da razão quanto na via da subjetividade da cultura alterativista. Observam-se ações ativistas, como, por exemplo, a realização de atos em defesa da saúde, pela reabertura da UPA e Unidade de Emergência no subúrbio de Salvador, e a realização de encontros com a comunidade, visando debater e construir a saúde que desejam e pela qual devem lutar.

Além disso, estão presentes diversas ações relacionadas à divulgação, tanto de campanhas, de mobilizações, de notas públicas e de apoio a lutas, quanto de denúncias e de notícias. Nestas últimas, é possível perceber diversas notícias de situações do cotidiano do subúrbio, tais como abertura de licitação para a exploração do transporte hidroviário, questionamentos ao poder público sobre a manutenção do atendimento do Centro de Parto Humanizado do Subúrbio Ferroviário, aliadas a notícias de pesar pela morte de entes queridos nas famílias de companheiros. Tais ações demonstram, por um lado, que a abrangência local do movimento permite essa integração com o dia-a-dia, e, por outro, sinalizam que estão consoantes ao modo de ser dos alterativistas, no qual vida privada e ativismo se misturam.

Nesse sentido, outras ações que envolvem eventos sociais e a perspectiva ativista se destacam, como o forró do Sindsaúde, em defesa da saúde, ou o lançamento do café coletivo do Movimento das 7 mulheres ou, ainda, as atividades culturais, socioambientais e políticas da Trilha Ecológica Bacia do Cobre/ Parque São Bartolomeu. Tais ações evidenciam forte

caráter alterativista, na medida em que propõem outras maneiras de se conectar com os outros, mais centradas no encontro pessoal e na esfera da vida cotidiana, superando as dicotomias entre a construção de si mesmo e o ativismo, a vida privada e a vida pública, na compreensão de que o compromisso político não se limita a uma esfera dita "política".

Por outro lado, as ações da FSUS também englobam a via da razão, como nas ações de divulgação de informação, onde o movimento presta esclarecimentos sobre os atendimentos realizados por cada serviço de saúde (UPA e UBS), ou sobre classificação de risco, ou, ainda, sobre os direitos das mulheres com câncer.

Ademais, informações sobre o corpo da mulher, dentro do enfoque biológico, também são observadas, assim como informações sobre higiene masculina e Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem, com ênfase na participação deste no planejamento familiar e na paternidade. Estes dados revelam que o movimento é sensível à luta contra o patriarcado, e à perspectiva do corpo feminino como objeto de luta, tal como nos sinaliza Santos (2016), ressaltando que o empoderamento da mulher e a perspectiva do papel do homem na sociedade também fazem parte das pautas pelo direito à saúde.

Na perspectiva das ações do Coletivo Baiano de Residentes (CBR), pode-se encontrar, como mostra o Quadro 7.

Quadro 7 - Formas de Ação do Coletivo Baiano de Residentes.

<b>FORMAS DE AÇÃO DO COLETIVO BAIANO DE RESIDENTES</b>
<b>Atividades sociais e ativismo</b>
“Happy hour do coletivo” - momento especial de integração e trabalho, de relaxamento e de fortalecimento do movimento das residências.
<b>Ações relativas à informação, formação teórica e ativista</b>
I Oficina Baiana de Residências em Saúde (envolvendo os atores de diversos programas de residência em saúde - residentes, coordenadores, tutores, apoiadores e preceptores-, e a seguinte temática: “Articulando a formação em defesa do SUS e da democracia, em torno de 3 eixos: A residência em saúde como estratégia de educação permanente.
Organização do movimento de residências.
“Projeto Político Pedagógico (PPP) das Residências em Saúde”.
“Seminário Política Nacional de Atenção Básica: os efeitos da desregulamentação da Atenção Básica no direito à saúde”.
I Ciclo formativo sobre Assédio Moral e a realização de pesquisa sobre esse tipo de assédio nos programas de residência do estado da Bahia, através de preenchimento de formulário elaborado pelo CBR.
<b>Divulgação de posicionamentos</b>
Em defesa do SUS, diante das críticas por parte de Residentes do Programa de Medicina de Família e Comunidade, do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família da FESF-SUS/FIOCRUZ, e de médicos, à decisão da 20ª Vara da Justiça Federal de Brasília, que restringiu a atuação dos enfermeiros.

<b>Participação em atos, abaixo-assinados</b>
Participação em abaixo-assinados, como o abaixo-assinado <i>online</i> lançado pela Frente em Defesa do SUS e o CNS contra a Emenda Constitucional Nº 95/2016, que congela os investimentos em saúde e educação até 2036.
<b>Participação em eventos</b>
13º Congresso Internacional da Rede Unida (Manaus, 2018), discutindo a experiência das Residências Multiprofissionais em Saúde, na perspectiva dos desafios à materialização da Educação Permanente em Saúde em tempos de crise política e econômica no Brasil.
2º Pré-Simpósio do Núcleo CEBES - Bahia, no Instituto de Saúde Coletiva da UFBA.
<b>Divulgação de conteúdo/ informação</b>
Esclarecimentos acerca da violência no parto, como violação do corpo e das decisões da gestante.
Editais para Programas Integrados de Residências.
<b>Divulgação de eventos</b>
I Congresso Internacional de Práticas Integrativas e Complementares e Saúde Pública, promovido pelo Ministério da Saúde.
II Encontro de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde da SMS.
III Pré-Simpósio do CEBES Bahia “Defender o SUS é defender a democracia”.
10º Sessão temática de 2017, com o tema: Assédio moral no serviço público. Como reconhecer e o que fazer?, promovido pela Superintendência de Recursos Humanos da Saúde (SuperRH) e Diretoria de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde (DGTES).
1º Ciclo Formativo de preparação para identificação, resistência e reversão do Racismo Institucional para a comunidade acadêmica da UFBA pelo Coletivo Luiza Barros.
IV CONGREFOR e IV Simpósio das Residências do Vale do São Francisco, promovido pelo Coletivo Pernambucano de Residentes, com o tema: “Aproximação ensino-serviço-comunidade: Um caminho para o fortalecimento do SUS”.
Reuniões do Coletivo.

Diversas ações relacionadas à via da razão são encontradas na análise do CBR. Estão presentes ações voltadas para a informação, formação teórica e ativista, como a Oficina Baiana de Residências em Saúde, com a temática da formação em defesa do SUS e da democracia, e o Seminário sobre Política Nacional de Atenção Básica e o direito à saúde; ações relativas à divulgação de informações acerca de esclarecimentos sobre violência obstétrica, violação do corpo e decisões da gestante, assim como posicionamentos em defesa do SUS, e da atuação de enfermeiros, consubstanciadas pelo discurso de médicos e residentes; e participação em eventos, como o I Congresso Internacional de Práticas Integrativas e Complementares e Saúde Pública.

Por outro lado, há, também, ações caracterizadas pela via da subjetividade, como o *Happy Hour* do Coletivo, que compreende o momento especial de integração e trabalho, de relaxamento e de fortalecimento do movimento das residências, englobando evento social e ativismo. Como já visto, essa ação representa uma nova forma de organizar o ativismo, que parte de uma outra visão de mundo, de movimento social e de mudança. Nesse sentido, a

experiência se encontra no centro do compromisso ativista, que envolve a relação consigo mesmo e a busca na coerência dos valores.

Pode-se perceber, assim, que as formas das ações do Coletivo se aproximam da cultura alterativista ao evidenciar as duas vias, da razão e da subjetividade. Mas, também, mostra-se consoante pela conexão às redes sociais digitais, que geram possibilidades de ressonâncias mais amplas, o que pode ser observado na sua participação no abaixo-assinado *online* lançado pela Frente em Defesa do SUS e o CNS contra a Emenda Constitucional Nº 95/2016, articulando mundo virtual e praças públicas.

O Quadro 8 apresenta as formas de ação do Coletivo de Mulheres do Calafate (CMCb).

Quadro 8 - Formas de Ação do Coletivo de Mulheres do Calafate.

<b>FORMAS DE AÇÃO DO COLETIVO DE MULHERES DO CALAFATE</b>
<b>Ações ativistas</b>
Atos na Rua do Calafate, abordando sobre “Violência contra as Mulheres, Racismo e Auto-estima”, ou o chamado “Arraiá da Resistência”.
Atividades com crianças e adolescentes em oficinas de arte, como a Oficina de Percussão.
<b>Atividades sociais e ativismo</b>
“SEXTOU: Mulher e suas delícias”, com homenagens a mulheres com atuações sociais relevantes e abordando temas como: “Mulher e Educação”, “Mulher e Saúde”, “Mulher e Ancestralidade”, “Mulher e Sexualidade”, “Mulher e Autonomia”, “Precisamos falar sobre as guerras às drogas, o racismo e o feminicídio” (com a participação da historiadora Anne Rodrigues da Rede Feminista Antiproibicionista (RENFA), “Mulher e Autocuidado”.
“Barpapo: donas de si”.
“Encontro entre Nós”.
Point Várias Queixas, um espaço criado pela parceria entre CMC e Salgados Margaridas de Marta Leiros, como atividade de um projeto, com comercialização de petiscos e bebidas.
São João, e comercialização de sopa, como formas de angariar recursos para a manutenção da sede do movimento (venda de licor e sopa).
<b>Ações relativas à informação, formação teórica e ativista</b>
Rodas de Conversa sobre Anticoncepcional, Obesidade (com a presença de estudantes da UFBA), Mitos e Verdades sobre Hormônios (com a presença de estudantes de Medicina da UFBA), Políticas Públicas, Racismo e LGBTQ+ (com a presença da Coordenadora do Centro de Promoção e Defesa dos Direitos LGBTQ+ da Bahia), Violência econômica e Feminismo, Feminicídio (com a participação do grupo Feminista TamosJuntas).
Oficinas sobre racismo e autoestima, e sobre Feminismo, economia e violência contra as mulheres.
Ações relacionadas à saúde da mulher, como distribuição de preservativos e lubrificantes, enfocando a prevenção, assim como a oferta de serviços, como massagem terapêutica com reflexologia na sede (a baixo custo), na perspectiva do autocuidado da mulher.
Como campo de estágio em Serviço Social e realizando visitas domiciliares aos idosos/as da comunidade com estudantes da UFBA.

Aula sobre Mulher e Saúde, no componente curricular ENFB 11 - INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA, GERAÇÃO E SAÚDE do Programa de Pós Graduação em Enfermagem da Universidade Federal da Bahia.
<b>Participação em atos</b>
Marcha e Ato Político Cultural Mulheres negras, no “Julho das Pretas”.
Marcha da Mulher no dia internacional das mulheres, contra o feminicídios.
<b>Participação em campanhas e documentários</b>
“Pretas ajudando pretas”, com estímulo à doação de produtos.
Documentário sobre o machismo, junto a estudantes de Bacharelado Interdisciplinar em Artes da UFBA.
<b>Participação em eventos</b>
Congresso da UFBA, na Mesa Temática do Grupo Violência, saúde e qualidade de vida: pesquisas e ações para o enfrentamento da violência conjugal.
Reunião do GT Gênero da REBRIP (Rede Brasileira pela Interação dos povos) sobre Territórios urbanos, economia e violência contra as mulheres.
<b>Denúncias</b>
Formas de opressão e exploração contra as mulheres, incluindo o relacionamento abusivo.
<b>Divulgação de conteúdo/ informação</b>
Sinais de relacionamento abusivo.
<b>Divulgação de eventos</b>
Conferência com Silvia Federici, Carolina Rocha, Vilma Reis, intitulada “A caça às bruxas como instrumento da colonização patriarcal e racista na América Latina”.

Como é possível observar, o CMCb desenvolve ações que dizem respeito tanto à via da razão, quanto à via da subjetividade. Em relação às primeiras, encontram-se ações relacionadas à perspectiva da informação, formação teórica e ativista, como Rodas de Conversa sobre Anticoncepcionais, Obesidade, Mitos e Verdades sobre os Hormônios, Políticas Públicas, Racismo e LGBT+, Oficinas sobre racismo e auto-estima, Feminismo, economia e violência contra as mulheres; divulgação de conteúdos associados aos sinais de um relacionamento abusivo; e divulgação de conferências que abordam a temática das mulheres, público-alvo do movimento, tais como “A caça às bruxas como instrumento patriarcal e racista na América Latina”. Ou, ainda, o curso “Linguagem e Gênero”, com vistas à formação teórica sobre relações de gênero, a fim de instrumentalizar as integrantes do grupo e da comunidade na leitura de textos sob a perspectiva de gênero, raça e classe.

Observa-se, também, a participação do movimento em eventos, como Congressos, aulas de cursos de pós-graduação e pesquisas, além do movimento se oferecer como campo de estágio de curso de graduação. Tais ações evidenciam que debates técnicos e acadêmicos

também fazem parte do repertório de ações do Coletivo de Mulheres enquanto defesa de suas pautas e construção de alternativas teóricas e políticas.

Em relação à segunda forma, evidenciam-se ações que mesclam programação social com temática ativista, como as denominadas “SEXTOU: Mulher e suas delícias”, onde temas relacionados ao feminino são abordados: “Mulher e Educação”, “Mulher e Saúde”, “Mulher e Ancestralidade”, “Barpapo: donas de si”, “Encontro entre nós”, dentre outros. Por outro lado, realizam eventos sociais, como São João e comercialização de sopa, como forma de angariar recursos para a manutenção do movimento e autogerir-se.

Ademais, ações ativistas se fazem presentes, como a realização de Oficinas de Percussão com crianças e adolescentes na comunidade, e de atos, na Rua do Calafate, contra a violência às mulheres e o racismo, ou o chamado “Arraiá da Resistência”. Essas ações, desenvolvidas na própria comunidade, evidenciam a articulação entre cotidiano e ativismo, na perspectiva de que o sujeito busca a mudança de si e das esferas de sua vida, sem dissociar a vida militância de sua própria vida, características da cultura alterativista.

As ressonâncias nacionais são, também, observadas, com a participação em atos, como a Marcha e Ato Político Cultural Mulheres Negras; o “Julho das Pretas”, que corresponde a uma agenda conjunta e propositiva com organizações e movimentos de mulheres negras da Bahia, região Nordeste, e alguns estados do país, voltada para o fortalecimento das organizações de mulheres negras; e a Marcha da Mulher contra o feminicídio, como marca do dia internacional da mulher.

Finalmente, suas ações incluem participação em campanhas e denúncias de formas de opressão e exploração contra as mulheres, incluindo o relacionamento abusivo, e com foco na auto-estima e no empoderamento da mulher, como expressam suas postagens no SRS *Facebook*: “Vivas, fortes e resistentes!” e “O corpo é da mulher, ela faz o que quiser!”.

As formas de ação do Fórum Acadêmico de Saúde da UFBA (FAS) são detalhadas a seguir, no Quadro 9.

Quadro 9 - Formas de ação do Fórum Acadêmico de Saúde da UFBA.

<b>FORMAS DE AÇÃO DO FÓRUM ACADÊMICO DE SAÚDE DA UFBA</b>
<b>Ações ativistas</b>
Realização, em parceria com o DCE UFBA, da 1ª Conferência Municipal Livre de Saúde e Educação: o papel da Juventude no atual (des)governo, enquanto etapa preparatória para a 15ª Conferência Municipal de Saúde de Salvador.
Confecção de camisas com slogan em defesa do SUS, para venda, como forma de angariar recursos para a luta e para a realização dos SEVI.

Elaboração e divulgação de Carta Aberta à Juventude Baiana: Rumo à 15ª Conferência Municipal de Saúde de Salvador.
Elaboração da Carta das/os estudantes da saúde em defesa do SUS e contra o fascismo.
<b>Atividades sociais e ativismo</b>
“16ª Acolhida Unificada de Saúde: FAS a Balbúrdia!”, 15ª Acolhida Unificada de Saúde e 14ª Acolhida Unificada de Saúde, em parceria com o DCE.
<b>Ações relativas à informação, formação teórica e ativista</b>
Realização das edições da Semana de Vivência Interdisciplinar (SEVI) no SUS da UFBA <sup>20</sup> , em parceria com o DCE UFBA.
Realização das pré-SEVI, que são mesas de debates acerca de temáticas voltadas às pautas do movimento.
Roda de Conversa, em parceria com o DCE, com o tema "Planejaram de nos matar, combinamos de não morrer: a Resistência do Povo Negro em tempos de fascismo!" com participação do Profº Altair Lira, demarcando o Novembro Negro.
<b>Participação em atos e abaixo-assinados</b>
Contra a redução de investimentos em saúde, por meio do <i>site</i> <a href="http://www.peticaopublica.com.br">www.peticaopublica.com.br</a> .
<b>Denúncias</b>
Liberação de 31 agrotóxicos, sendo metade deles, “extremamente tóxicos”, pelo governo Bolsonaro.
Saída do governo cubano do Programa Mais Médicos, com a ruptura do convênio com o governo brasileiro, após declarações “ameaçadoras e depreciativas” do presidente Jair Bolsonaro.
<b>Divulgação de conteúdo/ informações</b>
Contatos e horários de atendimento do PsiU, localizado na PROAE, formado por psicólogas/os atuando em modalidade de plantão para acolher estudantes e servidores.
Práticas corporais através do CINESIA, projeto que oferece um espaço para que estudantes, professores, técnicos e toda comunidade da UFBA, possam experimentar/vivenciar seu corpo.
Horários de funcionamento e marcações de atendimento do SMURB.
<b>Divulgação de posicionamentos políticos</b>
Em defesa do SUS, como homenagem aos 29 anos da regulamentação do mesmo, por meio da Lei Orgânica 8080/90, a partir da divulgação de notícia veiculada no <i>site</i> <a href="http://brasildefato.com.br">brasildefato.com.br</a> , e relembando a realidade de saúde do país antes do SUS na visão do Movimento de Saúde da Zona Leste de São Paulo.
Contra os manicômios, em homenagem ao Dia Nacional da Luta Antimanicomial, a partir da divulgação de notícia veiculada no <i>site</i> <a href="http://brasildefato.com.br">brasildefato.com.br</a> .
Como resistência, mantendo a luta e construindo espaços.
<b>Divulgação de atos</b>
Contra a violência e pela segurança na UFBA, convocado pela Frente Feminista.
<b>Divulgação de notas públicas</b>

<sup>20</sup> Essa atividade consiste em um estágio de vivência com o objetivo de os estudantes conhecerem os dispositivos de saúde do SUS, a realidade de saúde da população, assim como os movimentos sociais, buscando refletir sobre a formação acadêmica, profissional e o papel dos mesmos na construção do sistema, exercendo a interdisciplinaridade na saúde. Além disso, objetiva sensibilizar as/os estudantes para a compreensão do significado do SUS como uma conquista do povo, direito de todas/os, sendo necessário que sejam agentes de transformação social e de luta para que o SUS ideal e o SUS real caminhem juntos.

Nota pela Democracia e Saúde, em defesa do SUS, assinadas pela ABRASCO, CEBES, REDE UNIDA, SBB E ABRES.
<b>Divulgação de eventos</b>
Semana de recepção dos cursos e calourada do DCE.
Abril indígena, sobre a saúde mental dos povos indígenas.
III Semana Sobre Doença Falciforme.
CEBES Debate: Por um novo projeto de nação para o Brasil nas Eleições de 2018.
SEVI, FAS Balbúrdia; a 1ª Conferência Municipal Livre de Saúde e Educação: o papel da Juventude no atual (des)governo.
Reuniões do FAS, com informações sobre datas, horários e pautas.
Reuniões de outros movimentos, como a do Coletivo Baiano da Luta Antimanicomial.
Exposição “Reflexão de um Enxadrista” de Adelmir Teixeira Borges, artista plástico e usuário de um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), postado pelo Coletivo Baiano da Luta Antimanicomial.
<b>Divulgação de notícias</b>
Propostas dos candidatos às eleições 2018: “saúde para todos ou para quem pode pagar?”.

Diversas ações voltadas para a via da razão são desenvolvidas pelo FAS, como as relacionadas à perspectiva da informação, formação teórica e ativista, expressa, por exemplo, pela realização das edições da Semana de Vivência Interdisciplinar (SEVI) no SUS da UFBA. Essa atividade consiste em um estágio de vivência que objetiva o conhecimento dos dispositivos de saúde do SUS, da realidade de saúde da população, dos movimentos sociais, e da saúde enquanto direito e conquista do povo, por parte dos estudantes, estimulando uma reflexão acerca da formação acadêmica, profissional e o papel dos mesmos na construção do sistema. Além das SEVI, encontram-se as pré-SEVI, que são mesas de debates acerca de temáticas voltadas às pautas do movimento; as Rodas de Conversa, com temáticas acerca da resistência, população negra e fascismo; e a divulgação de eventos relacionados às temáticas de suas pautas, como o Abril indígena, sobre a saúde mental dos povos indígenas; a III Semana Sobre Doença Falciforme; e o CEBES Debate: Por um novo projeto de nação para o Brasil nas Eleições de 2018. Todas essas ações apostam na expertise de ativistas e especialistas como propulsora de caminhos e estratégias para a força política do movimento.

Ações consoantes com a via da subjetividade, por sua vez, se mostraram significativas no ativismo do movimento. Nesse sentido, observam-se ações sociais que combinam programação social e ativismo, como as Acolhidas Unificadas de Saúde, uma delas intitulada “FAS a Balbúrdia!”; e ações ativistas, tais como a realização da 1ª Conferência Municipal Livre de Saúde e Educação: o papel da Juventude no atual (des)governo, enquanto etapa

preparatória para a 15ª Conferência Municipal de Saúde de Salvador. Tais ações demonstram proximidade com o alterativismo, na medida em que expressam a construção de espaços autônomos e livre de hierarquias, nos quais a diversidade, a horizontalidade e a convivência nas relações sociais, bem como o recurso constante à ação direta e à criatividade, mostram-se presentes. Além disso, o compromisso político ancora-se na experiência, sendo a transformação social um processo iniciado a partir do comportamento dos indivíduos e da sociedade.

Ainda na perspectiva das ações ativistas, encontram-se a elaboração e divulgação de Cartas Abertas, como à Juventude Baiana: Rumo à 15ª Conferência Municipal de Saúde de Salvador e a Carta das/os estudantes da saúde em defesa do SUS e contra o fascismo; a divulgação de posicionamentos do movimento, como o relativo ao SUS, em homenagem aos 29 anos da Lei Orgânica 8080/90; contra os manicômios, em homenagem ao Dia Nacional da Luta Antimanicomial; ou como resistência, mantendo a luta e construindo espaços, a partir da mensagem postada em seu SRS *Facebook*: “Juventude com Atitude pra Defender a Saúde!”.

Outras ações, como a divulgação de exposição de um artista plástico e usuário de um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), e a divulgação de informações acerca de serviços ou de eventos realizados pela UFBA, a exemplo da Semana de recepção dos cursos e calourada do DCE, dos contatos e horários de atendimento do Programa de Saúde Mental e Bem-Estar da UFBA (PsiU); ou de práticas corporais ofertadas por projeto a toda comunidade da UFBA; além de horários de funcionamento e marcações de atendimento do SMURB demonstram a experiência enquanto vida em comunidade, impulsionada pelo movimento, o que o aproxima da cultura alterativista de Pleyers.

A perspectiva da conexão com as redes sociais digitais, por sua vez, possibilitando ressonâncias mais amplas são evidenciadas, levando à divulgação de atos organizados por outros movimentos, como o contra a violência e pela segurança na UFBA, convocado pela Frente Feminista; à participação e divulgação de abaixo-assinados, como contra a redução de investimentos em saúde, por meio do *site* [www.peticaopublica.com.br](http://www.peticaopublica.com.br); e à divulgação de notas públicas, como a Nota pela Democracia e Saúde, Em defesa do SUS, em articulações com a ABRASCO, CEBES, REDE UNIDA, Sociedade Brasileira de Bioética (SBB) e Associação Brasileira de Economia da Saúde (ABRES). Além de denúncias de notícias que evidenciam situações de risco à saúde e/ou retrocessos na área da saúde, a partir de notícias veiculadas por outros *sites*, como a liberação de 31 agrotóxicos, pelo governo Bolsonaro e a saída do governo cubano do Programa Mais Médicos (PMM).

Em relação às formas de ação Movimento dos Sem Teto da Bahia (MSTB), foram identificadas as apresentadas no Quadro 10.

Quadro 10 - Formas de Ação do Movimento dos Sem Teto da Bahia.

<b>FORMAS DE AÇÃO DO MOVIMENTO DOS SEM TETO DA BAHIA</b>
<b>Ações ativistas</b>
Realização de mutirão na Ocupação Guerreira Maria Filipa do MSTB, com plantio de mudas, e intervenção no Casarão Comunitário.
Presença da Ocupação do Quilombo Marielle Franco do MSTB na "Sessão Especial Marielle Franco e a luta em defesa dos Direitos Humanos", na Câmara Municipal de Salvador
Ato nas ruas, juntamente com a classe trabalhadora, contra o governo racista, machista, fascista, classista e homofóbico e contra a reforma da previdência.
Mutirão na Ocupação do MSTB Manoel Faustino, na Estrada do Derba.
Assembleia no quilombo Manuel Faustino, com a aprovação da construção da horta verão na comunidade.
Pedidos de doações para a Ocupação na Estrada do DERBA, na Fazenda Periperi.
<b>Ações relativas à informação, formação teórica e ativista</b>
Oficina de Teatro dx Oprimidx sobre Conflitos territoriais e estratégias de resistências como vaquinha para participação na 6ª Jornada da Agroecologia da Bahia.
Formação política com a juventude, em parceria com a Guerreiras sem teto.
“Sarau do Gueto”, no qual grupos e coletivos de dança, música, hip hop e poesia aliam arte e engajamento em um ato simbólico de cidadãos marginalizados.
Formação em Teatro do Oprimido com Julian Boal pela Comissão de Formação Política (COF) do MSTB.
Encontro de apresentação do curso de formação política do movimento para os parceiros.
Atividade de formação política na Ocupação Manoel Faustino.
Formação política em Jardim Cajazeiras.
Curso de formação política com objetivo de fortalecer a base na luta pela cidade e em busca da construção da comunidade do Bem Viver.
<b>Realização de notas públicas</b>
Nota pública referente à violência de grileiros e milicianos contra ocupação do MSTB.
Nota de pesar de familiar de companheiro do movimento.
<b>Manifestação de apoio</b>
Apoio à Frente de Resistência Urbana Latino-americana, da qual faz parte o MSTB, ao povo da Venezuela, que comparece às urnas, defendendo a democracia.
<b>Participação em atos e notas</b>
Ato do Grito dos Excluídos.
Nota de apoio à luta do povo indígena Gamela.
<b>Denúncias</b>
Ação ilegal de tropa policial em ocupação do MSTB em Simões Filho.

Especulação imobiliária que ocorre no bairro 2 de julho, centro antigo de Salvador, e crescente expulsão de famílias de baixa renda da região.
Disparo de 30 tiros contra a comunidade do Bosque das Bromélias.
Atuação de aparato da Polícia Militar do Estado da Bahia e da Guarda Municipal de Salvador contra centenas de ocupantes do Movimento Sem Teto da Bahia no bairro de Tubarão, durante a realização do Fórum Social Mundial.
Ação de reintegração de posse com arrobamento da PM autorizado pela juíza na Ocupação Guerreira Dandara.
Ameaça de criminosos ao MSTB na área da Fazenda Periperi.
Descoberta de um cemitério clandestino com diversos corpos em uma área próxima à rodovia CIA-Aeroporto, região periférica de Salvador.
<b>Divulgação de posicionamentos políticos</b>
Posicionamento relativo a situação de imóveis desocupados no bairro 2 de julho em Salvador, sendo apresentadas as visões da especulação imobiliária e a perspectiva dos moradores do bairro.
<b>Participação em eventos</b>
X SEMUR - Semana de Urbanismo, abordando a luta pelo Direito a Moradia.
<b>Divulgação de atos e mobilizações</b>
2º Marcha Incomode contra o genocídio e o extermínio, a LGBTfobia, o feminicídio e o encarceramento em massa da juventude negra.
Ato-Cortejo e #COLENALUTA por moradia popular e pela permanência dos/as moradores/as e trabalhadores/as no Centro Antigo de Salvador, por meio de compartilhamento de informação de outros movimentos.
Ato-Cortejo, Cidade Ocupada, Cidade Viva.
Atos de resistência da Ocupação Manoel Faustino.
Convocação às ruas da independência baiana no 2 de julho para reivindicar o direito à moradia e ao direito à cidade.
<b>Divulgação de eventos</b>
III Encontro Internacional de Mães e Familiares de Vítimas.
Reuniões de planejamento do movimento, assim como da formação política com a juventude.
Reuniões de outros movimentos, como o coletivo Guerreiras sem teto.
<b>Divulgação de notícias</b>
Tentativa de expulsão dos moradores do Centro Histórico por parte da prefeitura de Salvador.

As ações ativistas do MSTB, tais como a realização de mutirão na Ocupação Guerreira Maria Filipa do movimento, com plantio de mudas, e intervenção no Casarão Comunitário; o mutirão realizado na Ocupação do MSTB Manoel Faustino; e a Assembleia no quilombo Manuel Faustino, com a aprovação da construção da horta verão na comunidade, correspondem a ações da via da subjetividade e refletem, de forma inequívoca, a cultura alterativista. Nesses espaços, os ativistas parecem evidenciar a dimensão mais profunda de estar inserido em um coletivo, a partir da construção de uma outra lógica de comunidade e

produção de alimentos, distinta da lógica do capital, o que implica em um compromisso permanente, em todas as esferas da vida e não apenas nos atos, espaços públicos ou performances. A divulgação de nota de pesar de familiar de companheiro do movimento mostra que não há separação entre o ativismo e a vida privada.

Além disso, o “Sarau do Gueto”, uma ação com grupos e coletivos de dança, música, hip hop e poesia, que aliam arte e engajamento em um ato simbólico de cidadãos marginalizados evidencia mais um exemplo do alterativismo. A utilização da arte, que tão bem expressa a criatividade e as emoções, pautam as experiências, e estas, o ativismo, levando a transformações no indivíduo e na sociedade, e configurando a via da subjetividade das ações de Pleyers.

Outras ações ativistas, por sua vez, se fazem presentes, como a Ocupação Quilombo Marielle Franco na “Sessão Especial Marielle Franco e a luta em defesa dos Direitos Humanos”, na Câmara Municipal de Salvador; o ato nas ruas, juntamente com a classe trabalhadora, contra o governo Bolsonaro e a reforma da previdência; a realização de Nota pública, como a referente à violência de grileiros e milicianos contra ocupação do MSTB; assim como a divulgação de posicionamentos, a partir de problematização de situações urbanas, tais como a situação de imóveis desocupados.

O movimento apresenta, também, ações condizentes com a via da razão, como as voltadas para a perspectiva da informação, da formação ativista, tais como: Oficina de Teatro do Oprimido sobre Conflitos territoriais e estratégias de resistências; formação política com a juventude; formação em Teatro do Oprimido com Julian Boal pela Comissão de Formação Política (COF) do MSTB; formação política na Ocupação Manoel Faustino, em Jardim Cajazeiras; curso de formação política com objetivo de fortalecer a base na luta pela cidade e em busca da construção da comunidade do Bem Viver; participação em eventos relacionados às pautas do movimento, como na X SEMUR - Semana de Urbanismo, abordando a luta pelo Direito a Moradia; e divulgação de eventos com temáticas relacionadas às pautas do movimento, tais como o III Encontro Internacional de Mães e Familiares de Vítimas.

A conexão com as redes sociais digitais permitem ressonâncias, tornando possíveis a divulgação de atos de outros movimentos sociais, como a 2º Marcha Incomode contra o genocídio e o extermínio, a LGBTfobia, o feminicídio e o encarceramento em massa da juventude negra; a divulgação do Ato-Cortejo e #COLENALUTA por moradia popular e pela permanência dos/as moradores/as e trabalhadores/as no Centro Antigo de Salvador, por meio de compartilhamento de informação de outros movimentos; a divulgação de atos de resistência, como o da Ocupação Manoel Faustino; a manifestação de apoio da Frente de

Resistência Urbana Latino-americana, da qual faz parte o MSTB, ao povo da Venezuela, em defesa da democracia; a divulgação de chamados à mobilização, como a convocação às ruas da independência baiana no 2 de julho; a divulgação de mobilizações do movimento, como a presença no 2 de julho para reivindicar o direito à moradia e ao direito à cidade; a participação do movimento em Notas de apoio, como a relativa à luta do povo indígena Gamel; e a participação em atos propostos por outros movimentos sociais, tais como a participação no Grito dos Excluídos.

Por fim, as formas de ação da Associação Metamorfose Ambulante de Usuários e Familiares do Sistema de Saúde Mental do Estado da Bahia (AMEA), identificadas no estudo, são apresentadas no Quadro 11.

Quadro 11 - Formas de ação da Associação Metamorfose Ambulante de Usuários e Familiares do Sistema de Saúde Mental do Estado da Bahia.

<b>FORMAS DE AÇÃO DA ASSOCIAÇÃO METAMORFOSE AMBULANTE DE USUÁRIOS E FAMILIARES DO SISTEMA DE SAÚDE MENTAL DO ESTADO DA BAHIA</b>
<b>Manifestações de apoio</b>
Apoio à Ocupação da Coordenação Geral de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas do Ministério da Saúde, em luta pela causa antimanicomial, a partir de divulgação de notícia veiculada pelo <i>site</i> saúdepopular.org.
<b>Divulgação de conteúdo/ informação</b>
Frases de personalidades públicas como encorajamento à luta.
<b>Divulgação de entrevistas</b>
Envolvendo o tema da economia solidária.
Especialistas sobre fatos sociais que representam retrocessos políticos no campo da saúde mental, tal como o posicionamento de Paulo Amarante diante da nomeação do médico Valencius Wurch Duarte Filho como coordenador de Saúde Mental do Ministério da Saúde.

A análise das formas de ação encontradas nas mídias sociais da AMEA aponta apenas ações concernentes à via da razão. Em uma destas ações, o movimento demonstra estar atento às medidas políticas que podem afetar a vida das pessoas em sofrimento mental, como a nomeação de um coordenador para a Saúde Mental do Ministério da Saúde (MS) pouco sensível ao sofrimento mental, e busca divulgar análise técnica e científica de especialistas para intensificar o seu ativismo.

Em outra ação, observa-se a divulgação de entrevistas acerca da temática da economia solidária, o que vai ao encontro das propostas do movimento em relação à desconstrução de espaços de exclusão na sociedade, da qual o isolamento das pessoas em sofrimento mental é uma vertente. Constata-se, assim, a preocupação do movimento em subsidiar teoricamente

seus objetivos, trazendo à tona as dificuldades do seu público-alvo em se inserir em uma sociedade pautada pelo consumo e pelo valor de utilidade enquanto produção.

Por fim, encontra-se presente manifestação de apoio a uma mobilização nacional, revelando a articulação e a ressonância entre as escalas local e nacional.

O movimento, entretanto, pouco se aproxima das potencialidades da conexão em redes sociais digitais para o desenvolvimento de seu ativismo, característica do alterativismo. Apesar disso, reafirma valores como a dignidade da pessoa humana, inclusão social e respeito às diferenças, intrínsecos à democracia no século XXI.

A análise das formas de ação dos oito movimentos, portanto, evidencia que todos apresentam ações relacionadas ora à via da razão ora à via da subjetividade, ou ambas as vias, ainda que em distintas escalas, se aproximando do alterativismo de Pleyers e dos caminhos de ações apontados por movimentos sociais que se destacam na escala global.

Além disso, muitas ações ativistas dos movimentos nos territórios, como, por exemplo, bazar popular, biblioteca popular, banca de empregos, brechó, (LPJ), plantio de mudas (LPJ/ MSTB), projeto de ação social (FSUS), mutirões (MSTB), revelam que o ativismo se expressa na maneira de relacionar-se com os outros e com o mundo, estabelecendo não apenas outras formas de fazer política, mas, também, de trabalhar, produzir e consumir, em contraponto ao modelo econômico dominante (PLEYERS, 2018).

Por outro lado, os movimentos estudados apresentam ações que ensejam respostas a problemas mais globais, como o avanço do capitalismo e a defesa do meio ambiente. Encontram-se, portanto, ancorados em seu território local, com propostas e ações voltadas as suas realidades locais, mas também atentos às questões globais, posto que vivem em um mundo profundamente globalizado (*ibid.*).

Em nosso contexto nacional e local, que vem se apresentando cada vez mais hostil aos direitos e à democracia, tais formas de ação não tem se apresentado visíveis e o esforço deste trabalho, tomando a perspectiva teórica de Boaventura dos Santos, é desvelar essas ações, demonstrando que os movimentos sociais vêm se reinventando, enquanto formas de ação possíveis e concretas.

Pode-se dizer, assim, que há um mundo enriquecido pela multiplicidade e diversidade de experiências disponíveis e possíveis, que precisam se tornar visíveis e creditíveis, a fim de constituir-se como força motriz para o enfrentamento necessário das lutas contemporâneas. Experiências essas que, diante desse período atual de injustiça naturalizada, são reinventadas pela utopia (SANTOS, 2016) de movimentos sociais, que terminam por expandir o horizonte

de possibilidades, apontar alternativas concretas e fazer a diferença em seus micros e macros contextos sociais.

#### **4.1.4 Traduzindo experiências contemporâneas de luta no contexto da saúde em Salvador**

De acordo o referencial de Santos (2002), como vimos, não é possível compreender a imensa diversidade de experiências sociais existentes a partir de uma teoria geral. É necessário um trabalho de tradução capaz de criar uma inteligibilidade mútua entre experiências possíveis e disponíveis, considerando-as como realidades, que se não esgotam em totalidades ou partes, mas que agregam saberes e práticas não hegemônicas para a construção de uma contra hegemonia. Esse potencial contra hegemônico reside na capacidade de articulação do movimento com outros movimentos, com suas formas de organização e seus objetivos de ação, sendo que o trabalho de tradução esclarece o que os une e o que os separa, de modo a determinar as possibilidades e limites de agregação entre eles, e definir, em cada momento e contexto histórico, quais as constelações de práticas com maior potencial contra hegemônico.

Nesse item, propõe-se um esforço de tradução possível para os movimentos sociais estudados e, nesse sentido, considera a iniciativa do Núcleo CEBES Bahia enquanto o quem traduz das condições e procedimentos do trabalho de tradução proposto por Santos (2002). Ao realizar o seminário preparatório para o Simpósio Nacional do CEBES, convidando os movimentos sociais, o Núcleo abre o debate, propondo a apresentação da pauta dos mesmos, com vistas ao diálogo e uma maior articulação em torno da defesa do direito à saúde. Evidencia-se, nesse caso, uma busca por um caminho de enfrentamento e mobilização não encontrado em suas práticas e saberes, mas entendido como possível a partir de uma articulação de práticas diversas.

Como as práticas investigadas acontecem no interior do mesmo universo cultural, a especificidade desse esforço de tradução implica em identificar convergências em relação aos objetivos de ação, a partir da análise de suas pautas e formas de ação, já que as formas de organização dos movimentos não foram objeto de investigação deste estudo e, portanto, não são contempladas nesse item.

A tarefa do que traduzir? se baseia nas noções de zonas de contato - epistemológica e colonial – e propõe-se pensar as pautas dos movimentos como construções da zona epistemológica, na medida em que envolvem o conhecimento e o saber dos movimentos; e as

formas de ação dos movimentos como práticas da zona colonial, entendida como o confronto das práticas entre os movimentos e a realidade. Assim, dentre as convergências possíveis identificadas por este trabalho de tradução no que tange à zona epistemológica, podemos perceber que a pauta relativa à luta pelo direito à saúde une todos os movimentos estudados. Além disso, considerando as pautas de forma mais ampla, os movimentos estudados, com exceção da Frente Saúde Unidade Suburbana e do Coletivo Baiano de Residentes em Saúde, realizam uma discussão em relação ao avanço do capitalismo, apontando para uma consciência crítica acerca das consequências econômicas e sociais do mesmo para as populações desfavorecidas e com vistas à justiça social.

Há, ainda, convergências dentre os movimentos, tais como entre o LPJ e o FAS, que defendem um projeto popular para o país, de caráter emancipatório e transformador, com ênfase na construção a partir dos sujeitos, evidenciando que ambos partem da mesma concepção de transformação social. Ou, por outro lado, entre a Rede Nacional Feminista de Saúde e o Coletivo de Mulheres do Calafate, que apresentam pautas relacionadas aos direitos das mulheres; e entre o Coletivo Baiano de Residentes e o Fórum Acadêmico de Saúde, que defendem a pauta dos estudantes no que tange ao campo da saúde. Tais inteligibilidades recíprocas podem remeter a possíveis alianças.

Na vertente da zona colonial, considerando as formas de ação, todos os movimentos estudados apresentaram ações relacionadas à via da razão, enquanto apenas os movimentos Rede Feminista de Saúde e Associação Metamorfose Ambulante não apresentaram ações relacionadas à via da subjetividade. No tocante à via da subjetividade, foram identificadas convergências em relação aos seguintes movimentos: Levante Popular da Juventude, Frente de Saúde Unidade Suburbana e Movimento do Sem Teto da Bahia, que realizaram ações ativistas; e Coletivo de Mulheres do Calafate e Fórum Acadêmico de Saúde, que apresentaram tanto ações ativistas, quanto ações que mesclam atividades sociais e ativismo. Na via da razão, dentre as ações de maior convergência, destacamos: as ações voltadas à perspectiva da informação, formação teórica e/ou ativista, que foram identificadas em todos os movimentos, exceto na Associação Metamorfose Ambulante; a participação em atos, mobilizações, campanhas, abaixo-assinados, eventos ou audiências públicas, que esteve presente no Levante Popular da Juventude, no Coletivo Baiano de Residentes, Coletivo de Mulheres do Calafate e no Fórum Acadêmico de Saúde; as manifestações de apoio e solidariedade, que foram verificadas no Levante Popular da Juventude, Rede Feminista de Saúde, Frente de Saúde Unidade Suburbana, Movimento do Sem Teto da Bahia e Associação Metamorfose Ambulante; e as denúncias, registradas no Levante Popular da Juventude, Rede

Feminista de Saúde, Frente de Saúde Unidade Suburbana, Coletivo de Mulheres do Calafate, Fórum Acadêmico de Saúde e Movimento do Sem Teto da Bahia. Consta-se, dessa forma, a existência de convergências tanto em relação à totalidade dos movimentos, quanto relativas a movimentos específicos, aumentando as inteligibilidades recíprocas e as possibilidades de articulação.

Em relação ao entre quem traduzir?, a seleção dos saberes e práticas, entre os quais o trabalho de tradução é realizado, incide sobre as já citadas formas de ação dos movimentos, onde se confrontam estratégias de movimentos de jovens de periferia, de universidades, de mulheres, de residentes, de moradores, de pessoas sem moradia, e portadores de sofrimento mental. O quando traduzir? pode ser considerado como o momento do encontro no debate preparatório do CEBES, no qual os saberes dos movimentos se encontram, configurando uma conjugação de tempo, ritmo e oportunidade, posto que o momento político, correspondente ao governo Michel Temer (2017), com sua política de cortes de gastos públicos, já ensejava sensações e experiências de carência, inconformismo e motivação para superar os obstáculos. Nesse sentido, a percepção e análise de conjuntura relativa a uma desarticulação dos movimentos no evento foi uma constante nas falas, sendo proposto o desafio de formar uma unidade de luta, ao invés da continuidade de vários movimentos com suas lutas importantes em cada lugar. O como traduzir?, sustentado pelo trabalho argumentativo, tem lugar na escuta e na voz dos movimentos, que se apresentaram, expressaram sua história, seus objetivos e formas de ação, e compartilharam saberes e experiências.

A partir desse esforço de tradução, pode-se dizer que os movimentos sociais estudados representam uma constelação de movimentos convergentes, revelando inteligibilidade, sem homogeneização, o que denota um potencial de articulação e agregação. No entanto, não foram identificadas, nos resultados obtidos através das ações presentes nas mídias sociais, no intervalo de tempo estudado, articulações entre os movimentos sociais, sujeitos dessa pesquisa. Por outro lado, a análise do relatório do debate preparatório do Simpósio Nacional do CEBES, tomado como base para a escolha dos sujeitos, revela um potencial de articulação ou combinação a partir de baixo, como nos sinaliza Santos (2002), dado por essas coerências e pontos em comum em relação às suas pautas, assim como pelo diálogo que se estabeleceu entre eles.

Permanece, então, a aposta no sentido da criação das condições necessárias para emancipações sociais concretas, pois o tipo de transformação social possível exige que as constelações de sentido criadas pelo trabalho de tradução resultem em práticas transformadoras.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do presente estudo, foi possível lançar luz sobre algumas das múltiplas e diversas experiências vivas e cotidianas, disponíveis e possíveis no mundo, que se apropriaram de instrumentos e vias trazidas pela mudança de paradigma tecnológico no mundo. Nesse contexto, foi possível perceber que as nTIC contribuem para a conformação do ativismo contemporâneo em saúde e que os movimentos sociais, atuantes no campo do direito à saúde em Salvador, utilizam as mídias sociais digitais conforme as inovações tecnológicas que se apresentam, explorando as possibilidades das mesmas no intuito de desenvolver, de forma mais efetiva, o seu ativismo.

Apesar dos limites para o uso das tecnologias, seja pelo alcance da tecnologia em si, seja pelas potencialidades do seu uso para o exercício do ativismo enquanto efetividade democrática, indiscutivelmente, a internet e as redes sociais favorecem a articulação de múltiplas formas e práticas de democracia tão necessárias em nosso contexto de questionamentos acerca da monopolização da democracia por partidos políticos e políticas institucionais.

Em relação aos movimentos estudados, importante destacar que o estudo teve como escopo de atuação a área da saúde e o campo de escolha metodológico levou em consideração às experiências profissionais prévias da autora em uma instituição de defesa dos direitos sociais, em especial, da saúde. Em decorrência dessa opção, o seu ponto de partida para a escolha dos sujeitos foi o movimento sanitário, de caráter urbano, o que terminou por não contemplar movimentos sociais com atuação voltada diretamente às populações do campo, das florestas e das águas. Embora o Levante Popular da Juventude apresente, como umas de suas frentes de ação, a via territorial e camponesa, como explicitado em seu *website*, e tendo sido identificadas ações em articulação com o MST, os movimentos estudados foram majoritariamente urbanos. Assim, apesar do intuito de ampliação do escopo de investigação para movimentos sociais que não apresentassem apenas atuação institucional nos canais oficializados e instituídos socialmente, não foi possível ampliar os movimentos para além do contexto urbano. De todo modo, foram identificados sujeitos de atuação significativa no campo da saúde, que evidenciaram bandeiras de desejos de um mundo mais amplo, justo e democrático, expressando elementos de um outro mundo possível de práticas concretas.

Na perspectiva das formas de ação política, a maior parte dos movimentos sociais estudados apresentaram ações que seguem os dois caminhos possíveis (a via da razão e a via

da subjetividade), considerando a perspectiva da cultura alterativista proposta por Pleyers, enquanto concepção contemporânea do ativismo. Tal resultado aponta que os movimentos sociais atuantes em Salvador no campo do direito à saúde vêm se reinventando, assumindo novas formas de ação política a partir de novos contextos sociais e políticos, e diante de novas ferramentas de ação disponíveis, sendo que o ativismo desenvolvido se caracteriza tanto pelas inscrições nas redes sociais, quanto pelas articulações entre vida pública e vida privada, entre amizade e compromisso, mundo virtual e praças públicas, mundo da vida e mundo da cidadania.

Na perspectiva do trabalho da tradução, os movimentos estudados apresentaram inteligibilidades recíprocas, denotando uma constelação de movimentos convergentes, no que diz respeito às pautas e formas de ação, com potencial de articulação e agregação. Nesse sentido, as expectativas são as possibilidades de reinvenção da experiência, confrontando as experiências hegemônicas com a imensa variedade de experiências invisibilizadas, partindo do princípio de que um futuro melhor não se encontra apenas projetado para um futuro distante, mas tem lugar na transformação do presente, ampliado pela sociologia das ausências e pela sociologia das emergências e tornado coerente pelo trabalho de tradução, como nos aponta Santos.

Por outro lado, apesar do caráter globalizado do mundo atual, decorrente da formação de redes, o estudo mostra que não se pode desprezar os movimentos locais, na medida em que estes revelam ações tanto relativas às ressonâncias nacionais e globais, quanto se voltam à perspectiva de suas comunidades e de seus territórios, devendo ser incluídos enquanto força de luta e resistência no contexto global.

De forma mais específica, no intuito de uma maior compreensão acerca das ações dos movimentos sociais, Pleyers estabelece uma análise a partir da tensão e da colaboração entre os dois diferentes padrões e vias dos movimentos – a via da subjetividade e a via da razão, visando identificar as múltiplas possibilidades de combinações, relações e complementaridades no interior do movimento, que podem levar tanto à colaboração criativa, como à estagnação e à paralisia. Tal análise pode conduzir a relevantes resultados quanto à efetividade das ações. Entretanto, tal vertente foge ao escopo deste trabalho, sendo sugerido para estudos futuros.

Reafirma-se, portanto, que os movimentos sociais devem ser analisados não apenas como produtores de práticas, mas, também, como produtores de conhecimentos e visões de mundo, tal como propõe Pleyers, e destaca-se a contribuição da sociologia das ausências, com base nas epistemologias do Sul, no sentido de tornar visíveis as experiências ausentes

produzidas como alternativas às experiências hegemônicas, tornando-as presentes, tal como as ações dos movimentos sociais estudados.

Por fim, pode-se dizer que o presente estudo converge na direção da reflexão de Pleyers (2018) em relação à democracia enquanto reinvenção coletiva permanente, que deve ser pensada com e a partir dos atores e das experiências concretas, pois o exercício democrático se encontra na vida cotidiana, não se reduzindo a uma maneira de tomar decisões coletivas. A política, assim, não existe e nem pode ser considerada enquanto separada em um “espaço público”, distante da “vida privada”, que não trata de política, mas em todas as áreas da vida.

E, nesse sentido, muitos movimentos atuais estão implementando diferentes formas de democracia em todos os âmbitos da vida, evidenciando uma reconfiguração da democracia para o século XXI, a partir de outros significados e perspectivas.

## REFERÊNCIAS

ABERS, R., BÜLLOW, M. V. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade. **Sociologias**, v. 13, n. 28, p. 52-84, 2011.

ALENCAR, J. *et al.* Participação social e desigualdades nos conselhos nacionais. **Sociologias**, v. 15, n. 32, p. 112-146, 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/868/86826041006.pdf>. Acesso em: 10 Dez. 2018.

ALVES, V. L. S. *et al.* Criação de um *web site* para enfermeiros sobre pé diabético. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 19, n. 1, p. 56-61, 2006.

AMORIM, C. R. T. C. Rede Somos Todos Lúcio Flávio Pinto: rebeldia e ativismo político amazônico na Web. **Mediação**, v. 16, n. 19, jul/dez. 2014.

ARAGÃO, F. B. P. *et al.* Curtiu, comentou, comprou: a mídia social digital *Instagram* e o consumo. **Revista Ciências Administrativas**, v. 22, n. 1, p. 130-161, 2016.

ARAÚJO, R. P. A.; PENTEADO, C. L. C.; SANTOS, M. B. P. Democracia digital e experiências de e-participação: webativismo e políticas públicas. **História, Ciências, Saúde**, v. 22, supl. dez, p. 1597-1619, 2015.

ARENDT, H. **A condição humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

BARBER, B. **Strong democracy: participatory politic for a new age**. Berkley: University of California Press, 1984.

BARRERAS, S. B.; WEBER, M. H. Eleições, aborto e temas controversos: O ativismo político-midiático de grupos religiosos e o silenciamento do governo. **Revista Contemporânea, comunicação e cultura**, v. 13, n. 2, p. 243-260, 2015.

BAUMAN, Z.; MAURO, E. **Babel: entre a incerteza e a esperança**. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

BENEVIDES, M. V. **A cidadania ativa: referendo, plebiscito e iniciativa popular**. São Paulo: Ática, 1991.

BONA, A. S.; FAGUNDES, L. C.; BASSO, M. V. A. *Facebook: um possível espaço digital de aprendizagem cooperativa da Matemática*. **Novas Tecnologias na Educação**, v. 10, n. 3, 2012.

BORTOLON, B.; MALINI, M.; MALIN, F. **Gênero e Ativismo Online: um estudo de caso da campanha Não Mereço Ser Estuprada no Facebook**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Rio de Janeiro, RJ, Set. 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Relatório Final da VIII Conferência Nacional de Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 1986.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988.

\_\_\_\_\_. **Relatório Final da 11ª Conferência Nacional de Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

BRESSAN, R. T. **YouTube: intervenções e ativismos**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Região Sudeste – Juiz de Fora, 2013. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2007/resumos/R0040-1.pdf>. Acesso em: 05 out 2019.

BRINGEL, B. Ativismo transnacional, o estudo dos movimentos sociais e as novas geografias pós-coloniais. **Estudos de Sociologia**, v. 16, n. 2, p. 185-215, 2011.

CASTELLS, 2002. **A Sociedade em Rede**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

\_\_\_\_\_. **Redes de indignação e esperança: Movimentos sociais na era da internet.**

Rio de Janeiro: Zahar; 2013.

CASTELLS, M.; CARDOSO, G. **The Network Society From Knowledge to Policy.**

Washington: Johns Hopkins Center for Transatlantic Relations, 2005.

CARREIRO, R. Black Bloc em ação: reforço de identidade e outras dinâmicas de ativismo no

*Facebook*. **Liinc em Revista**, v.10, n.1, p. 241-257, 2014.

CICONELLO, A. **A participação social como processo de consolidação da democracia no**

**Brasil**. Oxfam International, 2008.

COELHO, P. M. F., COSTA, M. R. M. O ativismo digital: reflexões e apontamentos

semióticos. **TECCOGS – Revista Digital de Tecnologias Cognitivas**, n. 8, p. 166, jun/dez.

2013.

CORREIA, P. M. A. R.; MOREIRA, M. F. R. Novas formas de comunicação: história do

*Facebook* - Uma história necessariamente breve. **ALCEU**, v. 14, n. 28, p. 168-187, 2014.

COSTA, A. M.; LIONÇO, T. Democracia e Gestão Participativa: uma estratégia para a

equidade em saúde? **Saúde & Sociedade**, v. 15, n. 2, p. 47-55, 2006.

COSTA, A. M; VIEIRA, N. **Democracia participativa e controle social em saúde**. Rio de

Janeiro: CEBES, 2012.

COSTA, W. S., *et al.* O poder das redes sociais *online* nas manifestações ocorridas no Brasil.

**Revista de Tecnologia Aplicada (RTA)**, v. 5, n. 1, p. 17-31, 2016.

COUTINHO, C. P., BOTTENTUIT JUNIOR, J. P. Blog e Wiki: Os Futuros Professores e as

Ferramentas da Web 2.0. **Actas do Simpósio Internacional de Informática Educativa**, 14-

16

Nov.

2007.

Disponível

em:

<https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/7358/1/Com%20SIIE.pdf>. Acesso em 07

out 2019.

CRISÓSTOMO, S., *et al.* Mais participação, melhor saúde: Um caso de ativismo virtual na saúde. **Fórum Sociológico**, n. 30, p. 7-16, II série, 2017.

DESLANDES, S. F. O ativismo digital e sua contribuição para a descentralização política. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 10, p. 3133-3136, 2018.

DIEMINGER, C. C.; OLIVEIRA, R. S. Protagonismo ascendente: O ativismo online nas lutas feministas. **Derecho y Cambio Social**, v. 12, n. 39, 2015.

ESCOREL, S. **Reviravolta na saúde: origem e articulação do movimento sanitário**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999.

ESCOREL, S.; MOREIRA, M. R. Participação Social. In: GIOVANELLA, L. *et al* (Org.). **Política e Sistema de Saúde no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2012.

ESPOSITO, D. R. O.; GUIMARÃES, T. F. Ativismo contra violência de gênero no ciberespaço. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, v. 16, n. 1, p. 1-8, 2018.

FARIA, C. F. O que há de radical na teoria democrática contemporânea: análise do debate entre ativistas e deliberativos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 25, n. 73, p. 101-111, 2010.

FLEURY, S. **O Desafio da Conjuntura e a Saúde no Brasil**. Cerimônia de recondução do Diretor da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP) Hermano Castro, 06/06/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RmbJqCLbM2k>. Acesso em: 18 jul 18.

\_\_\_\_\_. Capitalismo, democracia, cidadania – contradições e insurgências. **Saúde em Debate**, v. 42, n. 3, p. 108-124, 2018.

FONTES, B. A. Redes Sociais e Governança em Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 10, p. 3123-3132, 2018.

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL (FSM). **Documento base para roda de conversa do MRSB**. Salvador, 13 a 17 de março de 2018. Disponível em

[https://www.ufba.br/ufba\\_em\\_pauta/roda-de-conversa-prepara-comunidade-ufba-para-of%C3%B3rum-social-mundial](https://www.ufba.br/ufba_em_pauta/roda-de-conversa-prepara-comunidade-ufba-para-of%C3%B3rum-social-mundial). Acesso em: 01 mar 2018.

GERSCHMAN, S. Conselhos Municipais de Saúde: atuação e representação das comunidades populares. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 20, n. 6, p. 1670-1681, 2004.

GIARETTA, J. B. Z.; DI GIULIO, G. M. O papel das tecnologias de comunicação e informação (tic) no urbano do século xxi e na emergência dos novos movimentos sociais: reflexões a partir de experiências na megacidade de São Paulo. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 20, n. 1, p. 161-179, jan/abr. 2018.

GOHN, M. G. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, p. 333-361, 2011.

GRIMMELMANN, J. Facebook and the social dynamics of privacy. **Iowa Law Review**. 2009.

HONNETH, A. Padrões de reconhecimento intersubjetivo: amor, direito e solidariedade. In: HONNETH, A. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Ed. 34, 2003.

KAPLAN, A.; HAENLEIN, M. Users of the world, unite! The challenges and opportunities of social media. **Business Horizons**, v. 53, n. 1, p. 59-68, jan/feb. 2010.

KEZH, N. H. P.; BÓGUS, C. M.; MARTINS, C. L. Entraves à participação social dos representantes dos trabalhadores no conselho municipal de saúde. **Saúde & Sociedade**, v. 25, n. 4, p. 950-963, 2016.

KIETZMANN, J. H. *et al.* Social media? Get serious! Understanding the functional building blocks of social media. **Business horizons**, Indiana, v. 54, n. 3, p. 241-251, may/jun. 2011.

LACERDA RABELLO, C. R. Interação e aprendizagem em *Sites* de Redes Sociais: uma análise a partir das concepções sócio históricas de Vygotsky e Bakhtin. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 15, n. 3, p. 735-760, 2015.

LISBÔA, E. S.; COUTINHO, C. P. Comunidades Virtuais: Sistematizando Conceitos **Revista Científica de Educação a Distância**, v. 2, n. 4, 2011.

LOPES, F. M.; FIDELIS, F. Jornadas de junho de 2013: Formas de mobilização *online* e a ação de ativistas em Brasília por meio do *Facebook*. **Universitas: Arquitetura e Comunicação Social**, v. 12, n. 1, p. 37-53, 2015.

LUVIZOTTO, C. K. Cidadania, ativismo e participação na internet: Experiências brasileiras. **Comunicação e Sociedade**, v. 30, p. 297-312, 2016.

LUZ, L. H.; GICO, V. V. Violência obstétrica: ativismo nas redes sociais. **Caderno de Terapia Ocupacional**, v. 23, n. 3, p. 475-484, 2015.

MACHADO, J. A. S. Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. **Sociologias**, v. 9, n. 18, p. 248-285, 2007.

MARTINS, P. C. *et al.* Conselhos de Saúde e a Participação Social no Brasil: Matizes da Utopia. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, v. 18, n. 1, p. 105-121, 2008.

MENDES, A.; CARNUT, L. **A saúde pública continua na mira do austero banco mundial**. 2017. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/outras-noticias/sistemas-de-saude/saude-publica-continua-na-mira-do-austero-banco-mundial-por-aquilas-mendes-e-leonardo-carnut/32393/>. Acesso em: 06 mar 18.

MENEZES, C. P.; BARRIOS, A. B. As novas formas de pensar e fazer política: O ativismo na rede. **Revista Jus Navigandi**, v. 19, n. 4152, 2014. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/30728>. Acesso em: 18 Abr. 2019.

MENICUCCI, T. A implementação da Reforma Sanitária: a formação de uma política. In: HOCHMAN, G.; ARRETCHE, M.; MARQUES, E. (Orgs.). **Políticas Públicas no Brasil**. 2. reimpr. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

MORAES, D. Comunicação virtual e cidadania: movimentos sociais e políticos na Internet. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 23, n. 2, jul/dez. 2000.

\_\_\_\_\_. **O Ativismo Digital**. 2001. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/moraes-denis-ativismo-digital.html>. Acesso em: 18 Abr. 2019.

MORAES, D. R. Encurralados no paraíso (ou Saúde Coletiva e políticas públicas de saúde: um olhar cínico para o gerencialismo arriscado?). In: **Entre Tiro, Porrada e Bomba: esteroides anabolizantes androgênicos, gerencialismo arriscado e os discursos médicos moralizantes**. Tese. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/ Escola Nacional de Saúde Pública, 2016. 165 f.

MÜLLER NETO, J. S.; ARTMANN, E. Discursos sobre o papel e a representatividade de conferências municipais de saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 30, n. 1, p. 68-78, 2014.

MÜLLER NETO, J. S. *et al.* Conferências de saúde e formulação de políticas em 16 municípios de Mato Grosso, 2003-2005. **Saúde em Debate**, v. 30, n. 73/74, p. 248-274, 2006.

NOGUEIRA, V. M. R.; PIRES, D. E. P. Direito à saúde: um convite à reflexão. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 20, n. 3, p. 753-760, 2004.

NUNES, M. A. M. A encruzilhada entre rua e internet: redes sociais como fator de mobilização nas manifestações brasileiras em 2013. **Galaxia** (São Paulo, *Online*), n. 29, p. 293-296, jun. 2015.

OTHON, R. A. A.; COELHO, M. G. P. Comunicação de marcas em Redes Sociais na Internet: Estilos de abordagem publicitária no *Instagram*. **Revista Observatório**, v.2, n.3, p. 221-245, 2016.

PAIM, J. Reforma Sanitária Brasileira (RSB): expressão ou reprodução da revolução passiva? **Planejamento e Políticas Públicas - PPP**, n. 49, jul/dez. 2017.

\_\_\_\_\_. Sistema Único de Saúde (SUS) aos 30 anos. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 6, p. 1723-1728, 2018.

PAIM, J. *et al.* O sistema de saúde brasileiro: história, avanços e desafios. **The Lancet - Saúde no Brasil**, Mai. 2011. Disponível em: <[http://www.escoladesaude.pr.gov.br/arquivos/File/Material2\\_sistema\\_de\\_saude\\_brasileiro\\_historia\\_avancos\\_e\\_desafios\\_Paim\\_et\\_al.pdf](http://www.escoladesaude.pr.gov.br/arquivos/File/Material2_sistema_de_saude_brasileiro_historia_avancos_e_desafios_Paim_et_al.pdf). Acesso em: 21 set 2019.

PARKOUR. In: **WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre**. Wikimedia, 2017. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Parkour>. Acesso em: 15 out 2019.

PERUZZO, C. Movimentos sociais, redes virtuais e mídia alternativa no junho em que “o gigante acordou”. **Matrizes**, v. 7, n. 2, p. 73-93, 2013.

PINHO, J. A. (Org.). **Estado, sociedade e interações digitais: expectativas democráticas**. Salvador: Edufba. 2012.

PLEYERS, G. **Alter-Globalization: Becoming actors in the Global Age**. Cambridge: Polity, 2010.

\_\_\_\_\_. **Movimientos sociales en el siglo XXI**. Posfácio de Breno Bringel; prefácio de Boaventura de Sousa Santos. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018. Libro digital.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua TIC 2018. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**. Disponível em: [https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/27515-pnad-continua-tic-2018-internet-chega-a-79-1-dos-domicilios-do-pais#:~:text=Aproximadamente%20tr%C3%AAs%20quartos%20\(74%2C7,2017%20\(69%2C8%25\)](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/27515-pnad-continua-tic-2018-internet-chega-a-79-1-dos-domicilios-do-pais#:~:text=Aproximadamente%20tr%C3%AAs%20quartos%20(74%2C7,2017%20(69%2C8%25).). Acesso em: 29 abr 2020.

PORTO, M. F. S.; ROCHA, D. F.; FINAMORE, R. Saúde coletiva, território e conflitos ambientais: bases para um enfoque socioambiental crítico. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 10, p. 4071-4080, 2014.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e Democracia: A experiência da Itália Moderna**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

RAMOS, L. R.; LOPES, D. P. J. S.; JÁCOME, A. C. Resenha crítica da obra: “A Gramática do Tempo: para Uma Nova Cultura Política” de Boaventura de Sousa Santos. **Revista Espaço do Currículo** (*online*), v. 11, n. 3, p. 569-575, set/dez. 2018.

RECUERO, R. Redes sociais na Internet: considerações iniciais. In: ENCONTRO DOS NÚCLEOS DE PESQUISA DA XXVII INTERCOM, **Anais eletrônicos 5**. Porto Alegre, 2004. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/recuero-raquel-redes-sociais-na-internet.pdf>. Acesso em: 10 out. 2019.

\_\_\_\_\_. Mapeando redes sociais na internet através da conversação mediada pelo computador. In: NASCIMENTO, A. D.; HETKOWSKI, T. M. (orgs). **Educação e contemporaneidade: pesquisas científicas e tecnológicas** [*online*]. Salvador: EDUFBA, 2009a.

\_\_\_\_\_. **Redes Sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009b.

\_\_\_\_\_. A rede é a mensagem: Efeitos da difusão de informações nos *sites* de rede social. In: Eduardo Vizer. (Org.). **Lo que McLuhan no previu**. Buenos Aires: Editorial La Crujía, v. 1, p. 205-223, 2012. Disponível em <http://www.raquelrecuero.com/arquivos/redemensagem.pdf>. Acesso em: 05 out 2019.

REIS, P.; OLIVEIRA, R. S. A atuação dos movimentos sociais por meio do ciberativismo na defesa dos direitos dos infantes: Uma análise do projeto Criança e consumo e suas ações no combate à publicidade infantil. **Revista de Movimentos Sociais e Conflitos**, v. 3, n. 2, p. 38-57, 2017.

RICCI, R. **Crise de Representação Política** (vídeo aula). Youtube, HUB-educa, 2019.

RIZZOTTO, M. L. F.; COSTA, A. M.; LOBATO, L. V. C. Justiça social, democracia com direitos sociais e saúde: a luta do Cebes. **Saúde em Debate**, v. 42, n. 116, p. 5-10, 2018.

ROCHA, F. B. M. **A quarta onda do movimento feminista: o fenômeno do ativismo digital.** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, São Leopoldo. 2017.

SANTAELLA, L. **A ecologia pluralista da comunicação: conectividade, mobilidade, ubiquidade.** São Paulo: Paulus, 2010.

SANTAELLA, L. Sujeito, subjetividade e identidade no ciberespaço. In: LEÃO, L. (org.). **Derivas: cartografias do ciberespaço.** São Paulo: Annablume; Senac, 2004.

SANTANA, R.S. Participação política online e offline nas eleições presidenciais de 2014 em Salvador. Intercom, **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 40, n. 3, p. 189-207, dec. 2017. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-58442017000300189&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-58442017000300189&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 23 Jan 2019.

SANTOS, B. de S. Para um novo senso comum: **A ciência, o direito e a política na transição paradigmática.** Vol 1 - A crítica da razão indolente contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez Editora, 2000.

\_\_\_\_\_. Por uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 63, 2002, p. 237-280.

\_\_\_\_\_. **Democratizar la democracia: los caminos de la democracia participativa.** México, Fondo de Cultura Económica, 2004.

\_\_\_\_\_. A crítica da governação neoliberal: O Fórum Social Mundial como política e legalidade cosmopolita subalterna. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 72, p. 7-44, 2005.

SANTOS, B. S. Direitos Humanos: o desafio da interculturalidade. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, São Paulo, 2: 10-18, 2009.

\_\_\_\_\_. **Descolonizar el saber, reinventar el poder.** 2010. Disponível [http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/Descolonizar%20el%20saber\\_final%20-%20C%C3%B3pia.pdf](http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/Descolonizar%20el%20saber_final%20-%20C%C3%B3pia.pdf). Acesso em: 12 out 2019.

\_\_\_\_\_. **Epistemologías del Sur**. Madrid: Akal, 2014.

\_\_\_\_\_. **Sociedade deve ir para a rua, diz Boaventura de Sousa Santos**. 2015. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2015/11/sociedade-deve-ir-para-a-rua-diz-boaventura-de-souza-santos-3122.html>> Acesso em: 18 set. 2019.

\_\_\_\_\_. **A difícil democracia: Reinventar as esquerdas**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

SANTOS, B. S.; AVRITZER, L. Para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, B.S. (Org.) **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 39-42.

SANTOS, B. S.; MENESES, M.P. Introdução. In: SANTOS, B. S.; MENESES, M.P (orgs). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: ALMEDINA, CES, 2009.

SANTOS, N. F.; BELINAZZO, C.; MACEDO, J. C .B. As novas mídias e o ativismo digital na proteção do meio ambiente: Análise do *site* greenpeace.org. **Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM**, 2013.

SANTOS, S. F.; VARGAS, A. M. D.; LUCAS, S. D. Conselheiros Usuários do Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte: características sociais e representatividade. **Saúde & Sociedade**, v. 20, n. 2, p. 483-495, 2011.

SCHERER-WARREN, I. **Sociedade e Estado**, v. 21, n. 1, p. 109-130, 2006.

SENA, L. G., TESSER, C. D. Violência obstétrica no Brasil e o ciberativismo de mulheres mães: relato de duas experiências. **Interface Comunicação, Saúde e Educação**, v. 21, n. 60, p. 209-20, 2017.

SILVA, C. R. Movimentar-se em tempos de desesperança. Resenha. **Revista em Pauta**, v. 39, n. 15, p. 276-282, 2017.

SILVA, F. B.; JACCOUD, L.; BEGHIN, N. Políticas sociais no Brasil: Participação social, conselhos e parcerias. In: JACCOUD, L. (org); SILVA, F. B.; DELGADO, G. C.; CASTRO, J. A.; CARDOSO J. R. J. C.; THEODORO, M.; BEGHIN, N. **Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo**. Brasília, IPEA, 2005. Disponível em [https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&id=5491](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=5491). Acesso em: 18 out 2019.

SILVA, L. V.; NUNES, M. V. Mídias negras: um espaço de produção do ativismo da juventude negra Kalunga através do uso das novas tecnologias. **RIF**, v. 15, n. 35, p. 63-86, 2017.

SOBRINHO, A. B. F.; BARBOSA, A. M. Criatividade no *Instagram* como ferramenta de inovação para as Organizações. **Signos do Consumo**, v. 6, n. 1, p. 125-137, 2014.

SOUTO, L. R. F. **O direito à saúde e a reforma democrática do Estado Brasileiro**: Uma construção social republicana. Dissertação. Rio de Janeiro: UFRJ/ Instituto de Estudos em Saúde Coletiva, 2012. 48 f.

SPOSATI, A.; LOBO, E. Controle Social e Políticas de Saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 8, n. 4, p. 366-78, 1992.

STATISTA. **Digital economy compass**. Disponível em: <https://www.statista.com/study/52194/digital-economy-compass/#professional>. Acesso em: Abr 2019.

STOTZ, E. N. Trajetória, limites e desafios do controle social do SUS. **Saúde em Debate**, v. 30, n. 73/74, p. 149-160, 2006.

TATAGIBA, L. Conselhos Gestores de Políticas Públicas e Democracia Participativa: Aprofundando o debate. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 25, p. 209-213, 2005.

TEIXEIRA, C. **Cebes Debate: Por um novo projeto de nação para o Brasil nas Eleições de 2018**, realizado em 28 Ago 2018. Disponível em:

<http://www.analisepoliticaemsaude.org/oaps/agenda/?id=899438a91c437a29783cfd13b617b0bd>. Acesso em: 29 ago 2018.

TEJERA, M. H. D. **Ciberdemocracia e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: Práticas comunicacionais no terreno da esfera pública virtual**. Tese (Doutorado em Práticas Profissionais e Processos Sociopolíticos nas Mídias e na Comunicação das Organizações) - Faculdade de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Porto Alegre, 2012. 229 f.

TIERRAS, P. **Poemas do Povo da Noite**. 3. ed. rev. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010.

TSANDZANA, D. Juventude urbana e redes sociais em Moçambique: a participação política dos conectados desamparados. **Comunicação e Sociedade**, v. 34, p. 235-250, 2018.

VIANNA, M. L. T. W.; CAVALCANTI, M. de L.; CABRAL, M. de P. Participação em saúde: do que estamos falando? **Sociologias**, n. 21, p. 218-251, jun. 2009. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-45222009000100010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222009000100010&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 15 mar 2019.

VICTORA, C. G. *et al.* Condições de saúde e inovações nas políticas de saúde no Brasil: o caminho a percorrer. **The Lancet**, p. 90-102, 2011. Saúde no Brasil 6. Disponível em: [http://www6.ensp.fiocruz.br/repositorio/sites/default/files/arquivos/Condi%C3%A7%C3%B5es%20de%20sa%C3%BAde\\_Celia%20Almeida\\_2011.pdf](http://www6.ensp.fiocruz.br/repositorio/sites/default/files/arquivos/Condi%C3%A7%C3%B5es%20de%20sa%C3%BAde_Celia%20Almeida_2011.pdf). Acesso em: 14 jul 2019.

VIDEOCASTS. In: **WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre**. Wikimedia, 2017. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Videocasts>. Acesso em: 15 out 2019.

## ANEXO A – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DOS NOMES DOS MOVIMENTOS SOCIAIS ESTUDADOS





## Coletivo de Mulheres do Calafate

@mulhercalafate · Organização não governamental (ONG)



